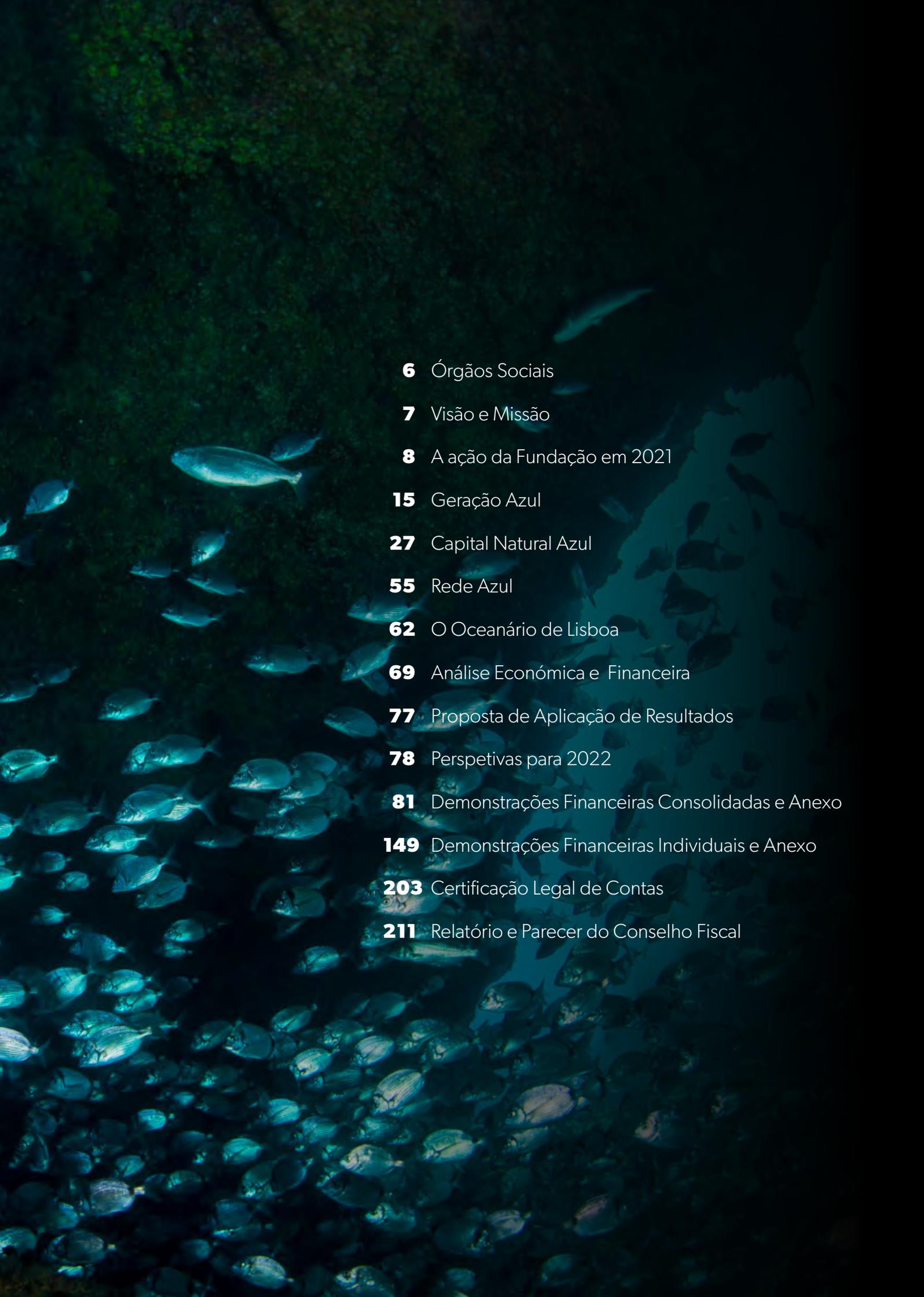


**RELATÓRIO ANUAL**  
**FUNDAÇÃO**  
**OCEANO AZUL**  
**2021**



OCEANO AZUL  
fundação





<b>6</b>	Órgãos Sociais
<b>7</b>	Visão e Missão
<b>8</b>	A ação da Fundação em 2021
<b>15</b>	Geração Azul
<b>27</b>	Capital Natural Azul
<b>55</b>	Rede Azul
<b>62</b>	O Oceanário de Lisboa
<b>69</b>	Análise Económica e Financeira
<b>77</b>	Proposta de Aplicação de Resultados
<b>78</b>	Perspetivas para 2022
<b>81</b>	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo
<b>149</b>	Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo
<b>203</b>	Certificação Legal de Contas
<b>211</b>	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





# ÓRGÃOS SOCIAIS

## Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (Presidente)  
Kristian Parker  
Jane Lubchenco (até 24 de março 2021)  
Julie Packard (desde 24 de março 2021)  
Viriato Soromenho-Marques (Consultor Especial)

## Conselho de Administração

José Soares dos Santos (Presidente)  
Tiago Pitta e Cunha  
Emanuel Gonçalves  
R. Andreas Kraemer  
João Falcato Pereira  
Heather Koldewey (Consultora Especial)  
Peter Heffernan (Consultor Especial)

## Conselho Fiscal

### Até 24 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC,  
representada por João Carlos Miguel Alves (Presidente)  
Henrique Soares dos Santos  
Paula Prado Rosa  
Rui Serra Martins (Suplente)

### Desde 31 de maio de 2021

Henrique Soares dos Santos (Presidente)  
Deloitte & Associados – SROC representada por Jorge Catulo  
Paula Prado Rosa  
João Carlos Henriques Gomes Ferreira (Suplente)





## **VISÃO**

Um oceano saudável é essencial para o desenvolvimento da humanidade.

## **MISSÃO**

Contribuir para um oceano saudável e produtivo, em benefício do nosso planeta.

# 2021



## JANEIRO

Entrega de novos barcos à vela e de pranchas de StandUp Paddle para reforçar Desporto Escolar

Entrega das nomeações finais para The Earthshot Prize



## FEVEREIRO

Entrega do Memorandum "Portugal e o Oceano, uma visão para 2020-2030, 5 linhas de cooperação programática", ao Primeiro-Ministro de Portugal

Última reunião do processo participativo da AMPIC, com mais de 100 participantes



## MARÇO

Participação na Consulta Pública do PRR com o Contributo "O Plano de Recuperação e Resiliência Português como alavanca para a criação de um Hub Europeu de Bioeconomia Azul"

Julie Packard torna-se Curadora da Fundação

Jane Lubchenco é nomeada Vice-Presidente do OSTP da Casa Branca e deixa o Conselho de Curadores



Parceria com The Economist no Virtual World Ocean Summit 2021, envolvendo mais de 6000 participantes



## ABRIL

Protocolo com Governo de Cabo Verde, para o desenvolvimento de ações na área da conservação do oceano, literacia e economia azul

Relatório "Tubarões e Raias: Guardiões do Oceano em Crise" da ANP|WWF Portugal, com apoio da Fundação

Iniciativa #oOceanoÉaNossaTerra, 9 dias com 110 atividades de 85 organizações nacionais, com mais de 7 000 participantes e alcance superior a 500 mil pessoas



RISE UP estabelece Clusters prioritários: Africa 30x30, Blue Foods, High Seas Treaty and Ocean-Climate



## MAIO

Entrega do pedido de criação da AMPIC ao Governo de Portugal

Blue Bio Value - lançamento da 4ª edição do programa de aceleração e da edição 2021 do programa de ideação

RISE UP ultrapassa as 500 entidades subscritoras

## JUNHO

Blue Azores Roadshow, em diferentes ilhas, com apoio do novo Governo Regional

Apresentação do pedido de criação da AMPIC ao Parlamento português

Encontro científico com especialistas internacionais no programa Participesca

1.ª Reunião Plenária da Plataforma Blue Bioeconomy Hub

## JULHO

Protocolo com as Câmaras de Cascais, Mafra e Sintra para a criação de nova AMPIC

Colaboração com Mission Blue para o lançamento dos Açores como "Hope Spot"

RISE UP promove Blue Foods Webinar

Assinatura do Protocolo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para reforço da colaboração na agenda internacional do Oceano

# 2021



## AGOSTO

Project building da Plataforma Blue Bioeconomy Hub



## SETEMBRO

Submissão do Pacto de Inovação da Bioeconomia Azul às agendas Mobilizadoras do PRR

Dia Internacional de Limpeza Costeira com 4500 voluntários, 240 organizações, num total de 174 ações. Recolha de mais de 31 toneladas de lixo marinho, em mais de 170 km. Participação de mais de 1400 alunos e professores do programa EGA

Participação em diversos eventos internacionais como o IUCN World Conservation Congress em Marselha



Lançamento do Guia das AMP que contou também com o apoio da Fundação

Início do processo participativo do programa Blue Azores e compromisso do Governo Regional em alcançar 30% de AMP até 2023



International Ocean Film Tour, promovido pela Embaixada do Reino Unido, reúne representantes do Canadá, Itália, EUA, entre outros

## OUTUBRO

COOL 2021 com 70 organizações portuguesas dedicadas à proteção e conservação do oceano, num total de 120 participantes



Lançamento da plataforma digital no programa Educar para uma Geração Azul





## NOVEMBRO

Alargamento da Área Marinha Protegida das Ilhas Selvagens tornando-se na maior AMP de proteção total da Europa e do Atlântico Norte

Participação na COP26, em Glasgow, e organização de Jantar de alto nível com os Governos de Portugal e do Quênia, e Embaixador Peter Thomson, que juntou 18 países e 30 organizações da sociedade civil.

Iniciativa RISE UP reconhecida na COP26, na declaração Ocean-Climate, e parceria com OAK Foundation renovada para mais 3 anos

Lançamento internacional do livro "A Emergência Climática e a Crise de Extinção de Espécies"

Conclusão da 4ª edição do Blue Bio Value Aceleração, com 17 startups de 10 nacionalidades

Mês do Mar envolve mais de 2450 jovens que recolhem 12,4 toneladas de lixo, em mais de 105km

COOL Açores reúne 25 organizações açorianas

## DEZEMBRO

Evento online junta alunos e professores do Programa EGA que participaram no Dia Internacional de Limpeza Costeira, para partilha de resultados e experiências

Seas at Risk torna-se parceiro estratégico no RISE UP

Anúncio da seleção do Pacto de Inovação da Bioeconomia Azul para a 2.ª Fase de Candidaturas

CEO da Fundação conquista Prémio Pessoa 2021 e reforça a importância do oceano na atenção mediática

# A AÇÃO DA FUNDAÇÃO EM 2021

Ainda em plena pandemia, o ano de 2021 foi um ano determinante no percurso da Fundação. Com efeito, foi este o ano em que algumas das principais sementes plantadas, nos anos iniciais dos trabalhos da Fundação, deram fruto. Para uma fundação, start-up, conseguir passar dos longos processos de gestação de projetos e dos seus procedimentos a produtos concretizados é uma conquista fundamental. Com ela vem o sentido de realização e uma renovada confiança nas capacidades da organização. Estes frutos recolhidos foram a conclusão do processo de mais de três anos de criação de uma área marinha protegida de iniciativa comunitária no Algarve, cujo dossier foi entregue ao Governo português a 7 de maio de 2021; e a adoção pelo Governo Regional da Madeira do alargamento da área marinha protegida das Ilhas Selvagens, que igualmente vinha sendo defendida pela Fundação em parceria estreita com o Programa Pristine Seas da National Geographic há mais de 4 anos.

Uma vez que a maior parte dos recursos financeiros da Fundação têm sido investidos no Eixo Capital Natural Azul e, dentro deste, na área de conservação da natureza, a obtenção destes dois resultados é marcante para o desenvolvimento da organização. Com estes sucessos, a Fundação pode dizer que está a contribuir efetivamente para “salvar o que resta” no oceano. Devemos desde já, por isso, agradecer às equipas da Fundação que têm vindo a trabalhar nestes dossiers, bem como aos importantíssimos parceiros que se nos juntaram para alcançar estes resultados.

Estes sucessos são também de destacar porque eles mostram a capacidade da Fundação em se adaptar a trabalhar durante a pandemia. Igualmente, porque as dificuldades financeiras do Oceanário de Lisboa não interferiram na prossecução destes projetos e da sua conclusão.

Uma última nota a registar, a Fundação sentiu-se mais respeitada e admirada com estes sucessos que têm vindo a ser divulgados. Não apenas em Portugal, através dos media tradicionais, mas internacionalmente no círculos das organizações de defesa da natureza, através da nossa comunicação digital e dos networks internacionais que a Fundação anima ou frequenta.

2021 foi também um ano de aprofundamento e melhoramento de outros dois programas chave da Fundação: (i) o programa Blue Azores, que viu finalmente o novo Governo Regional dos Açores assumir um compromisso

político forte em sua defesa e desenvolvimento - este compromisso tem permitido fazer progressos assinaláveis nas etapas do Programa, concretamente no seu processo participativo, bem como iniciar a frente da criação jurídica das futuras áreas marinhas protegidas dos Açores; (ii) o Programa Blue Bio Value, que viu reforçada a sua ação por contar com novos parceiros prestadores de serviços: a MAZE, e a BGI, esta última encarregue da criação do novo Programa de Ideação do Blue Bio Value – como resultado, aumentou a duração dos programas de aceleração e aumentou o número de empresas, startups concorrentes.

Igualmente em 2021, com o seu Programa Save The Future a Fundação pôde continuar a aumentar a sua ação de dinamização de uma cidadania ligada à conservação do oceano e à limpeza de zonas costeiras, prosseguindo com o envolvimento de um elevado número de movimentos de cidadãos, mesmo durante este ano de pandemia e restrições às ações coletivas.

Finalmente, em 2021 a Fundação lançou-se em novos programas, em que destacamos a criação de uma Plataforma para a promoção da bioeconomia azul em Portugal, que envolve mais de cem parceiros entre startups, grandes grupos empresariais, PME's e o setor da I&D ligado aos oceanos. Desta Plataforma resultou a organização de um consórcio, o consórcio Inovamar, que lidera sete verticais industriais que visam criar uma cadeia de valor entre empreendedores, geradores de valor a partir de biotas marinhos, e as grandes empresas da economia tradicional portuguesa. Com estes passos, a Fundação concretiza o seu discurso de que não é possível “salvar” o oceano sem mudar a economia do mar, substituindo-a por uma economia sustentável e descarbonizadora do meio marinho. Também foi iniciado em 2021 o Programa para uma nova área marinha protegida de iniciativa comunitária, desta feita envolvendo as autarquias de Cascais, Mafra e Sintra, com as quais a Fundação pretende vir a construir um projeto semelhante ao realizado no Algarve.

Outros desenvolvimentos tiveram lugar em 2021, e que remetemos para as páginas deste Relatório, os quais refletem eles também o trabalho realizado pela Fundação em 2021.

Impõe-se de novo agradecer a todos os parceiros da Fundação que são cada vez mais, pelo apoio decisivo que nos deram. Sem eles nada do que foi atingido em 2021 teria seguramente sido atingível.





# GERAÇÃO AZUL

**A criação de uma nova geração mais sensibilizada para a importância estratégica da sustentabilidade dos usos do mar e para a importância que o oceano tem para a vida na Terra mantém-se como um dos pilares centrais de ação da Fundação Oceano Azul.**

A Fundação Oceano Azul continua focada na preparação desta nova geração, através de programas educacionais vocacionados para crianças e jovens em idade escolar e do aumento da consciencialização do público em geral e dos decisores para o desafio da sustentabilidade do oceano.

Apesar do forte impacto que a pandemia teve, ainda em 2021, nesta frente de ação, foi possível, com criatividade e determinação, promover diversas ações que representaram uma constante interação com públicos variados.

GERAÇÃO AZUL

## EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

**Em 2021, as consequências da pandemia ainda se fizeram sentir fortemente nas escolas, com um impacto direto no desenvolvimento do programa “Educar para uma Geração Azul”. Não obstante, foi possível concluir a adaptação da formação ao formato online, com novos conteúdos e recursos digitais e formar novos professores. Foi também desenvolvida uma plataforma digital, em ambiente Moodle, como sistema de suporte à formação online, que permitirá melhorar o acompanhamento e comunicação com os professores, e que facilitará um futuro alargamento do Programa.**

A Fundação Oceano Azul promoveu também a participação de todos os alunos envolvidos neste Programa em sessões educativas online do Oceanário de Lisboa, e nas iniciativas do Dia da Terra e do Dia Internacional da Limpeza Costeira. Em estreita ligação com o programa para criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve e com o programa Blue Azores, foram também dinamizadas sessões online sobre a importância das Áreas Marinhas Protegidas a alunos de Silves e dos Açores, respetivamente.

A nível internacional, este Programa foi reconhecido como um dos Programas Inspiradores na área da literacia do oceano e incluído no manual para professores “A wave of European Blue Schools”, produzido no âmbito da Network of European Blue Schools da Plataforma EU4Ocean.

O programa “Educar para uma Geração Azul” foi apresentado também na iniciativa “Temporada Cruzada Portugal-França”, uma formação em literacia promovida pelo Instituto Francês/Embaixada Francesa e pelo Instituto Camões.

Iniciado em 2018, o Programa-piloto “Educar para uma Geração Azul”, desenvolvido pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa, em parceria com a Direção-Geral da Educação e com diversos Municípios, ambiciona transformar as próximas gerações de portugueses nos cidadãos europeus mais comprometidos com a sustentabilidade e com a conservação do oceano. O Programa promove a literacia do oceano das crianças, entre os 6 e os 10 anos, através da formação certificada, acompanhamento regular e oferta de recursos educativos aos professores do ensino básico, os principais agentes de mudança, para que estes trabalhem o tema do oceano, de forma interdisciplinar, no âmbito das aprendizagens essenciais das várias componentes de currículo e nos domínios de autonomia curricular.

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**54 AÇÕES DE FORMAÇÃO** REALIZADAS

**35 FORMADORES** ENVOLVIDOS NO PROGRAMA

**CRIADA PLATAFORMA DIGITAL DE FORMAÇÃO**

### RECURSOS EDUCATIVOS

**12 HORAS DE AÇÃO DE FORMAÇÃO** CERTIFICADA PARA PROFESSORES (ON-SITE E ONLINE)

**MANUAL DO PROFESSOR** E MATERIAIS COMPLEMENTARES

MANUAL DO PROFESSOR - **SUPLEMENTO ESPECIAL SOBRE OS AÇORES**

**RECURSOS DIGITAIS** DIVERSOS



Resultados alcançados pelo programa-piloto até ao final de 2021:

6 MUNICÍPIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL  
 8 ILHAS DOS AÇORES  
 1 064 PROFESSORES DE 1º CICLO FORMADOS EM LITERACIA DO OCEANO  
 +18 000 ALUNOS ENVOLVIDOS  
 209 ESCOLAS  
 >1400 ALUNOS PARTICIPANTES EM AÇÕES DE LIMPEZA COSTEIRA  
 EM ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS DO PROGRAMA SAVE THE FUTURE  
 >3.500 ALUNOS PARTICIPANTES EM PROGRAMAS EDUCATIVOS DO OCEANÁRIO DE LISBOA

### 1º ANO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO

O relatório de avaliação de impacto do Programa, realizado por uma entidade externa, realça os resultados obtidos como muito positivos.

**99%** dos professores desenvolveu competências em literacia do oceano

**84%** dos professores aplicam os conteúdos e ferramentas oferecidas de forma regular

**94%** dos alunos manifesta forte perceção sobre a relevância e importância do oceano nas suas vidas

**88%** dos alunos gostariam que Portugal fosse um país conhecido internacionalmente pelo seu oceano

### INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO, GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES  
 CÂMARAS MUNICIPAIS DE MAFRA, CASCAIS, PENICHE, NAZARÉ, MOURA, SILVES



GERAÇÃO AZUL

# LÍDERES PARA A SUSTENTABILIDADE DO OCEANO

**1.030 JOVENS IMPACTADOS****10 NOTÍCIAS | 640.000 DE AUDIÊNCIA****143 PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS | 3,3 MILHÕES DE ALCANCE**

**O programa “Ocean Leaders” envolve atletas de referência em desportos aquáticos que, através das suas experiências pessoais, têm a capacidade de despertar o interesse e motivar jovens, sensibilizando-os para a importância da alteração de comportamentos e para um estilo de vida mais sustentável, promovendo a ligação emocional ao oceano e às espécies marinhas, ou seja, contribuindo positivamente para a criação de uma geração azul.**

Em 2021, o contexto da crise pandémica teve forte impacto na iniciativa “School Tour”, uma ação que integra intervenções e sessões educativas destes atletas de referência dirigidas a alunos do ensino básico e secundário, que ocorrem em ambiente escolar, em visita às escolas de todo o país. Impossibilitada pela pandemia a realização de sessões presenciais nas escolas, avançou-se com a adaptação dos conteúdos ao formato *online*. Os Ocean Leaders contribuíram também para a promoção da literacia do oceano através da sua participação em ações de limpeza costeira e através do reforço da comunicação nas suas redes sociais.

## JOANA SCHENKER

Campeã nacional de bodyboard e campeã mundial de bodyboard em 2017 partilha com os jovens a sua motivação e empenho para superar os desafios da alta competição, numa conversa dinâmica com uma mensagem inspiradora e pedagógica sobre o caminho entre o sonho e a concretização, aliada à literacia e conservação do oceano.

## FREDERICO MORAIS

O único português a competir no Campeonato mundial de surf - WSL, e o primeiro a integrar a Seleção Olímpica, partilha com os jovens os seus desafios e resiliência que o tornaram num dos melhores atletas do mundo, sensibilizando-os para a urgente necessidade da defesa e conservação do oceano.

**30.122 JOVENS IMPACTADOS PELO PROGRAMA OCEAN LEADER DESDE 2017**



GERAÇÃO AZUL

## ATIVIDADES EDUCATIVAS DO OCEANÁRIO DE LISBOA

### 16.022 PARTICIPANTES (-72%)

Em consequência da pandemia, o Oceanário de Lisboa suspendeu todas as atividades educativas presenciais até início de junho de 2021. Apesar das restrições impostas, o Oceanário de Lisboa procurou criar e desenvolver novos programas e novas atividades, dirigidas sobretudo a escolas e a famílias.

#### ATIVIDADES EDUCATIVAS DE EXPERIÊNCIA



##### GOLFINHOS NO TEJO

Observação de golfinhos em meio selvagem, num passeio de barco no estuário do rio Tejo, acompanhado por biólogo marinho. Esta experiência é realizada em parceria com a empresa Terra Incógnita.



##### ESCANIFOQUÊ? EM FAMÍLIA

Visita guiada ao Oceanário de Lisboa por educador marinho a partir do livro «Escanifoquê?». O programa estreou-se num novo formato destinado a famílias, para explorar as mais estranhas adaptações dos animais marinhos do Oceanário.



##### SALPICOS NO TEJO

Na Zona de Proteção Especial e próximo da Reserva Natural do Estuário do Tejo, este programa destina-se à descoberta da biodiversidade das Salinas do Samouco, com os flamingos e muitas outras espécies de aves, que fazem deste local o seu refúgio.



## **ATIVIDADES EDUCATIVAS ONLINE**

### **NA ESCOLA A VER O MAR**

A programação online do Oceanário de Lisboa explora toda a matéria da literacia do oceano, que complementa e acrescenta valor às matérias curriculares, através de uma aula virtual com os Educadores Marinheiros.

### **ESTUDO EM CASA DA RTP**

Em 2021, o Oceanário de Lisboa participou em blocos do #EstudoEmCasa, do canal de televisão RTP, destinados ao 1º, 2º, 5º e 6º anos.

### **O OUTRO LADO DO OCEANÁRIO**

Durante o encerramento ao público, este programa permitiu acompanhar em direto, via digital, as rotinas dos habitantes do aquário, falar com aquaristas e conhecer bastidores.

## **AÇÕES DE FORMAÇÃO CERTIFICADAS PARA PROFESSORES E EDUCADORES**

O Oceanário de Lisboa continuou a desenvolver ações de formação certificadas pela DGERT para professores e educadores de todos os níveis de ensino, fornecendo ferramentas relacionadas com o oceano e a conservação dos ecossistemas, que podem ser integradas no contexto escolar.

## **ATIVIDADES DIRIGIDAS A EMPRESAS**

Dirigido a empresas, o novo workshop “Planeta Oceano” sensibiliza os participantes para a importância do oceano e para comportamentos a adotar para um futuro sustentável.

## **EXPOSIÇÃO NO MAAT – MUSEU DE ARTE, ARQUITETURA E TECNOLOGIA**

Em parceria com o MAAT e no âmbito do Dia Europeu do Mar, foi desenvolvida uma programação cultural envolvendo diferentes áreas científicas, através de debates, visitas temáticas, workshops e oficinas para crianças.

## **ORGANIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS**

Em 2021, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P concedeu, ao Oceanário de Lisboa SA, o registo necessário para o acesso e exercício da atividade de organização de campos de férias.



GERAÇÃO AZUL

## AÇÃO NACIONAL PARA LIMPEZA DE LIXO MARINHO

**Para a conservação do Oceano, a Fundação Oceano Azul continua a promover uma maior e mais consolidada sensibilização e intervenção cidadã dos portugueses, através de uma abordagem integrada e concertada, que permita mobilizar o maior número de parceiros. Para isso, iniciou, em 2019, um programa que pretende agregar e capacitar todas as entidades e organizações nacionais que se dedicam à proteção e conservação do oceano, em particular as que desenvolvem ações de limpeza de lixo marinho, tendo lançado um movimento nacional que se espera que ganhe cada vez maior abrangência.**

Em 2021, apesar dos constrangimentos devido à pandemia, foi possível desenvolver várias iniciativas de âmbito nacional e com elevado alcance.

### DIA INTERNACIONAL DE LIMPEZA COSTEIRA

Mais uma vez, as comemorações do Dia Internacional de Limpeza Costeira, promovidas pela Fundação, conquistaram grande destaque, juntando ONG's, associações, movimentos de cidadãos, entidades públicas, escolas e empresas, em ações de limpeza em praias, no fundo marinho e em rios, por todo o território nacional, incluindo os Arquipélagos dos Açores e Madeira.

Este ano e pela primeira vez, as escolas envolvidas no Programa "Educar para uma Geração Azul" foram desafiadas a participarem nesta iniciativa. O repto resultou na adesão de 85 turmas, com mais de 1.400 crianças a juntarem-se a esta grande ação nacional e, assim, contribuirão para um oceano mais limpo. Também os municípios de Albufeira, Lagoa e Silves, a convite da Fundação Oceano Azul, colaboraram na organização de ações de limpeza no território da futura Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário do Algarve, num total de 10 ações, terrestres e subaquáticas.

Os resultados finais desta grande ação coletiva, que contou com uma forte cobertura mediática, foram surpreendentes: 4.500 voluntários, 240 organizações e entidades nacionais, num total de 174 ações, que cobriu mais de 170 km de costa, margens e fundo marinho, tendo sido recolhidos mais de 31 toneladas de lixo marinho.

De realçar que, em 2021, a iniciativa Dia Internacional de Limpeza Costeira foi integrada na campanha europeia #EUBeachCleanup, em colaboração com a DG Mare da Comissão Europeia, Nações Unidas e European External Action Service.





### **DIA DA TERRA**

Em 2021, o Dia da Terra foi celebrado em formato virtual, com a realização de um total de 110 atividades, propostas por 85 organizações de Portugal Continental, Açores e Madeira, tendo contado com mais de 7.000 participantes diretos e 500 mil pessoas alcançadas através das redes sociais.



### **COOL – CONVENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARA UM OCEANO LIMPO**

Na COOL 2021, participaram mais de 120 representantes de 70 organizações portuguesas que se dedicam à proteção e conservação do oceano. Esta convenção constitui um momento único de partilha de experiências e conhecimentos e que potencia a criação de parcerias e trabalho conjunto destas organizações.



### **COOL AÇORES**

No âmbito do Programa Blue Azores, foram organizadas duas sessões da COOL Açores. A primeira, em junho, reuniu 22 organizações açorianas e permitiu dar a conhecer o trabalho que se desenvolve na região, em prol do mar dos Açores e do oceano em geral. Tendo sido identificada pelos participantes a necessidade de se debaterem os problemas ambientais que afetam o arquipélago, foi realizada, em novembro, uma segunda sessão da COOL Açores, desta vez em formato totalmente presencial, tendo as 25 organizações participantes trabalhado em conjunto na elaboração de um documento a entregar ao Governo Regional dos Açores.



### **MÊS DO MAR**

Apesar de algumas limitações devido à pandemia, foi possível promover mais uma vez a iniciativa do Mês do Mar, que contou com o envolvimento de 82 agrupamentos, companhias e grupos de escuteiros de todo o país, num total de 72 ações de limpeza no território nacional, tendo sido limpos mais de 105 km de praias, zona de costa e margens de rios e ribeiras. A mobilização de mais de 2.450 jovens permitiu a recolha de mais de 12 toneladas de lixo.

### **RELATÓRIO DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE LIXO MARINHO**

No âmbito do protocolo de colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, foi preparado e lançado, em 2021, um relatório síntese do Programa de Monitorização de Lixo Marinho em Praias monitorizadas pela APA, para divulgação pública alargada e informação à rede de organizações nacionais.

### **CONTRIBUTO PARA A UNIFORMIZAÇÃO DA RECOLHA DE DADOS EM PORTUGAL**

A Fundação, em colaboração com a APA, ABAE, APLM, GEOTA, FPAS e Quando +1 é -1, desenvolveu e lançou um conjunto de fichas de monitorização de lixo marinho, para meio terrestre e subaquático, de forma a uniformizar e simplificar a recolha de dados em Portugal.



Desde o seu início, em 2019, foi já possível realizar, ao abrigo deste programa, um conjunto de ações e iniciativas, com resultados e impacto significativo:

**14 INICIATIVAS PÚBLICAS DE GRANDE ESCALA**

DIA INTERNACIONAL DE LIMPEZA COSTEIRA

COOL – CONVENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARA UM OCEANO LIMPO

COOL AÇORES

DIA DA TERRA

MÊS DO MAR

**+ DE 75.000 PESSOAS ENVOLVIDAS**

**280 ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES ENVOLVIDAS**

**150 GRUPOS DE ESCUTEIROS ENVOLVIDOS**

**1.150 AÇÕES DE LIMPEZA**

**915 KM DE PRAIAS, MARGENS E FUNDO MARINHO**

**173 TONELADAS DE LIXO MARINHO RECOLHIDO**



GERAÇÃO AZUL

# SENSIBILIZAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DO OCEANO

**944** NOTÍCIAS  
**21,7 MILHÕES** AUDIÊNCIA

**Para a Fundação Oceano Azul, a comunicação continua a ser uma ferramenta estratégica e de grande alcance para garantir a inclusão do oceano na agenda mediática e alertar o público para a emergência climática.**

Por isso, em 2021, continuamos a procurar captar o interesse jornalístico sobre as matérias relacionadas com o oceano – das ameaças que enfrenta às soluções que podem existir para as mitigar, passando por medidas concretas que é possível tomar, como a criação de novas áreas marinhas protegidas; continuamos a promover a realização de entrevistas e artigos variados nos media nacionais e internacionais; e mantivemos ativa, através do programa Blue Media, a parceria com o Programa de televisão “Falar Global”, emitido no canal de cabo CMTV.

Os resultados destas ações foram muito positivos, com coberturas jornalísticas intensas em diversos programas como a AMPIC ou as Ilhas Selvagens. Em comparação com 2020, no que respeita à audiência global, a Fundação duplicou o seu alcance, evidenciando o crescente interesse pelo trabalho desenvolvido.

A Fundação começa também a alcançar alguma atenção internacional, com publicação de diversos trabalhos em diferentes órgãos de comunicação social, como por exemplo nas agências noticiosas EFE (Espanha) e Associated Press (EUA), a par de diversas notícias em meios em Espanha, EUA, Canadá, Índia, Nova Zelândia e Taiwan, com destaque para a BBC Radio, o Washington Post e Euronews.

Nas nossas redes sociais, a presença e atividade foram também constantes ao longo de todo o ano, procurando promover maior interatividade com os seguidores das diferentes plataformas. No website, o ano de 2021 foi um ano de preparação da atualização dos conteúdos que se pretendem implementar em 2022.

Destaque ainda para a atribuição do “Prémio Pessoa 2021” a Tiago Pitta e Cunha, CEO da Fundação Oceano Azul, representando um merecido reconhecimento de mais de 20 anos de trabalho dedicados à proteção do oceano, a par de uma redobrada atenção aos programas desenvolvidos pela Fundação, sob a sua gestão. A atribuição deste prémio, que tradicionalmente tem sido a carreiras profissionais nas áreas da ciência e da cultura, representa igualmente uma importante mudança no panorama nacional, com os temas do oceano a ganharem inequívoco relevo.



DIGITAL

**591**  
NOTÍCIAS



IMPRENSA ESCRITA

**143**  
NOTÍCIAS



TELEVISÃO

**180**  
NOTÍCIAS



RÁDIO

**30**  
NOTÍCIAS



FACEBOOK

**32.300**  
SEGUIDORES  
(+7%)



INSTAGRAM

**14.900**  
SEGUIDORES  
(+14%)



TWITTER

**2.300**  
SEGUIDORES  
(+36%)



VÍDEOS

**126.000**  
VISUALIZAÇÕES



WEBSITE

**43.474**  
VISITAS



# CAPITAL NATURAL AZUL

Com o objetivo de alcançar a conservação dos valores naturais e a utilização sustentável do oceano, a Fundação Oceano Azul desenvolve programas integrados, que aliam, simultaneamente, a promoção, a proteção e a valorização do capital natural azul.



CAPITAL NATURAL AZUL

# ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

**Reconhecidas cada vez mais como uma ferramenta fundamental para a conservação marinha e implementação de estratégias de gestão e desenhadas para fins de conservação, as Áreas Marinhas Protegidas (AMP), quando efetivamente implementadas, têm vindo a ser promovidas cientificamente como a medida mais eficaz para reverter a perda de biodiversidade, de serviços dos ecossistemas e de biomassa.**

De acordo com o IUCN, as AMP são “zonas geograficamente delimitadas, geridas através de meios legais, destinados à gestão e conservação da biodiversidade, dos habitats e dos ecossistemas marinhos, assim como dos serviços dos ecossistemas e dos valores culturais associados.”



CAPITAL NATURAL AZUL ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

## BLUE AZORES

*Proteger, promover e valorizar o capital natural azul dos Açores*

O ano de 2021 foi particularmente importante para o Blue Azores, um programa iniciado em 2017 e centrado na conservação e no uso sustentável dos recursos marinhos que integra as vertentes de educação, de economia e de gestão de pescas, envolvendo vários parceiros locais, regionais, nacionais e internacionais, com vista a contribuir para tornar os Açores numa importante região oceânica sustentável da Europa. Para além de uma reafirmação dos compromissos estabelecidos no programa, por parte do novo Governo Regional e do início do processo participativo, através de reuniões para envolvimento e diálogo com as diferentes comunidades locais e regionais para a definição das novas áreas marinhas protegidas, foi assumida publicamente a decisão de aumentar o objetivo de proteção para 30% das Áreas Marinhas Protegidas com pelo menos 15% de área totalmente protegida. Das ações desenvolvidas ao longo de 2021, destacam-se ainda:

### Roadshow para reforço dos compromissos do programa

Apresentação em várias ilhas de diversas componentes do programa e que contou com a presença do Presidente do Governo Regional dos Açores, do Presidente da Waitt Foundation e do Presidente da Fundação Oceano Azul

### Início de funções do Comité técnico e científico

Criação e início de funções de um comité técnico e científico, constituído por 16 cientistas que reúnem de forma regular para aconselhar o Governo Regional dos Açores

### COOL Açores – Convenção das Organizações para um Oceano Limpo

Realização de duas sessões de trabalho que reuniram ONG's do Arquipélago dos Açores, para debaterem os problemas e ameaças com que se depara o oceano

### Open day sobre sustentabilidade do oceano

Sessão de esclarecimento dirigida aos colaboradores de 10 Associações de Pescadores da região

### Reuniões com entidades regionais

Em 2021, foram realizadas reuniões com 64 entidades

### Ações de formação de professores | EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

Realização de novas ações de formação de professores, no âmbito do programa Educar para uma Geração Azul, permitindo chegar a novas escolas nas ilhas do território

### Conferência internacional All Atlantic 2021

Divulgação do programa na Conferência Internacional All Atlantic 2021

### Lançamento de Vídeo institucional e Brochura

Produção e lançamento, em sessão pública, de vídeo institucional do programa, a par de brochura explicativa

Os objetivos deste programa estratégico para implementação de Áreas Marinhas Protegidas mantem-se no foco da atividade da Fundação:

**Proteger 30% do Mar dos Açores através de Áreas Marinhas Protegidas, com pelo menos 15% de área totalmente protegida**

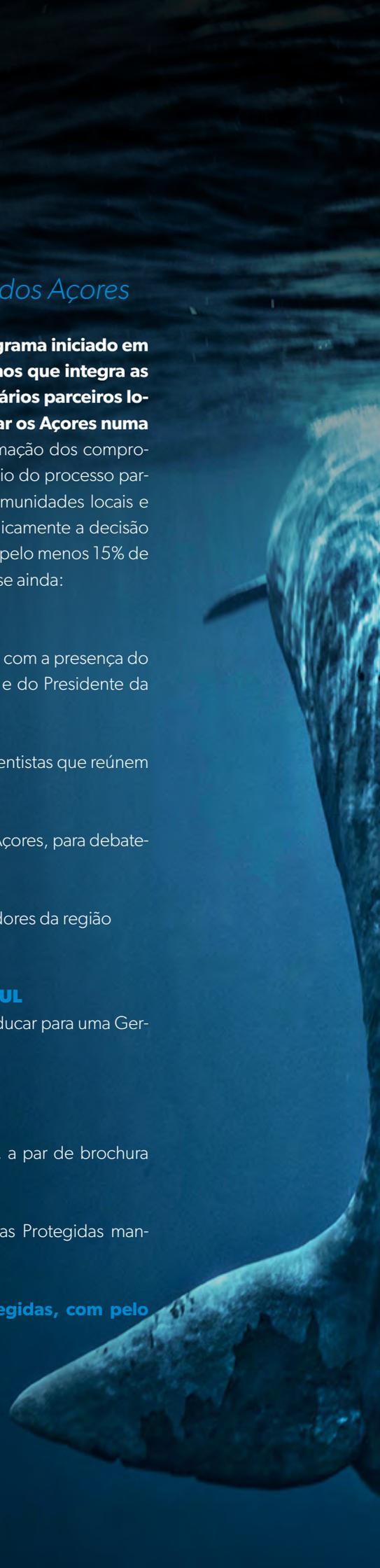
**Implementar planos de gestão para todas as Áreas Marinhas**

**Implementar um plano espacial marinho**

**Adotar abordagens inovadoras para a gestão sustentável das pescas**

**Promover a literacia do oceano nas escolas e na comunidade**

**Promover a ideação para a bioeconomia**



Iniciado em 2017, e reforçado em 2019 com a assinatura do Memorando de Entendimento com o Governo Regional dos Açores, o programa BLUE AZORES desenvolveu, até ao momento, as seguintes ações:

### ESTUDOS

#### 2 Expedições Científicas

**Livro Azul sobre áreas offshore**

**Modelo bioeconómico espacial para pesca de profundidade**

**Relatório legal sobre reconhecimento pela UE de AMPs nos Açores**

### EDUCAÇÃO

**+ 4.000 alunos envolvidos**

**377 professores formados**

**96 escolas em 4 ilhas**

**Criação do manual educativo "Educar uma Geração Azul - Açores"**

### ECONOMIA AZUL

#### Programa Blue Bio Value Ideação

5 equipas | 17 participantes | 1 equipa a participar na fase de aceleração

**Avaliação económica dos serviços do ecossistema marinho dos Açores**

113M€ / ano

**Mercado potencial para sequestro de carbono azul**

12.700 M€ / ano

### ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Processo de envolvimento das partes interessadas iniciado

Reuniões com 122 entidades locais

COOL Açores | 2 Convenções das Organizações para um Oceano Limpo

Formação em sustentabilidade do oceano com elementos administrativos de associações de Pescadores

Formação em técnicas de negociação com 11 representantes das partes interessadas

Vídeo e Brochura institucional Blue Azores

### MEDIA OUTREACH

**2 documentários** científicos produzidos

**161 mil visualizações** do YouTube

**5,5 mil seguidores** no Facebook

### INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS



GOVERNO  
DOS AÇORES



### CO-FINANCIAMENTO



ESTÉE LAUDER

CAPITAL NATURAL AZUL ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

## ÁREA MARINHA PROTEGIDA DE INTERESSE COMUNITÁRIO NO ALGARVE

**O ano de 2021 foi um ano emblemático para este projeto: após 3 anos de intenso trabalho no terreno, o projeto culminou com a entrega ao Governo Português de uma proposta e um pedido de aprovação dos diplomas jurídicos com vista à criação, implementação e cogestão desta nova Área Marinha Protegida, a designar por Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado.**

Esta proposta de criação da Área Marinha Protegida assenta em dois princípios basilares: i) uma sólida fundamentação técnico-científica para apoio à decisão e; ii) um processo participativo, inédito em Portugal, que contou com a participação ativa de 74 entidades.

O projeto para a criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC) no Algarve iniciou-se em 2018, através da promoção de várias reuniões consultivas, para debater as bases deste projeto, envolvendo o CCMAR – Centro de Ciência do Mar da Universidade do Algarve, as Câmaras Municipais de Albufeira, Silves e Lagoa, associações locais de pescadores, empresas marítimo-turísticas, administração regional, laboratórios do Estado, organizações não-governamentais e demais parceiros sociais.

Deste processo participativo resultou uma vontade coletiva de proteger o Recife do Algarve, o maior recife rochoso costeiro de Portugal Continental e uma das áreas com maior biodiversidade e produtividade da costa portuguesa, a par de promover a sustentabilidade das atividades económicas que dele dependem. Pretende-se garantir ainda o desenvolvimento económico sustentável da região, através da promoção de uma pesca local e do desenvolvimento de atividades recreativas sustentáveis, bem como a promoção de atividades educativas e culturais relacionadas com o oceano, reforçando a literacia, o conhecimento, a tradição e cultura locais.

O trabalho realizado evidencia também a vontade de que esta nova Área Marinha Protegida venha a ser gerida através de um modelo de cogestão que conte com a participação ativa das entidades locais interessadas, com a participação dos organismos relevantes da administração direta e indireta do Estado, as Autarquias locais, os centros de conhecimento e as entidades representativas de interesses socioeconómicos e ambientais envolvidos na área.

O dossier entregue, em 2021, ao Governo português, constitui a base para a criação da primeira Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário em Portugal, onde se incluem para instruir e fundamentar esta proposta:

- / os estudos técnicos e científicos desenvolvidos;
- / os relatórios das sessões do processo participativo e das reuniões bilaterais;
- / uma proposta de ato de classificação do Parque Natural Marinho;
- / as diretivas para a elaboração do programa especial e propostas de criação de um modelo de cogestão que envolva as comunidades locais e seja adaptado à especificidade das Áreas Marinhas Protegidas;
- / propostas de tipos de medidas de compensação por perdas de rendimento verificáveis nas atividades económicas; e
- / propostas de outras medidas a implementar, nomeadamente de valorização do território, dos recursos e das atividades, de vigilância, fiscalização e monitorização.



### **VALORES NATURAIS**

O MAIOR RECIFE ROCHOSO DE PORTUGAL  
UMA DAS REGIÕES COM MAIOR BIODIVERSIDADE  
12 NOVAS ESPÉCIES PARA A CIÊNCIA  
45 NOVOS REGISTOS PARA PORTUGAL  
19 ESPÉCIES COM ESTATUTO DE CONSERVAÇÃO

### **PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO**

2 anos de consulta pública e processo participativo  
74 entidades envolvidas  
7 reuniões gerais + 60 reuniões bilaterais com partes interessadas  
3 estudos técnicos: científico, socioeconómico e jurídico

### **PROPOSTA**

**156 km<sup>2</sup> de Área Marinha Protegida**  
**20 km<sup>2</sup> "ÁREA SEM ATIVIDADES EXTRATIVAS"**  
**dos quais 4 km<sup>2</sup> "DE PROTEÇÃO TOTAL, SEM ATIVIDADES"**

### **PRINCIPAIS CONQUISTAS**

- / Iniciativa coletiva inédita em Portugal, com a maioria das partes interessadas a favor da criação da AMPIC
- / Entrega ao Governo da proposta e pedido para a criação do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado
- / Será a primeira nova Área Marinha Protegida em Portugal em 20 anos

### **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

MUNICÍPIOS DA REGIÃO, UNIVERSIDADE DO ALGARVE, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES, OPERADORES MARÍTIMO-TURÍSTICOS, INSTITUTOS PÚBLICOS, ONG'S.

CAPITAL NATURAL AZUL **ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS**

## **ÁREA MARINHA PROTEGIDA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA EM CASCAIS, MAFRA E SINTRA**

A região marinha adjacente aos Municípios de Cascais, Mafra e Sintra apresenta um enorme valor natural em toda a zona costeira e encerra valores naturais marinhos de grande interesse, muitos ainda desconhecidos, importando aprofundar o conhecimento científico sobre os valores, as atividades socioeconómicas e os mecanismos de proteção dessas áreas.

Seguindo a abordagem preconizada pela Fundação Oceano Azul, em concretizar modelos de mudança que tenham como objetivo a proteção, promoção e valorização do capital natural azul, os Municípios de Cascais, Mafra e Sintra reconheceram a importância de proteger os valores naturais do seu território, em simultâneo com o seu uso sustentável e valorização das suas atividades económicas, e demonstraram interesse em replicar esse modelo e implementar uma Área Marinha Protegida de Iniciativa Comunitária (AMPIC) neste território, suportada por sólida fundamentação científica e através de processos participativos, com o envolvimento ativo de todas as partes interessadas locais e regionais.

Para isso, foi celebrado, em 2021, um Protocolo de Colaboração entre a Fundação Oceano Azul e os Municípios de Cascais, Mafra e Sintra, tendo-se realizado já as primeiras reuniões preparatórias para o início do processo que tem como objetivo a elaboração de uma proposta conjunta a apresentar ao Governo português para constituição desta nova Área Marinha Protegida.

Com a promoção de estudos científicos, técnicos, socioeconómicos e jurídicos e através de um processo participativo, acredita-se que será possível fomentar os usos do mar e promover atividades económicas sustentáveis nesta região, implementando processos de valorização das atividades, dos recursos e dos territórios e, simultaneamente, proteger os valores naturais e aumentar a literacia das comunidades locais sobre o oceano.

### **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Câmaras Municipais de Cascais, Mafra e Sintra



CAPITAL NATURAL AZUL **ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS**

## **ÁREA MARINHA PROTEGIDA DAS ILHAS SELVAGENS**

O ano de 2021 marca positivamente este projeto com a formalização, por parte do Governo Regional da Madeira, da criação da Maior Área Marinha Protegida com Proteção Total da Europa e de todo o Atlântico Norte, através da aprovação de um novo regime jurídico sobre a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, ampliando significativamente a proteção das águas deste Arquipélago, na data em que se assinalam os 50 anos da constituição desta Reserva.

Esta medida exemplar contou com o apoio direto da Fundação Oceano Azul, da National Geographic e do Waitt Institute, que contribuíram, desde 2017, para a obtenção de dados que, entre outros, sustentam cientificamente a decisão tomada.

A declaração desta Área Marinha de Proteção Total, suportada por estudos científicos, jurídicos e por dados recolhidos em expedições realizadas nos últimos anos, abrange um território de 2.677 km<sup>2</sup>, numa área de 12 milhas náuticas ao redor das Ilhas Selvagens. É nesta extensão que todas as espécies aí existentes passam a estar totalmente protegidas de atividades extrativas, como a pesca ou a exploração de inertes.

A cerimónia deste anúncio, pelo Presidente do Governo Regional, teve lugar na Madeira, e contou com a participação do Prince Alberto do Mónaco, o Embaixador Peter Thomson, a par dos presidentes da Waitt Foundation e da Fundação Oceano Azul e de Enric Sala da National Geographic Pristine Seas. Nesta data, foi ainda realizada a Conferência “Áreas Marinhas Protegidas, Madeira na rota dos Mares Prístinos”.

O alargamento desta Reserva reforça a proteção daquele que é o ecossistema mais intacto do Atlântico Nordeste.

### **ÁREA MARINHA TOTALMENTE PROTEGIDA**

**Aumento de 94 km<sup>2</sup> para 2.677 Km<sup>2</sup>**

12 milhas náuticas das Ilhas Selvagens

### **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Região Autónoma da Madeira | IFCNN | National Geographic Pristine Seas | Fondation Prince Albert II de Monaco | Waitt Institute



CAPITAL NATURAL AZUL

# BIODIVERSIDADE MARINHA

**A Fundação Oceano Azul e o Oceanário de Lisboa continuam a apoiar diversos programas para responder aos desafios críticos no âmbito da conservação das espécies e dos ecossistemas marinhos, os quais constituem recursos naturais essenciais para a sobrevivência e para o desenvolvimento económico e social da humanidade.**

**“Salvar o que resta” e recuperar o que se degradou, promovendo todos os esforços possíveis para a manutenção da biodiversidade marinha, é uma prioridade na nossa ação.**



CAPITAL NATURAL AZUL BIODIVERSIDADE MARINHA

## FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

**Criado, em 2017, pelo Oceanário de Lisboa e pela “Fundação Oceano Azul, e já com 3 edições, este Fundo destina-se a apoiar financeiramente projetos de conservação das espécies e ecossistemas marinhos, que incluam ações no terreno, assegurem a qualidade científica da informação, constituam iniciativas sustentáveis, potenciem a educação e apresentem uma forte componente de divulgação para especialistas e para o grande público.**

Durante 2021, financiados pelo Oceanário de Lisboa, prosseguiram os trabalhos de estudo, investigação e divulgação dos projetos vencedores, dos quais se destacam:

### 1ª EDIÇÃO “RAIAS E TUBARÕES. DA ESCURIDÃO PARA A LUZ DA CIÊNCIA”

#### **FINDRAYSHARK** AÇORES E BERLENGAS

##### *AVALIAR AS POPULAÇÕES DE RAIAS E TUBARÕES*

**PARCEIROS** MARE – CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR E DO AMBIENTE

- / Proposta de medidas de gestão e conservação de elasmobrânquios na Reserva Natural das Berlengas
- / Proposta de 5 tópicos prioritários de investigação com vista à definição de um Plano de Ação para a conservação de elasmobrânquios na Reserva Natural das Berlengas
- / Proposta de orientações para a monitorização das espécies de elasmobrânquios
- / Guia de boas práticas para a interação com elasmobrânquios dirigido aos diferentes stakeholders
- / Atividades de outreach nas escolas e para o público em geral
- / 3 teses de mestrado
- / 3 posters e uma comunicação oral em conferências científicas internacionais
- / 3 artigos científicos em preparação

#### **SHARK ATTRACT** PORTUGAL

##### *CRIAR CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA SOBRE TUBARÕES E RAIAS*

**PARCEIROS** MARE – CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR E DO AMBIENTE

- / Infografia “Medidas para reduzir o impacto das pescas nas populações de tubarões e raias”
- / Poster destinado aos pescadores “Tubarões e raias: conhecer para proteger e ter um oceano equilibrado”
- / Relatório “Análise dos desembarques de tubarões e raias da pesca comercial em Portugal”
- / Relatório “Perceção dos pescadores sobre a pesca de tubarões e raias e estado das respetivas populações”
- / Atividades de divulgação e sensibilização para a comunidade escolar e público em geral
- / 2 artigos científicos publicados



**FUNDO**  
PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS



### **ISLAND SHARK** ARQUIPÉLAGOS DA MACARONÉSIA

*ESTUDAR A IMPORTÂNCIA DAS ILHAS OCEÂNICAS PARA TUBARÕES MIGRATÓRIOS*

**PARCEIROS** OMA – OBSERVATÓRIO DO MAR DOS AÇORES, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- / 174 tubarões estudados e identificados
- / 6 cações e 3 tubarões martelo com transmissores de satélite
- / 76 cações e 22 tubarões martelo com transmissores acústicos
- / 143 amostras genéticas
- / Atividades de divulgação e sensibilização nas escolas de várias ilhas dos Açores
- / 2 comunicações orais em congressos

### 2ª EDIÇÃO

**“ESPÉCIES MARINHAS AMEAÇADAS. DA CIÊNCIA PARA A CONSCIÊNCIA”**

### **EEL TREK** AÇORES

*CONHECER OS MOVIMENTOS DAS ENGUIAS NOS AÇORES*

**PARCEIROS** FUNDAÇÃO GASPAR FRUTUOSO

- / 23 enguias marcadas
- / Indivíduos detetados a 1.000Km e a 1.500km a oeste dos Açores

### **WHALE TALES** MADEIRA

*AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O CACHALOTE NA MADEIRA*

**PARCEIROS** ARDITI – ASSOCIAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- / 20 saídas de campo para recolha de dados biológicos
- / 69 amostras biológicas de cachalote
- / 58 novos indivíduos identificados
- / Catálogo com 278 animais
- / Colocação dos primeiros transmissores de satélite em cachalotes
- / Palestras e exposição fotográfica



## 3ª EDIÇÃO

**“INVERTEBRADOS MARINHOS. PROTEGER NO MAR, O FUTURO DA TERRA.”****THE SELVAGENS' LIMPET PROJECT** ILHAS SELVAGENS, MADEIRA**ESTUDAR A GENÉTICA DA LAPA DAS ILHAS SELVAGENS**

**PARCEIROS** UNIVERSIDADE LUSÓFONA (COORDENAÇÃO); MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO FUNCHAL; CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E INSTITUTO PORTUGUÊS DE MALACOLOGIA

/ Os resultados preliminares deste estudo indicam que a espécie *Patella candei*, presente nas Ilhas Selvagens, não aparenta ser distinta da espécie encontrada nas Ilhas Canárias.

**COACH** RIA DE AVEIRO**PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APANHA DE BERBIGÃO**

**PARCEIROS** UNIVERSIDADE DE AVEIRO/CESAM

- / Amostragens, análise laboratorial e análise de dados
- / Mapas interativos com indicação da distribuição potencial de berbigão na Ria de Aveiro em cenários de alteração de temperatura e pluviosidade
- / Divulgação do projeto junto da comunidade piscatória
- / Entrevistas às comunidades pesqueiras
- / Reunião com vista à criação da Cooperativa do Berbigão da Ria de Aveiro
- / 1 artigo científico publicado

**DEEPBASELINE** PORTUGAL**CRIAR DE UMA BASE DE CONHECIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE DE ESPONJAS E CORAIS**

**PARCEIROS** CIIMAR (COORDENAÇÃO); IPMA; UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- / Visitas regulares aos principais portos de pesca para envolvimento dos pescadores
- / Inquéritos e entrevistas a pescadores profissionais e recreativos
- / Identificação morfológica das amostras recolhidas e campanhas científicas



CAPITAL NATURAL AZUL **BIODIVERSIDADE MARINHA**

## PROJETOS DE CONSERVAÇÃO APOIADOS PELO OCEANÁRIO DE LISBOA

**Para contribuir para a sobrevivência da biodiversidade, o Oceanário de Lisboa financia também projetos de instituições nacionais e estrangeiras, que visem a conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade marinha em geral.**

Em 2021, destacam-se os principais trabalhos desenvolvidos e resultados alcançados nos projetos em curso:

**PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS** SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
**GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À SOBREVIVÊNCIA DAS TARTARUGAS MARINHAS**  
**PARCEIROS** ASSOCIAÇÃO PROGRAMA TATÓ

- / >140.000 tartarugas libertadas no mar
- / 538 fêmeas marcadas
- / 53 praias monitorizadas diariamente
- / 25 praias monitorizadas semanalmente
- / 250 fêmeas recapturadas
- / 1.745 ninhos registados

**ANGEL SHARK** ILHAS CANÁRIAS  
**DESENVOLVER UMA METODOLOGIA DE MARCAÇÃO PARA AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O TUBARÃO-ANJO**  
**PARCEIROS** ZOOLOGICAL SOCIETY OF LONDON, UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS DE GRAND CANARIA, ZOOLOGICAL RESEARCH MUSEUM  
 ALEXANDER KOENIG

- / 20 tubarões-anjo marcados
- / 18 tubarões-anjo com amostras genéticas
- / instalação de novo recetor de profundidade

**FLY WITH BULL RAYS** MALTA E ILHAS CANÁRIAS  
**CONHECER A DISTRIBUIÇÃO, ABUNDÂNCIA, COMPORTAMENTOS E MODOS DE VIDA DOS RATÕES-BISPO**  
**PARCEIROS** IMAR - INSTITUTO DO MAR DOS AÇORES

- / 187 avistamentos
- / 34 locais monitorizados
- / 58 indivíduos foto-identificados
- / 15 indivíduos reavistados



**OS CAVALOS-MARINHOS DESCONHECIDOS** PORTUGAL

AUMENTAR O CONHECIMENTO ACERCA DAS DUAS ESPÉCIES DE CAVALO-MARINHO EXISTENTES EM PORTUGAL

**PARCEIROS** ASSOCIAÇÃO NATUREZA PORTUGAL | WWF PORTUGAL

- / Reporte de avistamentos de cavalos-marinhos no Norte de Portugal – dado novo no que diz respeito a toda a literatura científica já desenvolvida sobre estas espécies em Portugal
- / Elaboração do manual de formação para escolas de mergulho
- / Capacitação de 6 centros de mergulho que integram o projeto como embaixadores

**TUNAPRINT - THE TUNA BEHIND THE CAN** PORTUGAL

CARACTERIZAR A UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE ATUM NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA PORTUGUESA

**PARCEIROS** MARE – CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR E DO AMBIENTE

- / Caracterização da pescaria de atum em Portugal, fornecendo informação científica correta e atual
- / Desenvolvimento de um método que consegue extrair, amplificar e sequenciar fragmentos de DNA extremamente degradados e em pouca concentração, característicos do processo de enlatamento
- / Identificação genética de várias amostras de atum

**ANGOLA ELASMO PROJECT** ANGOLA

AVALIAR O IMPACTO DA PESCA NA ABUNDÂNCIA E DIVERSIDADE DE ELASMOBRÂNQUIOS EM ANGOLA

**PARCEIROS/ENTIDADES** LUDWIG-MAXIMILIANS - UNIVERSITY OF MUNICH

- / Projeto financiado em 2021 e para execução em 2022, pretende avaliar o impacto da pesca artesanal e semi-industrial na abundância e diversidade de elasmobrânquios em Angola

**MANTA CATALOG AZORES** AÇORES E ATLÂNTICO ESTE

AUMENTAR O CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS NOS AÇORES E NO ATLÂNTICO ESTE

**PARCEIROS** OKEANOS CENTRO I&D DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- / 7 novos indivíduos de *Mobula tarapacana* foto-identificados
- / 240 *Mobula tarapacana* foto-identificados
- / 31 *Mobula birostris* foto-identificados



CAPITAL NATURAL AZUL BIODIVERSIDADE MARINHA

## MANTA CONSERVATION EXPERIENCE

**Desenvolvido em colaboração com o projeto “Manta Catalog Azores”, este programa constitui uma estreia, para o Oceanário de Lisboa, no turismo de conservação e inaugura um novo modelo de apoio do Oceanário de Lisboa aos projetos de conservação das espécies e de conhecimento científico, pretendendo-se promover o seu autofinanciamento.**

Através do “Manta Conservation Experience”, os turistas podem participar ativamente nas atividades do projeto científico, mergulhar com as mantas e recolher dados e imagens, ao mesmo tempo que ficam a conhecer as espécies que visitam a ilha de Santa Maria, nos Açores.

Os participantes neste programa contribuem, simultaneamente, para apoiar financeiramente o projeto científico. A iniciativa conta ainda com o envolvimento de diversas entidades locais, representando também uma oportunidade de promoção da economia regional.

Em 2021, foram concretizadas as duas primeiras edições.





CAPITAL NATURAL AZUL

# PESCAS SUSTENTÁVEIS

**Cada vez mais, se torna necessário e urgente desenvolver políticas que permitam a coexistência do desenvolvimento humano com a proteção do oceano.**

Na Fundação Oceano Azul, promovemos a implementação de abordagens e modelos inovadores para a gestão da pequena pesca, desenhados e desenvolvidos em parceria com ONGs locais, pescadores, Governo e cientistas, com vista a alcançar um oceano próspero e resiliente.



CAPITAL NATURAL AZUL **PESCAS SUSTENTÁVEIS**

## **PROJETO-PILOTO PARA AS PESCAS SUSTENTÁVEIS**

**As restrições decorrentes da pandemia atrasaram a evolução do programa PARTICIPESCA, um projeto-piloto de cogestão da pequena pesca de polvo, na região do Algarve, em Portugal, e que envolve 13 Associações de Pescadores locais, representando mais de 700 pescadores da região.**

Ainda assim, foi possível realizar em 2021 diversas ações no âmbito deste projeto como:

- / inquéritos e entrevistas com todas as associações de pescadores com vista ao diagnóstico da pesca-ria e apoio ao projeto;
- / identificação e o envolvimento das partes interessadas com potencial para integrar o comité de cogestão, discussão de estratégias e modos de funcionamento do futuro comité;
- / criação e dinamização do Grupo de Aconselhamento Científico e “Global Octopus Network”;
- / desenvolvimento de metodologias de recolha de dados in-situ e o início dos embarques para moni-torização do recurso e pesca-ria;
- / workshop de capacitação direcionado aos pescadores sobre o ciclo de vida do polvo e a Cogestão, im-plementação de equipamentos de rastreio nas embarcações para reforço e monitorização da pesca-ria
- / plano de comunicação que inclui, entre outros, o lançamento de um website para o projeto e uma newsletter para partilha de informação.

O programa PARTICIPESCA que tem em vista uma maior proteção do capital natural, um aumento dos recursos pesqueiros e com um maior retorno às comunidades piscatórias, conta com um cofinancia-mento público do Programa Operacional Mar2020.

A ANP|WWF assume formalmente a coordenação operacional do projeto enquanto entidade facilita-dora e líder operacional do consórcio constituído pela EDF, CCMAR e IPMA, contando com o apoio e supervisão da Fundação Oceano Azul.

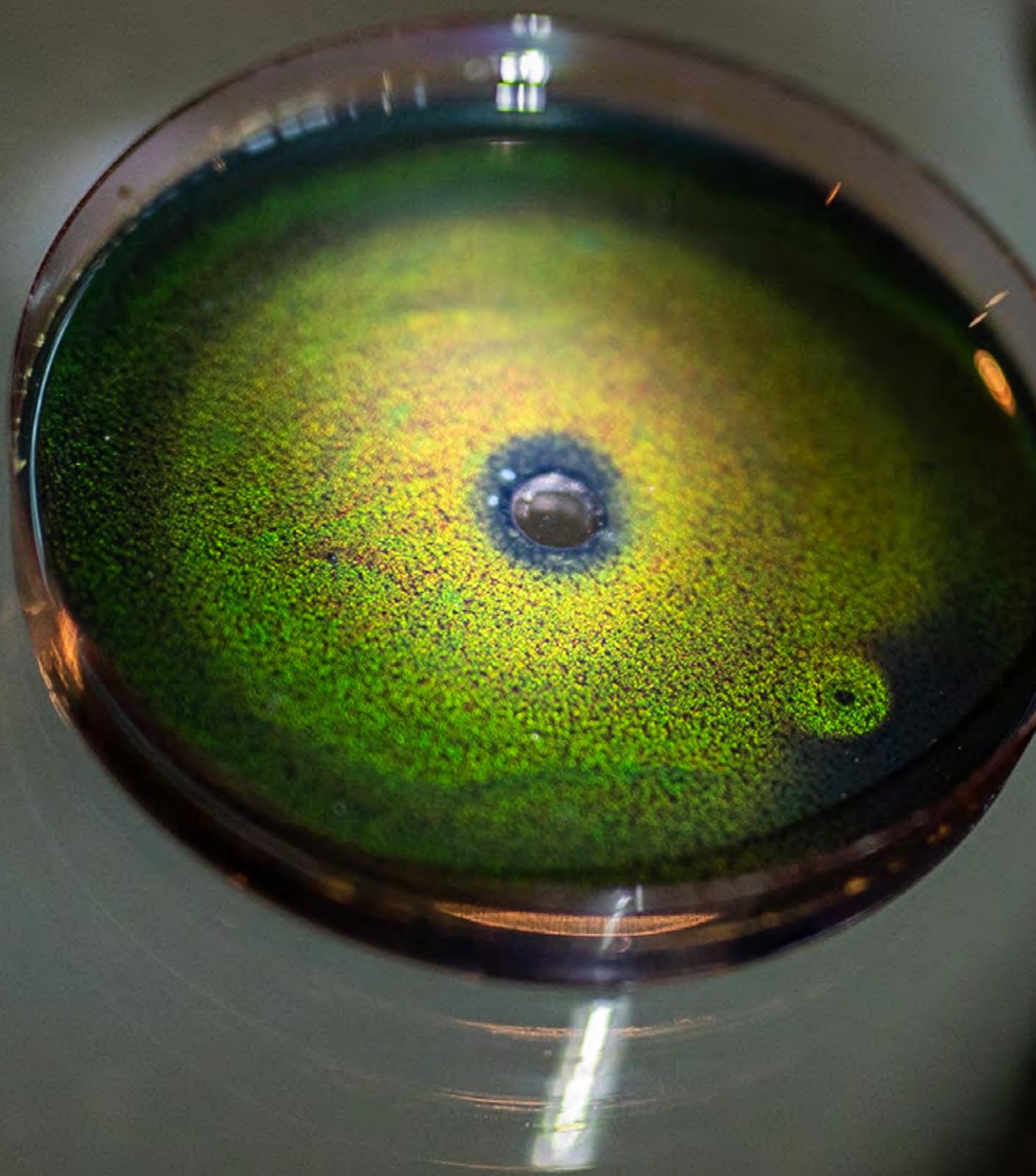
### **PARCEIROS**

ANP | WWF PORTUGAL, EDF - ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND; CCMAR; IPMA

### **CO-FINANCIAMENTO**







CAPITAL NATURAL AZUL

# CAPACITAÇÃO PARA UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

**Promover uma gestão integrada do oceano, baseada em valores éticos e em conhecimento científico, fomentando, simultaneamente, novas utilizações do mar, ambientalmente responsáveis e com uma pegada de carbono neutra, são uma forma de potenciar a conservação do oceano. Ao promover setores inovadores e sustentáveis para a economia azul, a Fundação Oceano Azul está a contribuir para completar a sua missão de dissociar o desenvolvimento económico da degradação do ambiente marinho.**



CAPITAL NATURAL AZUL **BIOECONOMIA AZUL**

## **BLUE BIO ECONOMY HUB PLATFORM**

**Em 2021, a Fundação Oceano Azul liderou um processo para a criação e dinamização de um hub de bioeconomia azul: a “Blue Bio Hub Platform”.**

Tendo como missão contribuir para acelerar e potenciar o desenvolvimento de um hub de bioeconomia azul em Portugal, esta Plataforma tem como principais objetivos aumentar o mercado organizado investindo em cadeias de valor da bioeconomia azul, proporcionar mais oportunidades que assegurem um aumento da transferência de conhecimento para o mercado neste sector e impulsionar o crescimento empresarial, juntando agentes de várias indústrias ao conhecimento científico e tecnológico, e a soluções emergentes de novas empresas.

Apoiada pelas consultoras internacionais E&Y e McKinsey, esta Plataforma informal permitiu gerar um primeiro consórcio empresarial, o qual submeteu uma candidatura a uma “Agenda Mobilizadora para a Reindustrialização do País”.

Intitulada “Pacto de Inovação para a Bioeconomia Azul” e caracterizada por um conjunto de verticais industriais, esta iniciativa permitirá impulsionar um crescimento económico, através de produtos e serviços blue biotech, incluindo os resultantes de startups aceleradas no programa Blue Bio Value. Este consórcio com ambição à escala mundial será central no desenvolvimento da bioeconomia azul nacional, em especial a biotecnologia, já que se propõe gerar, através da cooperação com centros de R&D e de PME’s de biotech azul, soluções inovadoras de elevado teor científico e tecnológico, com escala industrial. Os produtos do mar irão aportar valor a produtos, serviços e processos industriais produzidos em Portugal, como o food & feed, têxteis e calçado, biomateriais, produção e processamento de algas, produção de bivalves, soluções ambientais (biorremediação, etc.), entre outros.

A Plataforma conta atualmente com mais de 100 parceiros e reúne periodicamente para definir a estratégia de atuação, trabalhando quatro grandes áreas temáticas através de diferentes grupos de trabalho:

- / Apoio no desenvolvimento de novos projetos industriais e na conexão entre parceiros;
- / Desenvolvimento de ações de promoção, divulgação e promoção da bioeconomia azul;
- / Desenvolvimento de propostas de regulamentação, incluindo iniciativas legislativas;
- / Apoio à aceleração e incubação de startups.

CAPITAL NATURAL AZUL **BIOECONOMIA AZUL**

# **BLUE BIO VALUE ACELERAÇÃO**

**Promovido pela Fundação Oceano Azul em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, o Blue Bio Value é um programa internacional de aceleração de projetos e startups ligadas à bioeconomia azul e tem como visão estratégica transformar Portugal num centro internacional de excelência para empresas que operam na cadeia de valor dos biorecursos marinhos.**

Em 2021, realizou-se a quarta edição deste programa, que recebeu um total de 80 candidaturas de 28 países. Foram aceleradas 17 startups de 10 países, representando um crescimento de 20% dos participantes face a anos anteriores, sinal da crescente aposta na capacitação deste ecossistema.

O programa de aceleração teve a duração de sete semanas (cinco delas em versão remota e duas presenciais). Durante o programa, as start-ups tiveram oportunidade de validar as tecnologias desenvolvidas, ter acesso a uma rede única de mentores nacionais e internacionais, parceiros especialistas no setor, potenciais clientes e investidores, bem como adquirir competências de gestão. O programa culminou com o Final Pitch Day, onde as equipas tiveram a oportunidade de apresentar as soluções e negócios, e que incluíram, por exemplo, cerâmica feita de escamas de peixe, bioplásticos para substituir embalagens e um produto capilar com ingredientes naturais da Ria Formosa. A portuguesa Blue Oasis Technology, a norueguesa Tekslo Seafood e a argentina FeedVax foram as três startups vencedoras da quarta edição do “Blue Bio Value”.

O Blue Bio Value é o primeiro programa de aceleração de empresas focado em escalar soluções bio, de origem marinha, para aplicações de mercado em diversas indústrias, com alta incorporação de conhecimento científico e inovação. O programa é um acelerador de negócios que está a ajudar empresas startups a fortalecer os seus modelos de negócio e a desafiar e melhorar as suas estratégias de mercado, promovendo também uma utilização mais sustentável do oceano.

**4 EDIÇÕES EM 4 ANOS**

**59 STARTUPS | 19 NACIONALIDADES**

**+ 360 CANDIDATURAS**

**+ 70 MENTORES**

**REDE DE + 900 PESSOAS DE 5 CONTINENTES**

**INVESTIDORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

**180 MIL EUROS EM PRÉMIOS**

**INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**

BLUEBIO ALLIANCE; MAZE

**PROGRAMA PROMOVIDO CONJUNTAMENTE COM**



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN

CAPITAL NATURAL AZUL **BIOECONOMIA AZUL**

## **BLUE BIO VALUE** **IDEAÇÃO**

Complementar ao programa de aceleração e partilhando da mesma visão, o programa de ideação, gizado em 2019, pretende fomentar a geração de novas ideias de negócio relacionadas com o oceano, e que as melhores ideias possam ser incluídas na fase de aceleração do Blue Bio Value.

Depois de em 2020, se ter testado o modelo, através de dois pilotos realizados em estreita articulação com a Universidade de Aveiro e com a Universidade dos Açores, em 2021, teve lugar a primeira edição deste programa de ideação, com duas sessões, que decorreram na NOVA SBE e na Porto Business School, respetivamente. A parceria com escolas de gestão e um formato melhorado permitiram um aumento de participantes, sobretudo das áreas da gestão e engenharias, essenciais ao desenvolvimento de negócio na biotecnologia.

Em 2021, foram seguidas três abordagens simultâneas para desenvolvimento de ideias de negócio, permitindo aos participantes:

- / conhecer as oportunidades e desafios de algumas empresas, respondendo a um reverse pitch das empresas DELTA, Seaculture, Soja de Portugal e Sonae MC;
- / conhecer ou apresentar projetos de I&D promissores e que serviram de base à criação de um primeiro modelo de negócio;
- / criar novas ideias que respondam a necessidades de mercado, tomando partido do conhecimento científico e tecnológico disponibilizado.

Entre as equipas vencedoras, estão participantes de diversas instituições académicas, entre elas, a Universidade de Aveiro, o ICBAS, FCUP, o IST, a FCUL, a NOVA SBE, a NOVA FCT e a Universidade Católica, cumprindo-se assim o desígnio de fazer crescer novas ideias de negócio a partir do *expertise* ou de investigação em desenvolvimento na academia nacional.

Vocacionado para a comunidade académica, este programa lança novos desafios a estudantes e a investigadores, para melhor assegurar a transferência de tecnologia das Universidades e Centros de Investigação para o mercado, procurando assim promover uma utilização sustentável dos recursos marinhos.

### **1 PILOTO E 1 EDIÇÃO EM 2 ANOS**

**88 PARTICIPANTES**

**26 EQUIPAS**

**12 PROJETOS VENCEDORES**

**3 PROJETOS INTEGRARAM O BBV ACELERAÇÃO**

#### **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

BLUEBIO ALLIANCE; MAZE; PORTO BUSINESS SCHOOL; NOVA SBE

#### **PROGRAMA PROMOVIDO CONJUNTAMENTE COM**

 **FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN**

#### **CO-FINANCIAMENTO**

**ESTÉE LAUDER**





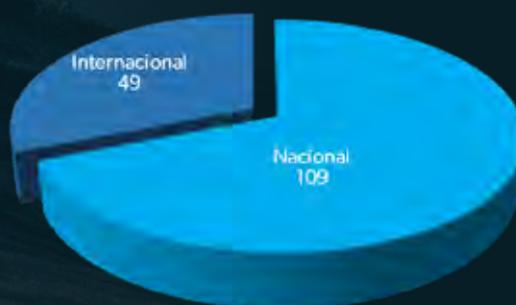
# REDE AZUL

Uma maior articulação entre os diferentes interlocutores, o reforço do tema dos oceanos na agenda nacional e internacional e uma sensibilização cada vez maior das instituições e dos Governos, são fatores relevantes para o crescente alerta sobre as ameaças à sustentabilidade do oceano e para a consciencialização da urgência das ações a levar a cabo. Neste contexto, a Fundação Oceano Azul tem conduzido uma política ativa de representação e intervenção em diferentes fóruns, que lhe permite advogar e alcançar resultados efetivos na defesa do oceano.

Em 2021, ficou evidente que a cooperação entre as partes interessadas públicas e privadas está a tornar-se cada vez mais importante para acelerar uma agenda transformadora do oceano, garantindo especificamente a cooperação transnacional.

Para o efeito, e durante mais um ano difícil marcado por adiamentos e cancelamentos de eventos e conferências relacionados com a pandemia, a Fundação Oceano Azul esteve ativa no desenvolvimento de parcerias que permitem aumentar a ambição do oceano em vários fóruns, tanto a nível nacional como internacional. A Fundação Oceano Azul esteve ainda ativa na ligação entre diferentes processos de tomada de decisão, especificamente no âmbito da ONU, algo que a Fundação considera essencial para que as questões ligadas ao oceano ganhem uma verdadeira atenção internacional.

## PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS SOBRE O OCEANO



## TIPO DE PARTICIPAÇÃO





REDE AZUL

## RISE UP | BLUE CALL TO ACTION

**Criada em 2019, pela Fundação Oceano Azul, a Ocean Unite e a Oak Foundation, a iniciativa RISE UP – A Blue Call to Action, entregue em 2020 ao Secretário-Geral das Nações Unidas, conta com o apoio de centenas de organizações, unidas no apelo conjunto da sociedade civil aos governos e empresas para que se comprometam com ações ousadas e urgentes, para a recuperação do oceano, e tendo em vista a realização da Conferência do Oceano, programada para junho de 2022.**

Em 2021, o programa RISE UP – A Blue Call to Action utilizou a incerteza e a imprevisibilidade da agenda internacional dos oceanos, marcada por adiamentos e atrasos na realização dos eventos internacionais, para solidificar as suas bases e para desenhar e conceber o plano de ação que pode contribuir para aumentar a sua ambição. Com o crescente acordo dentro da comunidade ligada ao oceano para uma agenda coletiva e coordenada, a Rede RISE UP cresceu além dos 500 membros.

Num ano em que predominou a realização de eventos em suporte virtual, a Rede RISE UP definiu vários grupos de trabalho sobre as questões prioritárias para 2022 que beneficiariam da força adicional da Rede RISE UP. Esses grupos de trabalho incluíram:

- /Definição de Pesca Destrutiva
- /Ambição do Tratado de Alto Mar (High Seas Treaty Ambition)
- /Ligação entre Oceano e Clima
- /Alimentação Azul e Pesca em Pequena Escala

Também em 2022, a Fundação Oceano Azul garantiu o futuro imediato da RISE UP ao finalizar um novo acordo de cofinanciamento com a Oak Foundation por mais três anos. Complementarmente, a Rede RISE UP garantiu também o financiamento adicional da Ryan Cooper Family Foundation. A disposição dos financiadores em apoiar o RISE UP demonstra a necessidade e o entusiasmo de um esforço coletivo da sociedade civil para as questões ligadas ao oceano.

Importa ainda referir que a iniciativa RISE UP recebeu um novo parceiro estratégico – a Seas At Risk, que assumirá o papel de dinamizador da Rede RISE UP.

### ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES SUBSCRITORAS

Greenpeace; Flora Fauna International; Web Summit; PADI; Mission Blue; The Ocean Foundation; Nektan; The Ocean Agency; Sciaena; Marilles Foundation; Ocean Alive; Surfrider Foundation; MAR Fund; Project AWARE; MAVA Foundation; Quercus; Environmental Defense Fund; Sargasso Sea Commission; Manta Trust; Costa Humbolt; Zoological Society of London; Oceanic Preservation Society; REV Ocean; Marine Conservation Society; Lonely Whale; Wetlands International; Peace Parks Foundation; Marine Megafauna Foundation; Tata Trusts; WSL PURE; University of Algarve; Gallifrey Foundation; EuroMarine; BLOOM; The Ocean Race; Arcadia; LPN; Planeta Océano; MarViva; Environmental Investigation Agency; Global Fishing Watch; Velux Foundations; and many more.

#### CO-FINANCIAMENTO



REDE AZUL

# CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DEDICADA AO OCEANO

## ANP | WWF PORTUGAL

É objetivo da Fundação Oceano Azul contribuir para o surgimento, em Portugal, de ONGs focadas no oceano, que sejam mais fortes, mais ativas e mais relevantes. Neste âmbito, a Fundação estabeleceu uma parceria com a Fundação OAK para desenvolver um programa, a 3 anos, que visa capacitar uma ONG a operar em Portugal, reforçando a sua atuação em temas do oceano.

A ANP | WWF Portugal foi a instituição contemplada, por este programa, através de um apoio financeiro, para o período de 2020-2021-2022, para reforçar o seu posicionamento como organização ativa na proteção do oceano junto de stakeholders, incluindo decisores políticos, autoridades, profissionais dos setores, outras organizações não-governamentais e, em geral, a opinião pública.

Principais áreas de intervenção:

- / **Implementação de novos programas de conservação do oceano focados na pesca sustentável e na cogestão**
- / **Advocacia ativa e relevante, tanto a nível nacional como internacional, para influência nas políticas de pesca, nomeadamente na Política Comum das Pescas**
- / **Implementação de medidas concretas para a proteção de espécies bandeira em Portugal, nomeadamente tubarões e raias, enguias e cetáceos.**

Em 2021, destacaram-se as seguintes atividades:

### **“Tubarões e Raias: Guardiões do oceano em crise”**

Lançamento de um relatório e *factsheets* sobre tubarões e raias

Ações junto do Ministério do Mar para assegurar a elaboração de um “Plano de Ação Nacional para a gestão e conservação de Tubarões e Raias”

### **“Golfinhos no Tejo”**

Lançamento do projeto “Golfinhos no Tejo”.

Contribuição para o “Guia de Boas Práticas para a Observação de Golfinhos no Tejo”.

### **Observatório científico de cetáceos no Tejo**

Parceria com a equipa de cetáceos do ISPA e colaboração com investigadores de acústica da FCUL para planear a implementação de um observatório científico para estudar os cetáceos que visitam o estuário do Tejo

### **Apoio à AMPIC – Área Marinha de Interesse Comunitário do Algarve**

Preparação de documento de posicionamento, em articulação com a PONG-Pesca e outras ONG’s nacionais, para apoio à AMPIC.

### **Contributo para o relatório internacional “Into deep, what we know and do not know about Deep Seabed Mining”**

Organização de webinar para lançamento público do relatório e contribuições para o mesmo, posicionando-se a ANP|WWF como escritório focal para as questões relacionadas com o “Deep Sea Mining”.

### **Participação e contribuições para “Position Papers” internacionais**

- / “Assessing the Socio-Economic impact of the EU-CFP”
- / “Priorities for the revision of the EU Fisheries Control System”
- / “15 recommendations to ensure a fair EMFAF”

#### **INSTITUIÇÃO PARCEIRA**

ANP | WWF PORTUGAL

#### **CO-FINANCIAMENTO**



## REDE AZUL

## **PARTICIPAÇÃO E APOIO A PLATAFORMAS, ORGANIZAÇÕES E REUNIÕES SOBRE O OCEANO**

**Durante o ano de 2021, apesar do quadro das limitações circunstanciais decorrentes da pandemia, a Fundação Oceano Azul promoveu uma intensa participação e organização de encontros relacionados com o oceano.** Presencialmente e/ou virtualmente, muitas foram as reuniões de trabalho, visitas, encontros, conferências em que a Fundação Oceano Azul assegurou presença e promoveu o debate de temas relativos ao oceano. Entre as muitas participações destacam-se:

### **/ Virtual World Ocean Summit**

A Fundação Oceano Azul foi o principal patrocinador, orador e conselheiro estratégico e de conteúdo do evento promovido pelo The Economist, juntamente com o Governo de Portugal.

### **/ High-Level Thematic Debate on SDG14**

A Fundação Oceano Azul foi convidada a partilhar pontos de vista sobre os resultados considerados necessários para Conferência do Oceano da ONU.

### **/ Azores Hope Spot Launch**

Cooperação com a Dra. Sylvia Earle e parceiros na Mission Blue para lançar o Azores Hope Spot.

### **/ GLEX Summit**

Intervenção sobre a importância do oceano junto da comunidade de exploradores.

### **/ IUCN World Conservation Congress**

A Fundação Oceano Azul teve um papel ativo na garantia de vínculos com a Conferência do Oceano da ONU, impulsionando a agenda de interligação entre os diferentes fóruns.

### **/ The Earthshot Prize**

A Fundação Oceano Azul teve o prazer de ver um de seus indicados, a National Geographic Pristine Seas, como finalista do prémio Revive Our Ocean de 1 milhão de libras.

### **/ UNFCCC COP26**

A Fundação Oceano Azul garantiu a criação de fortes ligações entre a COP26 e a Conferência do Oceano da ONU, através da realização de um jantar dedicado ao tema “Oceano-Clima” que reuniu os Estados-Membros e a sociedade civil. Este evento, organizado pela os Governos de Portugal e do Quênia, juntamente com o Embaixador Peter Thomson, contou com o apoio pela Fundação Oceano Azul.



**REDE AZUL****ACONSELHAMENTO JUNTO DE GOVERNOS**

**A Fundação Oceano Azul pretende posicionar-se como um agente importante junto dos decisores políticos e líderes mundiais, com vista a promover e robustecer a agenda internacional do oceano.**

Neste âmbito, foram assinados, em 2021, dois importantes Protocolos:

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, PORTUGAL**

Em 2021, a Fundação Oceano Azul formalizou uma parceria estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal. Esta parceria, concretizada num Memorando de Entendimento, visa impulsionar coletivamente a agenda dos oceanos, tanto em Portugal, como internacionalmente, através dos vários fóruns governamentais no âmbito da ONU e da Comissão Europeia.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA MARÍTIMA, CABO VERDE**

A Fundação Oceano Azul estabeleceu também uma parceria com o Ministério da Economia Marítima de Cabo Verde, através de um Memorando de Entendimento, que visa apoiar o Governo de Cabo Verde na gestão, proteção e compreensão do seu capital natural azul, bem como na colaboração para desenvolver um programa de trabalho, em conjunto com parceiros internacionais, para garantir o estabelecimento de 20% da Zona Económica Exclusiva de Cabo-Verde em Áreas Marinhas Protegidas.

Paralelamente e ao longo de 2021, destacam-se também, entre outras, as seguintes ações:

**COMISSÃO EUROPEIA**

Contactos com DG MARE com vista a uma mais ambiciosa agenda europeia para o oceano e em alinhamento com os objetivos da Missão Estrela do Mar, onde a Fundação continuou a ter uma participação muito ativa.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

A Fundação tem promovido um forte relacionamento com a Missão Portuguesa nas Nações Unidas, com vista a reforçar a importância da Conferência do Oceano, que terá lugar em Lisboa, em 2022. É de registar também o contributo junto do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, para a reunião de Alto Nível do SDG14.

**GOVERNOS**

Durante 2021, realizaram-se diversos encontros com representantes de diversos países, sobretudo através dos seus Embaixadores, como por exemplo da Irlanda, Reino Unido, Países Baixos, Canadá, para dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela Fundação, reforçar a importância do oceano, na agenda política, e sensibilizar também para a relevância da Conferência do Oceano das Nações Unidas.

Em Portugal, para além do Protocolo celebrado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ano de 2021 fica marcado também pela continuidade da colaboração com o Ministério da Educação e do Ambiente, a par de uma intensa colaboração com o Ministério do Mar, tendo sobretudo em vista a promover uma maior ambição de Portugal na liderança dos assuntos do mar e para um maior destaque à já mencionada Conferência do Oceano das Nações Unidas.

ATIVOS DA FUNDAÇÃO

# OCEANÁRIO DE LISBOA

**O Oceanário de Lisboa mantém-se como um ativo fundamental da Fundação Oceano Azul, com um papel crucial na missão de contribuir para um oceano produtivo e saudável e como aquário público de referência, promovendo uma ligação emocional única ao oceano e assegurando uma ação de conservação, educação e sensibilização de abrangência significativa.**

Em 2021, a atividade do Oceanário foi ainda afetada pela pandemia, verificando-se o seu encerramento ao público entre janeiro e abril. Cumulativamente, o número de turistas em Lisboa voltou a ser muito reduzido, durante a maioria dos meses do ano, e as medidas nacionais preventivas da COVID-19 impuseram, até ao final de agosto, uma lotação reduzida do equipamento, com enormes repercussões financeiras.

Capitalizando a experiência adquirida em 2020, continuou a ser executado em 2021 um rigoroso controlo dos custos, a par de uma forte dinâmica comercial, permitindo uma melhoria significativa do resultado financeiro, embora ainda negativo. Apesar desta situação, 2021 foi um ano de inovação, tendo sido reforçada a oferta de experiências de contacto com a Natureza, em parceria com outras entidades. Destacam-se também os sucessos alcançados na reprodução de espécies do Oceanário de Lisboa, com especial relevo para os corais, que fazem antever um impacto cada vez maior na aquisição de conhecimento científico por parte da instituição.

VISITANTES

**584 751** (+12%)

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES

**89%**

RESULTADO LÍQUIDO

**-2,7M€** (+2,4M€)



OCEANÁRIO DE LISBOA

**2021****JANEIRO**

Oceanário de Lisboa é a marca nº1 da escolha do consumidor



Encerramento ao público, de 15 de janeiro a 6 de abril, como medida preventiva decorrente da situação pandémica

Assinatura do compromisso com a inclusão e membro do Conselho de Instituições do «NOVA SBE Inclusive Community Forum»

**MARÇO****MAIO**

Nascimento de três pinguins-de-magalhães

**FEVEREIRO**

Uma visita guiada ao aquário realizada "em direto" permite ao público em casa acompanhar a rotina diária dos animais

**ABRIL**

Reabertura ao público a 7 de abril



Participação no #earthdday2021 sensibilizando a sociedade civil para a importância que o oceano desempenha na terra

**JUNHO**

A lontra-marinha "Maré", um dos mais carismáticos e acarinhados habitantes do Oceanário de Lisboa, morreu no dia 1 de junho, com 23 anos de idade



Parceria com o "Maat – Museu de arte, arquitetura e tecnologia" para a exposição «aquaria - ou a ilusão do mar fechado» aborda os oceanos de forma crítica e criativa em debates, visitas temáticas, workshops e oficinas



**JULHO**

Novo programa «golfinhos no tejo» permite observar golfinhos em meio selvagem, num passeio de barco em lisboa



Reabertura do restaurante #seathefuture tendo como conceito base a sustentabilidade e a preocupação com o futuro do planeta



**OUTUBRO**

Oceanário de Lisboa elabora novo «livro vermelho dos peixes marinhos de portugal»



Programa de educação retoma formato presencial no oceanário de lisboa



Novo programa de educação «salpicos no tejo» leva as escolas à descoberta da biodiversidade nas salinas do samouco



**DEZEMBRO**

Nova visita guiada é destinada a famílias e convida os participantes a explorar os animais marinhos do Oceanário de Lisboa



Introdução de dois tubarões-zebra do índico reforça a sensibilização dos visitantes para a importância da biodiversidade marinha



Reconhecimento da «species survival commission» da união internacional para a conservação da natureza (iucn) pela relevância e contribuição do trabalho do oceanário de lisboa para a missão daquela organização no período de 2017-2021

**AGOSTO**

**SETEMBRO**

Programa-piloto de turismo de conservação «Manta Conservation Experience»



**NOVEMBRO**

Pela primeira vez, no Oceanário de Lisboa, foi realizada a reprodução sexuada de corais tropicais, através da indução da libertação de gâmetas.



OCEANÁRIO DE LISBOA

## LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Em 2021, a criação de uma equipa do Oceanário de Lisboa dedicada à reprodução permitiu dar maior atenção a esta atividade, com desenvolvimento de técnicas e competências capazes de gerar bons resultados.

### REPRODUÇÃO DE TELEÓSTEOS

Recolha de 443 posturas de teleósteos, em mais de 10 aquários da exposição, e recolha de posturas de 20 espécies. As larvas de 10 espécies conseguiram alimentar-se de alimento exógeno, sendo possível atingir o estágio juvenil de 6 espécies.

### REPRODUÇÃO DE CORAIS

Início do projeto de reprodução de corais tropicais e de corais temperados (gorgónias).

## CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

Integração na Rede Internacional de Centros para a Sobrevivência de Espécies (Center for Species Survival) da IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, que engloba 10 parques zoológicos, em 5 continentes, os quais desenvolvem trabalho colaborativo para a conservação de espécies.

### AVALIAÇÃO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Como resultado da parceria com a UICN, para a avaliação de espécies para a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, o Oceanário de Lisboa contribuiu, até 2021, para a avaliação de cerca de 700 das 3.263 espécies marinhas avaliadas internacionalmente nos últimos 3 anos.

### RECONHECIMENTO PELA «SPECIES SURVIVAL COMMISSION»

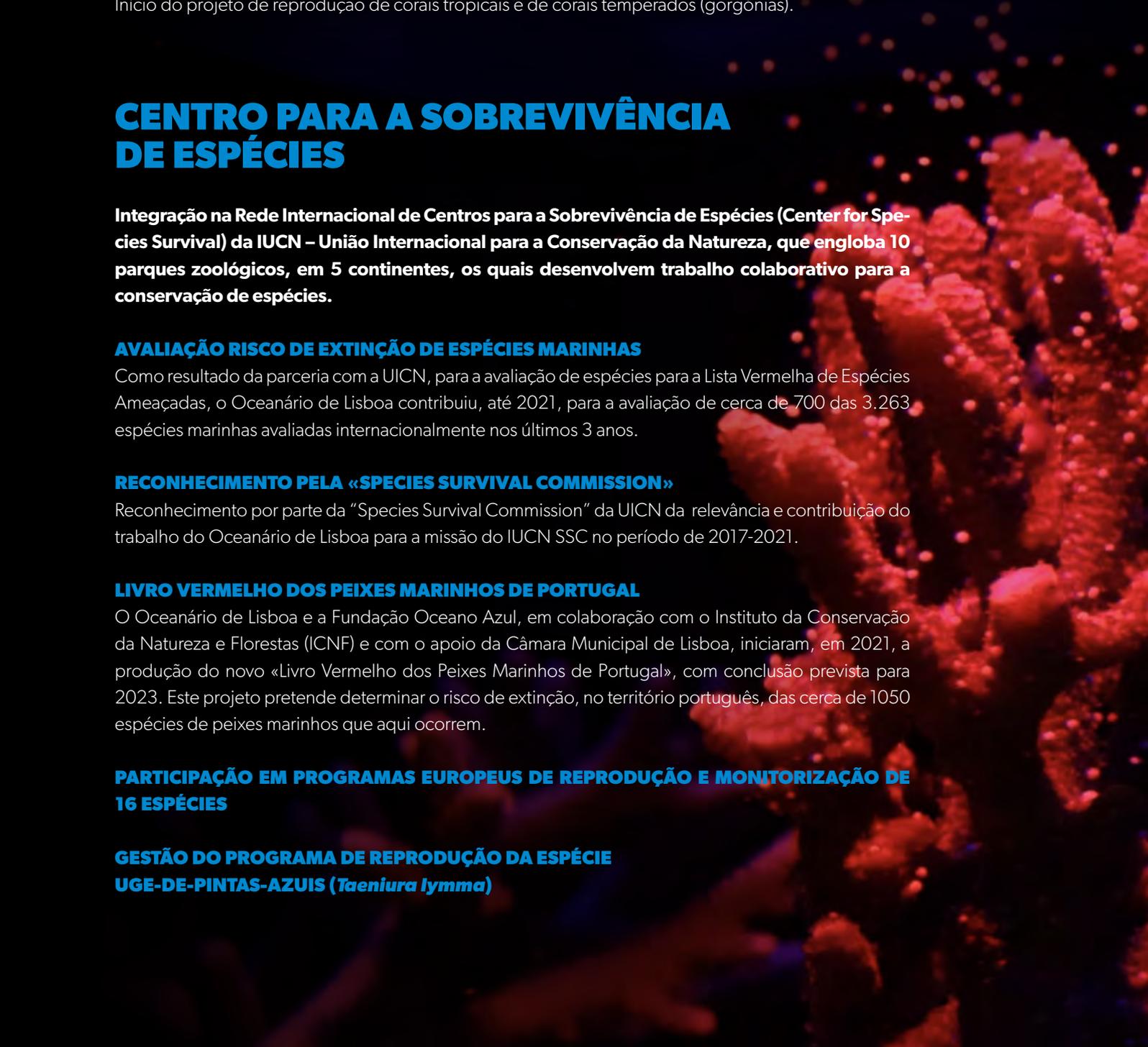
Reconhecimento por parte da “Species Survival Commission” da UICN da relevância e contribuição do trabalho do Oceanário de Lisboa para a missão do IUCN SSC no período de 2017-2021.

### LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, iniciaram, em 2021, a produção do novo «Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal», com conclusão prevista para 2023. Este projeto pretende determinar o risco de extinção, no território português, das cerca de 1050 espécies de peixes marinhos que aqui ocorrem.

### PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE 16 ESPÉCIES

### GESTÃO DO PROGRAMA DE REPRODUÇÃO DA ESPÉCIE UGE-DE-PINTAS-AZUIS (*Taeniura lymma*)



OCEANÁRIO DE LISBOA

## TRABALHO COLABORATIVO PARA A CONSERVAÇÃO

O trabalho desenvolvido pelo Oceanário de Lisboa com as espécies da sua coleção e a partilha desse conhecimento e experiência com uma rede internacional de instituições similares, permite-lhe ser promotor e parceiro importante no trabalho colaborativo para a conservação de espécies.

### PARTICIPAÇÃO EM COMITÉS E ASSOCIAÇÕES

#### EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS (EUAC)

/ PRESIDÊNCIA

/ GRUPO DE TRABALHO "ANIMAL DISPOSITIONS" (MEMBRO)

#### EUROPEAN ASSOCIATION OF ZOO AND AQUARIA (EAZA)

/ EXECUTIVE COMMITTEE, AQUARIUM COMMITTEE, COMMUNICATION COMMITTEE (MEMBRO)

/ JELLYFISH TAXON ADVISORY GROUP (COORDENAÇÃO)

/ ELASMOBRACH TAXON ADVISORY GROUP (MEMBRO DO STEERING COMMITTEE)

/ EAZA BIOBANK WORKING GROUP (MEMBRO)

O Oceanário de Lisboa é o representante dos aquários públicos europeu no Biobanco da EAZA, que pretende ser uma fonte primária de material genético para apoiar a gestão de populações e a investigação de conservação, fazendo a ligação entre investigadores e as amostras disponíveis que têm origem em indivíduos mantidos em zoológicos e aquários.

#### IUCN – INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE

SHARK SPECIALIST GROUP (MEMBRO)

### 17 COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

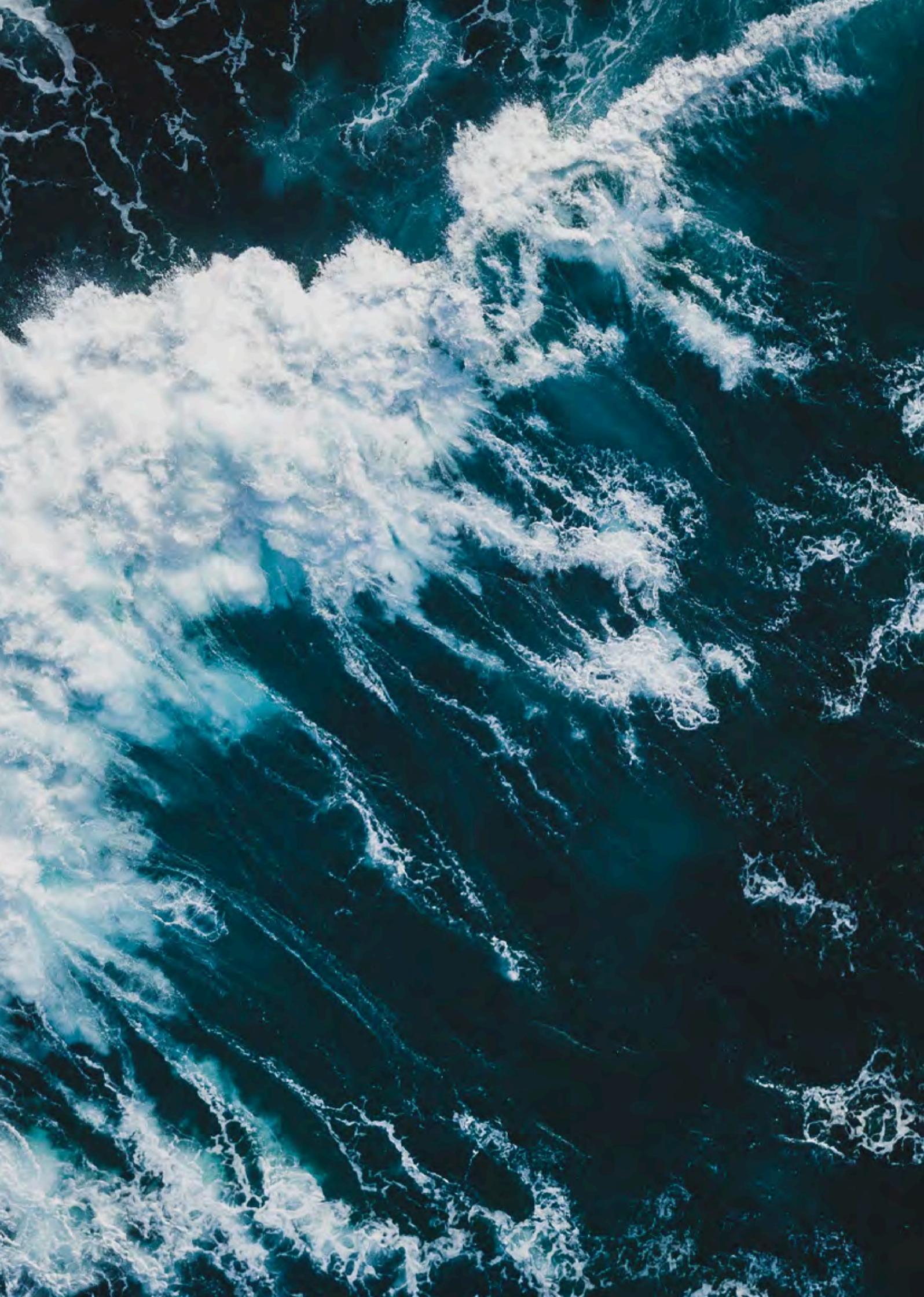
Em 2021, o Oceanário de Lisboa teve comunicações em encontros promovidos por diversas entidades, entre as quais: EUAC | EAZA | Species Survival Commission | The Ocean Sunfish Symposium | Programa Bandeira Azul | Núcleo de Estudantes de Engenharia Zootécnica | Universidade Federal de Goiás | MAAT – Museum of Art, Architecture and Technology.

### 3 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

### 7 ESTÁGIOS CURRICULARES E 2 ESTÁGIOS PROFISSIONAIS CONCEDIDOS

### 2 COLABORAÇÕES EM TESES DE MESTRADO DE UNIVERSIDADES PORTUGUESAS

### 3 AÇÕES DE FORMAÇÃO PRESTADAS A OUTRAS INSTITUIÇÕES



# ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

**A Fundação Oceano Azul é uma fundação de direito privado português, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa.**

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

O Grupo Fundação Oceano Azul, tratado nas demonstrações financeiras consolidadas aqui apresentadas, é constituído pela Fundação Oceano Azul e pela sua empresa subsidiária Oceanário de Lisboa, S.A.

De salientar que a atividade da Oceanário de Lisboa, S.A. é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do Oceanário de Lisboa, iniciado em 9 de junho de 2015, por um período de 30 anos.

<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativo</b>		
Direitos de Concessão	48.682	50.757
Caixa e Depósitos Bancários	1.051	1.989
Outros	11.628	12.751
<b>Total do Ativo</b>	<b>61.361</b>	<b>65.497</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>		
Fundos	7.172	7.172
Resultado Líquido do Exercício	-3.261	-5.057
Outros	6.387	11.146
<b>Total de Fundos Patrimoniais</b>	<b>10.298</b>	<b>13.262</b>
<b>Passivo</b>		
Obrigação contratual de pagamento de renda da concessão do Oceanário (30 anos)	27.604	28.231
Financiamentos Obtidos	19.069	19.018
Outros	4.389	4.987
<b>Total do Passivo</b>	<b>51.063</b>	<b>52.235</b>

milhares de euros

Direito de Concessão - o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Fundação se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 17,5 milhões de euros (líquido de amortizações acumuladas de 4,7 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2021 relativo ao excedente sobre o valor pago pela aquisição do Oceanário e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

Os Fundos Patrimoniais, no montante de 10,3 milhões de euros, incluem 7,2 milhões de euros correspondentes às dotações do Fundador Sociedade Francisco Manuel dos Santos: 6,9 milhões de euros de dotação inicial em espécie referente à transmissão da participação financeira da Waterventures e 250 milhares de euros de dotação em dinheiro.

No Passivo encontra-se registado o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa durante os 30 anos do contrato de concessão do Oceanário de Lisboa (27,6 milhões de euros).

O valor global da rubrica Financiamentos Obtidos inclui os seguintes empréstimos bancários:

	Data Empréstimo	Valor empréstimo inicial	Valor em dívida 31.12.2020	Valor em dívida 31.12.2021
Oceanário de Lisboa	28-09-2015	10.000	6.645	9.956
Oceanário de Lisboa	15-04-2020	3.000	3.000	0
Oceanário de Lisboa	20-07-2021	3.000	0	1.003
Fundação Oceano Azul	28-09-2015	15.000	9.373	8.111
<b>TOTAL</b>		<b>31.000</b>	<b>19.018</b>	<b>19.069</b>

milhares de euros

O Grupo Fundação Oceano Azul contraiu junto do Banco Santander Totta os empréstimos bancários abaixo:

### Fundação Oceano Azul

Empréstimo bancário contraído junto do SantanderTotta a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 15 milhões de euros, com o prazo de 10 anos. Para este financiamento bancário foi contratado um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows. Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, tendo realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245 milhares de euros, para liquidação das responsabilidades associadas àquela dissolução. O empréstimo de longo prazo de 15 milhões de euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

### Oceanário de Lisboa

Empréstimo bancário contraído junto do SantanderTotta a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 10 milhões de euros, com o prazo de 12 anos, vencendo juros às taxas de Euribor 6M e spread

2,75%, necessário para o cumprimento do pagamento inicial da contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Adicionalmente a Empresa aderiu a uma linha de crédito a curto prazo no montante de 3 milhões de euros, o qual foi utilizado durante o ano de 2020, com prazo de 12 meses, vencendo juros às taxas de Euribor 12M e spread 1,50%.

Durante o 1º semestre de 2021, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022 Euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa de juro fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3 milhões de euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e cujo montante atualmente utilizado ascende a 1.003.125 Euros.

<b>RESULTADOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Rendimentos Operacionais	11.768	9.757
Gastos Operacionais	-14.306	-15.086
<b>EBIT</b>	<b>-2.539</b>	<b>-5.329</b>
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>-4.053</b>	<b>-6.775</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-3.261</b>	<b>-5.057</b>

milhares de euros

O Resultado Líquido do período atingiu um prejuízo de 3.261 milhares de euros. Este resultado reflete a situação de pandemia que se continuou a sentir a nível global e que obrigou ao encerramento do Oceanário de Lisboa no período de 15 de janeiro a 6 de abril de 2021. Esta situação trouxe uma consequente perda de visitantes, nomeadamente de turistas e uma consequente e acentuada perda de receita.

Ainda assim e como resultado da diminuição da receita, registou-se uma redução dos principais custos, conforme se pode ver no quadro seguinte:

<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Programas</b>	<b>1.485</b>	<b>1.572</b>
<b>Custos de Funcionamento</b>	<b>5.828</b>	<b>6.285</b>
Oceanário de Lisboa	5.394	6.008
Fundação Oceano Azul	434	276
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>3.222</b>	<b>3.245</b>
<b>Gastos de Depreciação e Amortização</b>	<b>3.633</b>	<b>3.637</b>
<b>Perdas com participação na Telecabine</b>	<b>0</b>	<b>45</b>
<b>Ganhos com participação na Telecabine</b>	<b>69</b>	<b>0</b>
<b>Outros</b>	<b>70</b>	<b>301</b>
<b>Total Gastos Operacionais</b>	<b>14.306</b>	<b>15.086</b>

milhares de euros

Apresenta-se de seguida o detalhe da informação relativa às principais componentes de gastos inerentes aos programas e atividades desenvolvidas pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa ao longo do ano de 2021.

<b>GERAÇÃO AZUL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Educar para uma Geração Azul	64	14
Líderes para a sustentabilidade do oceano	43	68
Atividades Educativas by Oceanário de Lisboa		
Programas pagos	23	46
Programas gratuitos	4	72
Vaivém Oceanário	4	16
Plasticologia Marinha	0	41
Programa Educativo "Planeta Oceano"	0	9
Programa educativo "Área Marinha protegida do Algarve"	0	7
Ação Nacional para Limpeza Lixo Marinho	81	58
Ocean Literacy for Decision Makers	2	9
Blue Media	26	0
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>266</b>
		milhares de euros
<b>CAPITAL NATURAL AZUL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Áreas Marinhas Protegidas</b>		
Blue Azores	272	338
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve	62	63
Área Marinha Protegida de Iniciativa Comunitária Cascais, Mafra e Sintra	10	0
Expansão da Área Marinha Protegida das Ilhas Selvagens (Madeira)	9	0
<b>Biodiversidade marinha</b>		
Fundo para a Conservação dos Oceanos	0	75
Projetos de conservação apoiados pelo Oceanário de Lisboa	50	35
Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal	4	0
"Manta Conservation Experience"	39	0
<b>Pescas Sustentáveis</b>		
Projeto-piloto para pescas sustentáveis	101	39
<b>Capacitação para uma nova bioeconomia azul</b>		
Blue Bio Value	214	390
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>940</b>
		milhares de euros

<b>REDE AZUL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Blue Call to Action	129	239
Capacitação de organização dedicada ao oceano	105	3
Participação e apoio a plataformas, organizações e reuniões sobre o oceano	123	110
Aconselhamento junto de Governos	15	0
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>353</b>
		milhares de euros
<b>OUTROS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Várias ações de pequeno valor	109	14
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>14</b>
		milhares de euros
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Programas Oceanário de Lisboa e Fundação Oceano Azul</b>	1.485	1.572
<b>Total</b>	<b>1.485</b>	<b>1.572</b>
		milhares de euros

Do valor global de 12 milhões de euros de Rendimentos Operacionais, 71% são referentes aos rendimentos gerados pela atividade do Oceanário de Lisboa.

<b>RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Rendimentos gerados pelo Oceanário de Lisboa</b>	<b>8.376</b>	<b>6.313</b>
Bilheteira	7.375	5.431
Vendas da Loja	844	685
Outras prestações de Serviços	157	197
<b>Doações</b>	<b>3.175</b>	<b>3.329</b>
<b>Ganhos com participação na Telecabine</b>	<b>69</b>	<b>0</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>148</b>	<b>115</b>
<b>Total</b>	<b>11.768</b>	<b>9.757</b>
		milhares de euros

Nos Rendimentos Operacionais incluem-se ainda as seguintes doações recebidas:

<b>DOAÇÕES</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Doações Fundação Oceano Azul</b>	<b>3.136</b>	<b>3.322</b>
Doações do Fundador (SFMS)	3.000	3.000
Donativo Estée Lauder Foundation	0	136
Donativo Fundação Calouste Gulbenkian	0	129
Donativo Waitt Foundation	0	0
Donativo OAK Foundation	132	40
Outros Donativos	4	17
<b>Doações Oceanário de Lisboa</b>	<b>39</b>	<b>6</b>
Outros Donativos	39	6
<b>Total de Doações</b>	<b>3.175</b>	<b>3.329</b>

milhares de euros

Resume-se, assim, alguns dos indicadores da situação económica e financeira:

<b>ESTRUTURA FINANCEIRA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Autonomia Financeira (%)	17%	20%
Solvabilidade Geral (%)	20%	25%
Cobertura dos Ativos não correntes (%)	89%	91%
<b>ENDIVIDAMENTO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Capacidade de Endividamento	0,19	0,24
Custo Financiamentos Obtidos (%)	3%	3%
<b>LIQUIDEZ</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Liquidez geral	23%	37%
<b>RENDIBILIDADE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Rendibilidade Económica (%)	-4%	-8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	-32%	-38%



## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido das contas individuais da Fundação Oceano Azul apurado no exercício de 2021, um prejuízo no montante de € 3.260.662,36, seja transferido integralmente para Resultados Transitados.

## PERSPETIVAS PARA 2022

Fiel ao Plano de Ação da Fundação para 2022, para este ano, os três eixos prioritários de ação serão:

- / O Programa Blue Networking, com vista a aumentar a capacidade de influência da Fundação na agenda internacional do oceano;
- / Continuar a apostar na conservação do oceano, em particular através da criação de novas áreas marinhas protegidas;
- / Desenvolver o eixo do capital natural azul, na perspetiva da nova economia azul.

O primeiro eixo justifica-se plenamente num ano, que, antes da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, prometia ser um ano especial para a agenda internacional do oceano, face a todos os eventos de alto nível internacionais que terão lugar, como a Conferência One Ocean, organizada pela França, a Our Ocean em Palau, e a culminar com a Conferência das Nações Unidas para o oceano (UNOC), em Lisboa.

Neste sentido, a Fundação tem-se multiplicado em ações de mobilização da sociedade civil internacional ligada ao oceano, procurando utilizar a Plataforma RISE UP. Também tem criado eventos de sensibilização e auscultação de muitos agentes da agenda internacional do oceano sobre as suas expectativas para a UNOC. As palavras-chave aqui têm sido “mobilizar” e “focar” nas prioridades que a UNOC pode promover e que devem ser as respostas que devemos dar aos problemas que afetam duramente o oceano.

No segundo eixo, em 2022, espera-se que surjam os primeiros resultados nos Açores, o que seria muito importante obter antes da UNOC. Também esperamos que 2022 veja um franco progresso nos trabalhos de base da nova AMPIC, incluindo os seus trabalhos de base científica. Finalmente, espera-se que a Fundação desenvolva uma ação importante em Cabo Verde, com vista a concluir todos os preparativos para começar o Programa de criar nesse país uma rede de áreas marinhas protegidas que o ajudem a alcançar os 30% em 2030.

Por fim, o terceiro eixo, que recebeu um estímulo muito forte ainda em 2021, começa a ver a base de trabalho da Fundação nesta matéria: i) o Programa Blue Bio Value, a desmultiplicar-se em outros programas, incluindo a criação da Plataforma para a Bioeconomia Azul que deve ser consolidada em 2022; ii) o sucesso do Consórcio dos sete verticais industriais, com a nova entidade INOVAMAR; iii) o lançamento do concurso Blue Natural Capital Challenge, a ter lugar no início de 2022; e outras ações ligadas, quer ao desenvolvimento do conceito de capital natural azul, quer à sua operacionalização em produtos financeiros como as blue bonds, quer a trabalhos para contabilizar o carbono azul armazenado em alguns ecossistemas marinhos e costeiros.

Ou seja, para 2022, como nos anos anteriores, perspetiva-se muito trabalho para a Fundação Oceano Azul, procurando-se com estes trabalhos aumentar mais os resultados, a credibilidade e o prestígio da Fundação no plano internacional e nacional.

23 de março de 2022



José Soares dos Santos



Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

Demonstração consolidada da posição financeira .....	84
Demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral .....	85
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais consolidado .....	86
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa .....	87
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas .....	88
<b>1. Introdução .....</b>	<b>88</b>
<b>2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....</b>	<b>89</b>
2.1 Bases de preparação .....	89
2.2 Outros assuntos .....	93
2.3 Reexpressão de período comparativo .....	94
<b>3. Principais políticas contabilísticas .....</b>	<b>94</b>
3.1 Bases de consolidação .....	94
3.2 Conversão cambial .....	96
3.3 Ativos tangíveis .....	97
3.4 Ativos intangíveis .....	98
3.5 Imparidade de ativos não financeiros .....	99
3.6 Inventários .....	100
3.7 Ativos financeiros .....	100
3.8 Justo valor de ativos e passivos .....	102
3.9 Clientes e outras contas a receber .....	103
3.10 Caixa e equivalentes de caixa .....	103
3.11 Fundos patrimoniais .....	103
3.12 Passivos financeiros .....	103
3.13 Compensação de instrumentos financeiros .....	104
3.14 Financiamentos obtidos .....	104
3.15 Fornecedores e outras contas a pagar.....	104
3.16 Custos com empréstimos obtidos .....	104
3.17 Instrumentos financeiros derivados .....	105
3.18 Imposto sobre o rendimento .....	105
3.19 Provisões e passivos contingentes .....	106
3.20 Ativos contingentes .....	107
3.21 Locações .....	107
3.22 Gastos e rendimentos .....	108
3.23 Rédito .....	108
3.24 Eventos subsequentes.....	108
<b>4. Perímetro de consolidação.....</b>	<b>109</b>
<b>5. Empresas associadas.....</b>	<b>109</b>
<b>6. Políticas de gestão do risco financeiro .....</b>	<b>109</b>
6.1 Fatores do risco financeiro .....	109

6.2 Gestão do risco de capital .....	112
7. Principais estimativas e julgamentos apresentados .....	112
7.1 Classificação do contrato de concessão .....	112
7.2 Obrigações contratuais assumidas .....	113
7.3 Classificação dos ativos - peixes/animais .....	113
7.4 Exercício de influência significativa .....	114
7.5 Ativos tangíveis e intangíveis .....	114
7.6 Justo valor de instrumentos financeiros .....	114
7.7 Imparidade em ativos não correntes .....	114
7.8 Imposto sobre o rendimento .....	115
8. Ativos tangíveis .....	116
9. Ativos intangíveis .....	118
10. Investimentos em associadas .....	119
11. Ativos e passivos financeiros por categoria .....	122
12. Justo valor de ativos e passivos .....	123
13. Outras contas a receber .....	124
14. Ativos e passivos por impostos diferidos .....	125
15. Inventários .....	126
16. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados .....	127
17. Clientes .....	127
18. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar .....	128
19. Caixa e equivalentes de caixa .....	128
20. Fundos Patrimoniais .....	129
21. Outras reservas e resultados transitados .....	129
22. Outras variações nos fundos patrimoniais .....	130
23. Financiamentos obtidos .....	131
24. Instrumentos financeiros derivados .....	133
25. Outras contas a pagar e responsabilidades com locação .....	133
26. Fornecedores .....	135
27. Vendas e Prestações de Serviços .....	135
28. Doações e legados à exploração .....	136
29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	136
30. Fornecimentos e serviços externos .....	137
31. Gastos com o pessoal .....	137
32. Outros rendimentos .....	138
33. Outros gastos .....	139
34. Gastos financeiros .....	139
35. Imposto sobre o rendimento .....	140
36. Compromissos .....	141
37. Contingências .....	142
38. Partes relacionadas .....	143
39. Eventos subsequentes .....	147

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

	Nota	31.12.2021	31.12.2020 Reexpresso (*)
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos tangíveis	8	7.436.293,58	8.837.761,84
Ativos intangíveis	9	48.962.325,74	50.988.801,58
Direitos de Uso	9	2.529,04	38.572,99
Investimentos em associadas	10	653.877,20	585.272,60
Outras contas a receber	13	28.889,33	28.889,33
Impostos diferidos ativos	14	2.342.210,13	1.545.939,51
		<b>59.426.125,02</b>	<b>62.025.237,85</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	15	229.656,77	404.399,45
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16	26.307,00	18.198,14
Clientes	17	315.668,90	283.909,87
Outras contas a receber	13	311.820,60	744.313,32
Imposto sobre o rendimento a receber	18	-	31.139,03
Caixa e equivalentes de caixa	19	1.051.424,60	1.989.452,85
		<b>1.934.877,87</b>	<b>3.471.412,66</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>61.361.002,89</b>	<b>65.496.650,51</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	20	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	21	585.598,53	585.598,53
Outras variações nos fundos patrimoniais	22	-	(297.417,16)
Resultados transitados	21	5.801.609,94	10.858.145,33
Resultado líquido do período		(3.260.662,36)	(5.056.535,39)
<b>Total Fundos Patrimoniais</b>		<b>10.298.375,11</b>	<b>13.261.620,31</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	23	16.286.437,32	14.856.361,94
Instrumentos financeiros derivados	24	-	297.417,16
Responsabilidades com locações	25	-	1.858,77
Outras contas a pagar	25	26.227.889,45	27.728.216,74
		<b>42.514.326,77</b>	<b>42.883.854,61</b>
<b>Corrente</b>			
Financiamentos obtidos	23	2.782.936,29	4.161.316,30
Fornecedores	26	2.021.627,22	2.085.762,66
Imposto sobre o rendimento a pagar	18	3.026,29	-
Responsabilidades com locações	25	1.858,77	37.799,88
Outras contas a pagar	25	3.738.852,44	3.066.296,75
		<b>8.548.301,01</b>	<b>9.351.175,59</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>51.062.627,78</b>	<b>52.235.030,20</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo</b>		<b>61.361.002,89</b>	<b>65.496.650,51</b>

(\*) Ver nota 2,3 do anexo às demonstrações financeiras.

As notas das páginas 88 a 147 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

*[Handwritten signature and initials]*

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	Nota	31.12.2021	31.12.2020 Reexpresso (*)
Doações e legados à exploração	28	3.174.867,78	3.328.711,64
Vendas e Prestações de serviços	27	8.443.274,36	6.312.531,39
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	68.604,60	(45.341,49)
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	29	(336.693,55)	(300.763,43)
Fornecimentos e serviços externos	30	(6.561.426,84)	(7.419.139,26)
Gastos com o pessoal	31	(3.221.558,37)	(3.244.902,02)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	(3.631.345,97)	(3.636.777,91)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	13	(2.124,00)	-
Variações de justo valor	16	671,59	(537,42)
Outros rendimentos	32	80.468,33	115.370,02
Outros gastos	33	(553.333,85)	(438.165,68)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.538.595,91)</b>	<b>(5.329.014,15)</b>
Gastos financeiros	34	(1.514.495,23)	(1.446.149,75)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(4.053.091,14)</b>	<b>(6.775.163,90)</b>
Imposto sobre o rendimento	35	792.428,78	1.718.628,51
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(3.260.662,36)</b>	<b>(5.056.535,39)</b>
<b>Outros rendimentos integrais</b>			
<b>Itens que poderão ser reclassificados por resultados</b>			
Varição do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	22	52.417,16	17.911,35
Dissolução de instrumentos financeiros derivativos	22	245.000,00	-
<b>Outros rendimentos integrais - total</b>		<b>297.417,16</b>	<b>17.911,35</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>(2.963.245,20)</b>	<b>(5.038.624,04)</b>

(\*) Ver nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras.

As notas das páginas 88 a 147 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>		7.171.829,00	585.598,53	8.826.187,90	(315.328,51)	2.031.957,43	18.300.244,35
<b>Resultado líquido do exercício</b>		-	-	-	-	<b>(5.056.535,39)</b>	<b>(5.056.535,39)</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	21	-	-	2.031.957,43	-	(2.031.957,43)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	17.911,35	-	17.911,35
		-	-	<b>2.031.957,43</b>	<b>17.911,35</b>	<b>(2.031.957,43)</b>	<b>17.911,35</b>
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>		<b>7.171.829,00</b>	<b>585.598,53</b>	<b>10.858.145,33</b>	<b>(297.417,16)</b>	<b>(5.056.535,39)</b>	<b>13.261.620,31</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>(3.260.662,36)</b>	<b>(3.260.662,36)</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício	21	-	-	(5.056.535,39)	-	5.056.535,39	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	52.417,16	-	52.417,16
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	245.000,00	-	245.000,00
		-	-	<b>(5.056.535,39)</b>	<b>297.417,16</b>	<b>5.056.535,39</b>	<b>297.417,16</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>		<b>7.171.829,00</b>	<b>585.598,53</b>	<b>5.801.609,94</b>	-	<b>(3.260.662,36)</b>	<b>10.298.375,11</b>

As notas das páginas 86 a 147 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Nota	31.12.2021	31.12.2020 Reexpresso (*)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e doações		12.598.018,84	10.902.876,74
Pagamentos a fornecedores		(8.166.997,71)	(9.503.682,56)
Pagamentos ao pessoal		(1.904.069,40)	(2.052.443,60)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>2.526.951,73</b>	<b>(653.249,42)</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		43.187,50	538.336,34
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.066.507,61)	(2.110.394,80)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>1.503.631,62</b>	<b>(2.225.307,88)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Ativos tangíveis		(147.709,72)	(965.165,49)
Ativos intangíveis		(1.412.420,61)	(1.362.195,45)
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Dividendos		-	269.731,75
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(1.560.130,33)</b>	<b>(2.057.629,19)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos	23	1.245.000,00	3.000.000,00
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Financiamentos obtidos	23	(1.507.296,85)	-
Juros e gastos e similares		(343.171,24)	(307.383,09)
Outras operações de financiamento		(276.061,45)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(881.529,54)</b>	<b>2.692.616,91</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(938.028,25)</b>	<b>(1.590.320,16)</b>
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	1.989.452,85	3.579.773,01
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	19	<b>1.051.424,60</b>	<b>1.989.452,85</b>

(\*) Ver nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras.

As notas das páginas 88 a 147 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Grupo”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projetos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) com o objetivo de comprar as ações do Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

O Grupo tratado nas demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas (“Grupo”) é constituído pela Fundação Oceano Azul e as respetivas empresas subsidiárias e associadas (Nota 4).

O Grupo atua na promoção do conhecimento, conservação e utilização sustentável do oceano, bem como na criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos.

De salientar que a atividade da subsidiária Oceanário é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de março de 2022. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, tendo o Grupo seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 7.

#### **1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:**

**a. IFRS 16** (alteração), ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**b. IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9’. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**c. IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2022:**

**a. IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

**b. IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspetiva impactos significativos.

**c. IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

**d. IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de

2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. Não se perspectiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

**e. IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não existirá qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**f. IFRS 17** (alteração), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. Não existirá qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**g. Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. O Grupo ainda está a apurar os impactos que estas normas possam ter, mas não se perspectivam impactos significativos.

IFRS 1, ‘Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez’. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IFRS 9, ‘Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação’. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

IFRS 16, ‘Incentivos à locação’. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

IAS 41, ‘Tributação e mensuração do justo valor’. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – ‘Justo valor’.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia ainda não endossou:**

**a. IAS 1** (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**b. IAS 1** (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**c. IAS 8** (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**d. IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspectiva impactos significativos.

**e. IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de

um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existirá qualquer impacto na alteração desta norma.

## 2.2 Outros Assuntos

Durante o mês de março de 2020, o Coronavírus SARS COV-2 espalhou-se globalmente, tendo sido tomadas medidas de contenção do contágio da pandemia a partir de meados de março. Os primeiros impactos começaram-se a sentir ainda durante o mês de março com o encerramento das instalações do Oceanário de Lisboa ao público de 16 de março a 10 de maio de 2020.

Com o agravamento da situação pandémica em Portugal, o Oceanário teve de voltar a encerrar ao público de 15 de janeiro a 6 de abril de 2021.

Durante 2021, continuou a verificar-se a necessidade de financiamento, pelo foi feito o reforço do empréstimo bancário de curto prazo em 1.000.000,00 Euros.

O Grupo concluiu o processo da renegociação dos financiamentos bancários, prorrogando os prazos para a sua liquidação e reduzindo as taxas de juro associadas, bem como a obtenção de uma nova linha de financiamento de curto prazo de 3.000.000,00 Euros.

O Grupo implementou medidas para proteger os seus colaboradores e para minimizar eventuais impactos na operação. Consideramos que a empresa tem capacidade financeira suficiente para cumprir com as suas responsabilidades de curto prazo, assim como consideramos não existir risco na continuidade das operações uma vez que a empresa opera sob um contrato de concessão.

Em dezembro de 2021 foi apresentado um prejuízo 3.260.662,36 euros.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo corrente é superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 6.613.000,00 Euros. Contudo, considerando as linhas de financiamento disponíveis, as dotações previstas e acordadas com a Fundação e os fluxos de caixa esperados com o retomar da normalidade da atividade do Oceanário, é entendimento da Administração que o Grupo tem a capacidade de ultrapassar este défice.

Determinados financiamentos do Grupo encontram-se sujeitos ao cumprimento de covenants financeiros, os quais não estavam a ser cumpridos no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O incumprimento dos referidos covenants podem levar ao pedido antecipado de reembolso integral por parte das entidades financeiras. O Conselho de Administração obteve por parte das entidades financeiras uma declaração que suspende temporariamente o cumprimento das cláusulas contratuais referentes aos covenants para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Conselho de Administração apesar dos desafios que se fazem sentir continua a considerar que a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade de operações é o mais apropriado.

### 2.3 Reexpressão de Período Comparativo

Na sequência da operação de incorporação do património da Waterventures, referida na Nota 1, onde se incluíam as ações da Oceanário de Lisboa, S.A., foi reconhecido na rubrica "Goodwill", o montante de 22.205.926,51 Euros, cujo valor líquido em 1 de janeiro de 2020 ascendia a 19.024.745,42 Euros, líquido de imparidades acumuladas de 3.181.181,09 Euros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada reexpressão da demonstração consolidada da posição financeira e da demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, tendo sido efetuadas as seguintes reclassificações:

**I.** Reclassificação do montante de 18.276.233,42 Euros, reconhecido anteriormente na rubrica "Goodwill", para a rubrica "Ativos intangíveis", ambas da demonstração consolidada da posição financeira;

**II.** Reclassificação do montante de 748.512,00 Euros da rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)" para a rubrica "(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização", ambas da demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral; e

**III.** Foi alterada a Nota 9 para refletir a reclassificação mencionada no ponto I., com a reexpressão dos saldos iniciais do ano de 2020 dos "Direitos de concessão", no custo de aquisição e nas amortizações acumuladas, cujos saldos anteriores foram acrescidos dos montantes de 22.205.926,51 Euros e (3.181.181,09) Euros, respetivamente. Foi ainda reexpresso o montante das amortizações do exercício do ano de 2020 para refletir a reclassificação do ponto II.

A reexpressão não produz quaisquer impactos no resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nem na posição do Fundo de Capital naquela data.

Adicionalmente, na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos, foi reclassificado o montante de 3.000.000,00 Euros da linha de "Doações" (Atividades de financiamento) para "Recebimentos de clientes e de doações" (Atividades operacionais).

## 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem.

### 3.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, refletem os ativos, passivos e resultados da Fundação e da sua subsidiária e os capitais próprios e resultados imputáveis através da participação financeira na sua empresa associada a 31 de dezembro de 2021.

### **3.1.1 Concentração de atividades empresariais**

As alterações verificadas na participação do Grupo em empresas já controladas, das quais não resulta perda do controle, são registradas em capital próprio. Consequentemente, os interesses do Grupo e os interesses sem controle relativos àquelas empresas são ajustados de modo a refletir as alterações verificadas no controle das subsidiárias. As diferenças verificadas entre o montante dos interesses sem controle adquiridos ou alienados e o justo valor da aquisição ou da alienação, respetivamente, são reconhecidas em capital próprio.

### **3.1.2 Partes de capital em subsidiárias**

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controle são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controle sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controle cessa. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controle sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo valor justo quando o controle é perdido.

### **3.1.3 Partes de capital em associadas**

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa. O Grupo exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controle ou um controle conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira consolidada. Quando a quota-parte das perdas destas entidades excede o valor do investimento nas Associadas, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

#### **3.1.4 Goodwill**

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

#### **3.1.5 Perda de controlo ou influência significativa**

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

#### **3.1.6 Eliminação de saldos**

Os saldos e transações entre empresas controladas pela Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra-grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

### **3.2 Conversão cambial**

#### **I. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que o Grupo opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Grupo e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

#### **II. Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento

integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### III. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira <b>Moeda</b>	<b>Câmbio Médio</b>		<b>Câmbio Final do Período</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>
USD	1,1827	1,1422	1,1326	1,2271
GBP	0,8596	0,8897	0,8403	0,8990
JPY	129,8800	121,8500	130,3800	126,4900
ZAR	17,4766	18,7655	18,0625	18,0219
HUF	358,5200	351,2500	369,1900	363,8900

### 3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	Entre 2.5 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2.5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 10 anos

Dado que no final da concessão o Grupo tem direito a uma “indenização pelo valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens (...) criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato”, as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

### 3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O Grupo tem registados como ativos intangíveis:

**I.** Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

**II.** Direitos de concessão – respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

- / O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e “ativos biológicos”;
- / É obrigação da concessionária “a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração”;
- / A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;
- / As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a participação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;
- / Os preços dos bilhetes “são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social”;
- / Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26ª, composta por: i) “uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões”; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor (“IPC”) a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma “componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão”.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	<b>Anos</b>
Programas computador	Entre 3 a 10 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos
Direito de uso	Entre 1 a 2 anos

### 3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a.** uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo;
- b.** as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c.** o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d.** outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respectivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

### 3.6 Inventários

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja do Oceanário e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo sejam negativos. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas". O inventário é também desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

### 3.7 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- I.** Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- II.** Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

**a.** Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

**b.** Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

**III.** Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” (Nota 17) e “Outras contas a receber” (Nota 13) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo

o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicada a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outros rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

### 3.8 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que o Grupo receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

O Grupo também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

### 3.9 Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado menos imparidade.

### 3.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.11 Fundos patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

### 3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

**I.** Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

**II.** Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 23), “Instrumentos financeiros derivados” (Nota 24) “Fornecedores” (Nota 26) e “Outras contas a pagar” (Nota 25). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

### **3.13 Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

### **3.14 Financiamentos obtidos**

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.15 Fornecedores e outras contas a pagar**

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

### **3.16 Custos com empréstimos obtidos**

Juros e outros custos incorridos pelo Grupo, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades do Grupo, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

### 3.17 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a.** à data do início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- b.** existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação (prospectivamente) e ao longo da operação (retrospectivamente);
- c.** a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- d.** para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

### 3.18 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no Fundo Patrimonial.

#### **Imposto corrente - Fundação**

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de 4 anos.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

### **Imposto corrente – Subsidiárias**

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

As Empresas são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000€, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000€ e 7.500.000€;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000€ e 35.000.000€;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000€.

### **Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

O artigo 52º do Código do IRC estabelece que “os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação [...] são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores”. Devido à crise de saúde pública existente para os Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos. Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente ao Imposto sobre o rendimento do Grupo.

### **3.19 Provisões e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 36, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### **Processos judiciais**

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Grupo a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

### **Contratos onerosos**

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

## **3.20 Ativos contingentes**

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais o Grupo não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas são divulgados nas notas anexas, conforme Nota 36, quando a sua ocorrência é provável.

## **3.21 Locações**

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I. ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II. depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa média de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

### 3.22 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.23 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições do Grupo, das mercadorias na loja do Oceanário e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade do Grupo, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/concessões, recebimento de donativos, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para o Grupo.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito do Grupo corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas, às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao Oceanário e dos donativos recebidos. O Rédito da bilheteira é reconhecido na data em que se realiza a visita, o rédito da cedência do espaço é reconhecido ao longo do período de contrato e os donativos recebidos, com destino a financiar a realização dos fins estatutários são contabilizados pela totalidade em rendimentos do período.

### 3.24 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados, se considerados materiais.

## 4. Perímetro de consolidação

### 4.1 Empresas incluídas

O controlo do Grupo é assegurado pela Entidade-mãe, Fundação Oceano Azul.

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Denominação Social	Atividade	Sede	% Controlo
Oceanário de Lisboa S.A.	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100,00%

### 4.2 Alterações no perímetro de consolidação

Não existem alterações ao perímetro de consolidação a reportar.

## 5. Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. As suas sedes e a proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pelo Grupo são como segue:

Denominação Social	Atividade	Sede	% capital detido 2020	% capital detido 2019
Telecabine Lisboa Limitada	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	25%

Esta participação na Telecabine é detida pelo Oceanário.

## 6. Políticas de gestão do risco financeiro

### 6.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

### I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida essencialmente em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

### II. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários do Grupo, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa”, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Depósitos bancários</b>		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	1.019.329,66	-
A	-	1.954.544,04
A-	-	-
Outros sem rating	32.094,94	34.908,81
<b>Depósitos bancários (caixa e equivalentes)</b>	<b>1.051.424,60</b>	<b>1.989.452,85</b>
<b>Outros ativos financeiros</b>		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	656.378,83	1.057.112,52
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>656.378,83</b>	<b>1.057.112,52</b>

Os “Outros ativos financeiros” compreendem os montantes das rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” presentes no Balanço.

(Fonte: Standard & Poor’s)

Regra geral os clientes e outras contas a receber do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

### III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro do Grupo.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vincendos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>31 de dezembro de 2021</b>			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	3.111.606,12	10.717.053,39	6.789.924,28
Fornecedores e outras contas a pagar	5.675.775,46	5.705.748,01	30.770.874,41
	<b>8.787.381,58</b>	<b>16.422.801,40</b>	<b>37.560.798,69</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	4.527.475,49	10.496.011,30	5.722.325,43
Fornecedores e outras contas a pagar	5.596.972,63	5.555.727,98	31.828.013,70
	<b>10.124.448,12</b>	<b>16.051.739,28</b>	<b>37.550.339,13</b>

#### IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

No entanto, para alguns financiamentos obtidos, parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

#### Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base nos financiamentos obtidos do Grupo a taxas variáveis, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020.

31 de dezembro de 2021:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos do Grupo em 31 de dezembro de 2021, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 8.065,87 euros. A redução significativa em comparação com o ano anterior deve-se ao facto de o Grupo ter realizado uma renegociação dos contratos de empréstimo existentes, alterando as taxas de juros dos mesmos, para uma modalidade fixa.

31 de dezembro de 2020:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos do Grupo em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 710.474,66 euros.

## 6.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Financiamentos obtidos (Nota 23)	19.069.373,61	19.017.678,24
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	1.051.424,60	1.989.452,85
Dívida líquida	18.017.949,01	17.028.225,39
Capitais próprios	10.298.375,11	13.261.620,31
<b>Capital Total</b>	<b>28.316.324,12</b>	<b>30.289.845,70</b>
<b>Gearing</b>	<b>64%</b>	<b>56%</b>

Em 2021 houve uma deterioração do Gearing em relação a 2020, este acontecimento deve-se ao estado de saúde pública destes últimos anos.

## 7. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### Julgamentos

#### 7.1 Classificação do contrato de concessão

Tal como referido na Nota 1 e Nota 3.4, o Grupo tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa”. No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – ‘Contratos de concessão de serviço’, que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

- a.** o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
- b.** o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e porque preço; e
- c.** o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do “Oceanário de Lisboa” constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pelo Grupo.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

## 7.2 Obrigações contratuais assumidas

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” é atribuída ao Grupo a responsabilidade pela “realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão”.

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no início do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, e conseqüentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

- I.** O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica inclui a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
- II.** a responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato, mas ao longo da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestar; e
- III.** O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Líquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão

## 7.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido ao Grupo, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pelo Grupo após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo do Grupo a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos do Grupo, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

#### **7.4 Exercício de influência significativa**

O Grupo detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. O Grupo exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 25 % lhe permite nomear um gerente.

#### **Estimativas**

#### **7.5 Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

#### **7.6 Justo valor de instrumentos financeiros**

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

#### **7.7 Imparidade em ativos não correntes**

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na avaliação de imparidade efetuada não foi gerado qualquer imparidade a registar no exercício corrente.

Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, a entidade optou por considerar uma amortização correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma será considerada uma amortização total anual de 2.074.965,91 euros.

## 7.8 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- / A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- / As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração

## 8. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos registados na rubrica de ativos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2021</b>							
Custo de aquisição	7.987.431,32	6.718.134,17	179.529,28	1.485.227,20	636.999,35	332.114,55	17.339.435,87
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(3.570.931,52)	(3.429.147,07)	(132.414,67)	(934.261,64)	(434.919,13)	-	(8.501.674,03)
<b>Valor inicial</b>	<b>4.416.499,80</b>	<b>3.288.987,10</b>	<b>47.114,61</b>	<b>550.965,56</b>	<b>202.080,22</b>	<b>332.114,55</b>	<b>8.837.761,84</b>
<b>Movimento de 2021</b>							
Adições	16.555,00	49.509,29	-	23.399,17	5.987,26	-	95.450,72
Transferências e abates	10.000,00	(4.661,34)	-	(16.969,84)	(1.901,89)	(37.050,56)	(50.583,63)
Depreciação - exercício	(666.948,72)	(623.751,36)	(16.758,88)	(112.670,36)	(54.977,79)	-	(1.475.107,11)
Depreciação - transf. e abates	-	11.711,34	-	15.283,91	1.776,51	-	28.771,76
<b>Valor final</b>	<b>3.776.106,08</b>	<b>2.721.795,03</b>	<b>30.355,73</b>	<b>460.008,44</b>	<b>152.964,31</b>	<b>295.063,99</b>	<b>7.436.293,58</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.491.656,53	641.084,72	295.063,99	17.384.302,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(4.237.880,24)	(4.041.187,09)	(149.173,55)	(1.031.648,09)	(488.120,41)	-	(9.948.009,38)
<b>Valor final</b>	<b>3.776.106,08</b>	<b>2.721.795,03</b>	<b>30.355,73</b>	<b>460.008,44</b>	<b>152.964,31</b>	<b>295.063,99</b>	<b>7.436.293,58</b>
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2020</b>							
Custo de aquisição	7.772.579,54	3.905.368,48	179.529,28	1.475.241,37	629.560,76	2.691.097,21	16.653.376,64
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(2.888.355,01)	(2.840.858,06)	(113.266,77)	(805.531,82)	(379.183,08)	-	(7.027.194,74)
<b>Valor inicial</b>	<b>4.884.224,53</b>	<b>1.064.510,42</b>	<b>66.262,51</b>	<b>669.709,55</b>	<b>250.377,68</b>	<b>2.691.097,21</b>	<b>9.626.181,90</b>
<b>Movimento de 2020</b>							
Adições	58.839,46	560.456,48	-	9.985,83	7.438,59	49.338,87	686.059,23
Transferências e abates	156.012,32	2.252.309,21	-	-	-	(2.408.321,53)	-
Depreciação - exercício	(682.576,51)	(588.289,61)	(19.147,90)	(128.729,82)	(55.736,05)	-	(1.474.479,89)
<b>Valor final</b>	<b>4.416.499,80</b>	<b>3.288.987,10</b>	<b>47.114,61</b>	<b>550.965,56</b>	<b>202.080,22</b>	<b>332.114,55</b>	<b>8.837.761,84</b>
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>31 de dezembro de 2020</b>							
Custo de aquisição	7.987.431,32	6.718.134,17	179.529,28	1.485.227,20	636.999,35	332.114,55	17.339.435,87
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(3.570.931,52)	(3.429.147,07)	(132.414,67)	(934.261,64)	(434.919,13)	-	(8.501.674,03)
<b>Valor final</b>	<b>4.416.499,80</b>	<b>3.288.987,10</b>	<b>47.114,61</b>	<b>550.965,56</b>	<b>202.080,22</b>	<b>332.114,55</b>	<b>8.837.761,84</b>

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do Oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte.

Durante o ano de 2020 houve uma transferência de bens, da rubrica de “ativos tangíveis em curso” para as rubricas “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico” relacionada com a exposição temporária “ONE – O Mar como nunca o sentiu”

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se ao seguinte:

**2021**

/ Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

**2020:**

/ Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

## 9. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis para os períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 estava discriminada na seguinte forma:

	Projectos de desenvolvimento	Programas computador	Direitos de concessão	Outros ativos intangíveis	Direitos de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>							
Custo de aquisição	148.064,08	266.018,72	62.009.545,92	215.847,40	100.367,50	155.000,00	62.894.843,62
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.247,29)	(211.069,75)	(11.252.939,93)	(194.417,57)	(61.794,51)	-	(11.867.469,05)
<b>Valor inicial</b>	<b>816,79</b>	<b>54.948,97</b>	<b>50.756.605,99</b>	<b>21.429,83</b>	<b>38.572,99</b>	<b>155.000,00</b>	<b>51.027.374,57</b>
Adições	-	73.738,00	-	-	-	-	73.738,00
Transferências e abates	-	-	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Outras Regularizações	-	(18,93)	-	-	-	-	(18,93)
Amortização - exercício	(699,93)	(33.133,39)	(2.074.965,91)	(21.381,62)	(36.043,95)	-	(2.166.224,80)
<b>Valor final</b>	<b>116,86</b>	<b>95.534,65</b>	<b>48.681.640,08</b>	<b>20.048,21</b>	<b>2.529,04</b>	<b>155.000,00</b>	<b>48.954.868,84</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
Custo de aquisição	148.064,08	339.737,79	62.009.545,92	235.847,40	69.320,09	155.000,00	62.957.515,28
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(244.203,14)	(13.327.905,84)	(205.813,25)	(66.791,05)	-	(13.992.660,50)
<b>Valor final</b>	<b>116,86</b>	<b>95.534,65</b>	<b>48.681.640,08</b>	<b>30.034,15</b>	<b>2.529,04</b>	<b>155.000,00</b>	<b>48.964.854,78</b>
	Projectos de desenvolvimento	Programas computador	Direitos de concessão Reexpressado (Nota 2.3)	Outros ativos intangíveis	Direitos de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>							
Custo de aquisição	148.064,08	219.036,77	62.009.545,92	209.334,74	81.936,68	161.235,75	62.829.153,94
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(146.547,36)	(186.877,85)	(9.177.973,96)	(174.465,44)	(19.306,43)	-	(9.705.171,04)
<b>Valor inicial</b>	<b>1.516,72</b>	<b>32.158,92</b>	<b>52.831.571,96</b>	<b>34.869,30</b>	<b>62.630,25</b>	<b>161.235,75</b>	<b>53.123.982,90</b>
Adições	-	40.906,10	-	6.512,66	18.430,82	-	65.849,58
Transferências e abates	-	6.075,85	-	-	-	(6.235,75)	(159,90)
Amortização - exercício	(699,93)	(24.191,90)	(2.074.965,97)	(19.952,13)	(42.488,08)	-	(2.162.298,01)
<b>Valor final</b>	<b>816,79</b>	<b>54.948,97</b>	<b>50.756.605,99</b>	<b>21.429,83</b>	<b>38.572,99</b>	<b>155.000,00</b>	<b>51.027.374,57</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>							
Custo de aquisição	148.064,08	266.018,72	62.009.545,92	215.847,40	100.367,50	155.000,00	62.894.843,62
Amortizações acumuladas	(147.247,29)	(211.069,75)	(11.252.939,93)	(194.417,57)	(61.794,51)	-	(11.867.469,05)
<b>Valor final</b>	<b>816,79</b>	<b>54.948,97</b>	<b>50.756.605,99</b>	<b>21.429,83</b>	<b>38.572,99</b>	<b>155.000,00</b>	<b>51.027.374,57</b>

**Os ativos intangíveis referem-se:**

**I.** Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 17.527.721 Euros (líquido de amortizações acumuladas de 4.678.205 Euros) em 31 de dezembro de 2021 relativo ao excedente sobre o valor pago pela aquisição do Oceanário e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição (Nota 2.3).

**II.** Direitos de uso – o valor registado nesta rubrica refere-se a locações ao abrigo da IFRS 16 reconhecidos pelo Grupo. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas.

**III.** Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente ao projeto de arquitetura.

**10. Investimentos em associadas**

O detalhe dos movimentos registados em 2021 e 2020, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>1 janeiro</b>	<b>585.272,60</b>	<b>900.345,84</b>
Ganhos / (Perdas) por equivalência patrimonial	68.604,60	(45.341,49)
Distribuição de Dividendos	-	(269.731,75)
<b>31 dezembro</b>	<b>653.877,20</b>	<b>585.272,60</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue:

<b>31.12.2021</b>								
<b>Designação</b>	<b>Atividade</b>	<b>País de domicílio e principal localização de negócio</b>	<b>% detida</b>	<b>Participação financeira</b>	<b>Perda imparidade</b>	<b>Prestações suplementares/ acessórias</b>	<b>Total investimento</b>	<b>Goodwill incluído</b>
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	653.877,20	-	-	653.877,20	291.698,38
				<b>653.877,20</b>	-	-	<b>653.877,20</b>	<b>291.698,38</b>
<b>31.12.2020</b>								
<b>Designação</b>	<b>Atividade</b>	<b>País de domicílio e principal localização de negócio</b>	<b>% detida</b>	<b>Participação financeira</b>	<b>Perda imparidade</b>	<b>Prestações suplementares/ acessórias</b>	<b>Total investimento</b>	<b>Goodwill incluído</b>
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	585.272,60	-	-	585.272,60	291.698,38
				<b>585.272,60</b>	-	-	<b>585.272,60</b>	<b>291.698,38</b>

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como segue:

	<b>31.dez.21</b>	<b>31.mar.21</b>	<b>31.dez.20</b>	<b>31.mar.20</b>
	<b>Telecabine</b>	<b>Telecabine</b>	<b>Telecabine</b>	<b>Telecabine</b>
<b>Ativos</b>				
Não correntes	451.966,05	209.365,74	221.616,73	262.465,06
Correntes	1.658.199,28	976.190,85	1.097.082,77	2.606.568,74
	<b>2.110.165,33</b>	<b>1.185.556,59</b>	<b>1.318.699,50</b>	<b>2.869.033,80</b>
<b>Passivos</b>				
Não correntes	-	-	-	-
Correntes	661.414,11	157.870,99	144.402,44	350.116,82
	<b>661.414,11</b>	<b>157.870,99</b>	<b>144.402,44</b>	<b>350.116,82</b>
<b>Capital Próprio</b>	1.448.751,22	1.027.685,60	1.174.297,06	2.518.926,98
	<b>1.448.751,22</b>	<b>1.027.685,60</b>	<b>1.174.297,06</b>	<b>2.518.926,98</b>

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Telecabine</b>	<b>Telecabine</b>
<b>Atividade no ano</b>	<b>abr-dez</b>	<b>abr-dez</b>
Rendimentos	1.340.246,74	541.942,08
Gastos	(797.584,78)	(880.070,43)
Imposto s/ rendimento	(121.596,34)	72.425,41
Resultado Líquido	<b>421.065,62</b>	<b>(265.702,94)</b>
Outros rendimentos integrais	-	-
<b>Rendimentos integrais totais</b>	<b>421.065,62</b>	<b>(265.702,94)</b>

A atividade do ano refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os proveitos reconhecidos no Grupo são alusivos ao período de janeiro a dezembro.

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contábilístico dos investimentos em associadas é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Telecabine</b>	<b>Telecabine</b>
Capital Social	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado líquido	421.065,62	(265.702,94)
Reservas legais	240.000,00	240.000,00
Resultados transitados	(412.314,40)	-
<b>Ativos líquidos a 31 de dezembro</b>	<b>1.448.751,22</b>	<b>1.174.297,06</b>
% participação	25,00%	25,00%
Participação financeira nas associadas	362.178,82	293.574,22
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Outros ajustamentos	-	-
<b>Valor líquido apurado</b>	<b>653.877,20</b>	<b>585.272,60</b>
<b>Valor líquido contábilístico*</b>	<b>653.877,20</b>	<b>585.272,60</b>

A atividade do ano refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os proveitos reconhecidos no Grupo são alusivos ao período de janeiro a dezembro.

## 11. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31.12.2021	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.051.424,60	-	-	-	-	1.051.424,60
Clientes	315.668,90	-	-	-	-	315.668,90
Outras contas a receber	340.709,93	-	-	-	-	340.709,93
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	26.307,00	-	-	26.307,00
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>1.707.803,43</b>	-	<b>26.307,00</b>	-	-	<b>1.734.110,43</b>
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	59.626.892,46	59.626.892,46
<b>Total ativo</b>	<b>1.707.803,43</b>	-	<b>26.307,00</b>	-	<b>59.626.892,46</b>	<b>61.361.002,89</b>
<b>Passivos</b>						
Financiamentos obtidos	-	-	-	19.069.373,61	-	19.069.373,61
Fornecedores	-	-	-	2.021.627,22	-	2.021.627,22
Outras contas a pagar	-	-	-	29.968.600,66	-	29.968.600,66
Imposto sobre o rendimento	3.026,29	-	-	-	-	3.026,29
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>3.026,29</b>	-	-	<b>51.059.601,50</b>	-	<b>51.062.627,79</b>
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-
<b>Total passivo</b>	<b>3.026,29</b>	-	-	<b>51.059.601,50</b>	-	<b>51.062.627,79</b>
<b>31.12.2020</b>						
	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.989.452,85	-	-	-	-	1.989.452,85
Clientes	283.909,87	-	-	-	-	283.909,87
Outras contas a receber	773.202,65	-	-	-	-	773.202,65
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	18.198,14	-	-	18.198,14
Imposto sobre o rendimento	31.139,03	-	-	-	-	31.139,03
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>3.077.704,40</b>	-	<b>18.198,14</b>	-	-	<b>3.095.902,54</b>
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	62.400.747,97	62.400.747,97
<b>Total ativo</b>	<b>3.077.704,40</b>	-	<b>18.198,14</b>	-	<b>62.400.747,97</b>	<b>65.496.650,51</b>

31.12.2020	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao Justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Passivos</b>	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	19.017.678,24	-	19.017.678,24
Intrumentos financeiros derivados	-	297.417,16	-	-	-	297.417,16
Fornecedores	-	-	-	2.085.762,66	-	2.085.762,66
Outras contas a pagar	-	-	-	30.834.172,14	-	30.834.172,14
<b>Total passivos financeiros</b>	-	<b>297.417,16</b>	-	<b>51.937.613,04</b>	-	<b>52.235.030,20</b>
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-
<b>Total passivo</b>	-	<b>297.417,16</b>	-	<b>51.937.613,04</b>	-	<b>52.235.030,20</b>

## 12. Justo valor de ativos e passivos

### Ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	26.307,00	-	-	26.307,00
	<b>26.307,00</b>	-	-	<b>26.307,00</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	18.198,14	-	-	18.198,14
	<b>18.198,14</b>	-	-	<b>18.198,14</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	297.417,16	-	297.417,16
	-	<b>297.417,16</b>	-	<b>297.417,16</b>

A mensuração do justo valor do instrumento financeiro derivado (Swap) baseia-se nas avaliações fornecidas pelo Banco Santander Totta.

### 13. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de rendimentos i)	5.004,18	-	5.004,18	92.794,52	-	92.794,52
Estado e outros entes públicos ii)	132.335,27	-	132.335,27	448.047,49	-	448.047,49
Diferimentos ativos iii)	61.009,90	28.889,33	89.899,23	86.484,29	28.889,33	115.373,62
Outros devedores iv)	18.643,09	-	18.643,09	31.341,85	-	31.341,85
Adiantamento a fornecedores	96.952,16	-	96.952,16	85.645,17	-	85.645,17
	<b>313.944,60</b>	<b>28.889,33</b>	<b>342.833,93</b>	<b>744.313,32</b>	<b>28.889,33</b>	<b>773.202,65</b>
Imparidade	(2.124,00)	-	(2.124,00)	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>	<b>311.820,60</b>	<b>28.889,33</b>	<b>340.709,93</b>	<b>744.313,32</b>	<b>28.889,33</b>	<b>773.202,65</b>

I. Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é o seguinte:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros rendimentos	5.004,18	-	5.004,18	92.794,52	-	92.794,52
<b>Acréscimos de rendimentos</b>	<b>5.004,18</b>	<b>-</b>	<b>5.004,18</b>	<b>92.794,52</b>	<b>-</b>	<b>92.794,52</b>

II. Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31-12-2021	31-12-2020
	Corrente	Corrente
IVA	132.335,27	448.047,49
	<b>132.335,27</b>	<b>448.047,49</b>

III. Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	57.036,67	28.889,33	85.926,00	61.249,55	28.889,33	90.138,88
Gastos com o Pessoal	3.973,23	-	3.973,23	11.063,85	-	11.063,85
Outros gastos	-	-	-	14.170,89	-	14.170,89
<b>Diferimentos ativos</b>	<b>61.009,90</b>	<b>28.889,33</b>	<b>89.899,23</b>	<b>86.484,29</b>	<b>28.889,33</b>	<b>115.373,62</b>

**IV.** Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores - não grupo	18.643,09	-	18.643,09	31.341,85	-	31.341,85
<b>Outros devedores</b>	<b>18.643,09</b>	<b>-</b>	<b>18.643,09</b>	<b>31.341,85</b>	<b>-</b>	<b>31.341,85</b>

A 31 de dezembro de 2021 foi criada uma imparidade no montante de 2.124,00 euros sobre um saldo a receber de terceiros. A 31 de dezembro de 2020, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros. Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020, as outras contas a receber a 31 de dezembro de 2021 apresentam uma diminuição de cerca de 403 mil euros. Esta flutuação deve-se essencialmente pelo facto de o ODL já ter conseguido receber parte dos reembolsos de IVA solicitados ao Estado.

Para o período apresentado não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

#### 14. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Os montantes de imposto sobre o rendimento corrente e diferido registados no exercício de 2021 e 2020, são como segue:

	2021	2020
<b>Demonstração dos Resultados</b>		
Imposto diferido	796.270,62	1.534.310,37
Imposto corrente	(3.841,84)	184.318,14
	<b>792.428,78</b>	<b>1.718.628,51</b>

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2021	2020
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Ativos por impostos diferidos	796.270,62	1.534.310,37
	<b>796.270,62</b>	<b>1.534.310,37</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Diferenças temporárias dedutíveis Prejuízos Fiscais	Total
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	<b>1.545.939,51</b>	<b>1.545.939,51</b>
<b>Período findo em 31 de dezembro</b>		
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	796.270,62	796.270,62
<b>Movimento do período</b>	<b>796.270,62</b>	<b>796.270,62</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.342.210,13</b>	<b>2.342.210,13</b>

	Diferenças temporárias dedutíveis Prejuízos Fiscais	Diferenças temporárias dedutíveis Donativos	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	-	<b>11.629,14</b>	<b>11.629,14</b>
<b>Período findo em 31 de dezembro</b>			
Reversão por resultados	-	(11.629,14)	(11.629,14)
Constituição por resultados	1.545.939,51	-	1.545.939,51
<b>Movimento do período</b>	<b>1.545.939,51</b>	<b>(11.629,14)</b>	<b>1.534.310,37</b>
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.545.939,51</b>	-	<b>1.545.939,51</b>

## 15. Inventários

O detalhe de inventários, à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	229.656,77	404.399,45
<b>Total inventários</b>	<b>229.656,77</b>	<b>404.399,45</b>

As mercadorias detidas pelo Grupo, referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

Face à crise pandémica, durante o 1º semestre o Oceanário foi obrigado a encerrar durante 82 dias, o que se traduziu numa redução do número de visitantes e da receita. No entanto não se espera que venham a existir perdas por imparidades a nível dos stocks existentes.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2021 e 2020, incluídos na linha “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, ascendeu a 336.693,55 euros e a 300.763,43 euros, respetivamente.

## 16. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados do Grupo correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2021	2020
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>18.198,14</b>	<b>12.938,19</b>
Dotações	7.437,27	5.798,59
Variações de justo valor	671,59	(538,64)
Utilizações	-	-
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>26.307,00</b>	<b>18.198,14</b>

## 17. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Grupo	91.458,75	-	91.458,75	65.477,17	-	65.477,17
Clientes - Não-grupo	224.210,15	-	224.210,15	218.432,70	-	218.432,70
	<b>315.668,90</b>	<b>-</b>	<b>315.668,90</b>	<b>283.909,87</b>	<b>-</b>	<b>283.909,87</b>
Imparidade clientes	-	-	-	-	-	-
<b>Total clientes</b>	<b>315.668,90</b>	<b>-</b>	<b>315.668,90</b>	<b>283.909,87</b>	<b>-</b>	<b>283.909,87</b>

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2021	2020
não vencidos	247.532,10	266.049,91
Até 6 meses	54.669,77	11.662,95
de 6 a 12 meses	1.705,16	3.754,34
de 12 a 18 meses	4.640,82	1.014,51
de 18 a 24 meses	7.121,05	1.428,16
<b>Total</b>	<b>315.668,90</b>	<b>283.909,87</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

Foi revisto o modelo de imparidade, com base no que é o “forward looking” definido pela IFRS 9 e não existe a esta data a necessidade do reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica de outras contas a receber ou clientes.

## 18. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	3.026,29	31.139,03	-
	-	<b>3.026,29</b>	<b>31.139,03</b>	-

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2021	2020
<b>Imposto Corrente</b>		
Pagamentos por conta	-	40.560,00
Retenções na fonte	12.864,02	20.416,42
Estimativa de IRC	(15.890,31)	(29.837,39)
<b>Total</b>	<b>(3.026,29)</b>	<b>31.139,03</b>

Para o ano de 2021 não existiu lugar ao pagamento de Pagamentos por Conta e, no caso dos Pagamentos Adicionais por Conta, os mesmos não se aplicaram uma vez que a Entidade não atingiu um lucro tributável superior a 1.500.000 euros relativo ao período de tributação anterior.

## 19. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	32.094,94	34.908,81
Depósitos bancários	1.019.329,66	1.954.544,04
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.051.424,60</b>	<b>1.989.452,85</b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Caixa	32.094,94	34.908,81
Depósitos bancários	1.019.329,66	1.954.544,04
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)</b>	<b>1.051.424,60</b>	<b>1.989.452,85</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>1.051.424,60</b>	<b>1.989.452,85</b>

## 20. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontravam-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 Euros

Dotação em dinheiro: 250.000 Euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

## 21. Outras reservas e resultados transitados

### 21.1 Outras reservas

A rubrica “Outras Reservas” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020:

	<b>Ajustamentos em ativos financeiros</b>	<b>Outras reservas</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>585.598,53</b>	<b>585.598,53</b>
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>585.598,53</b>	<b>585.598,53</b>
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>585.598,53</b>	<b>585.598,53</b>

A rubrica de outras reservas em 2021 no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

## 21.2 Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<b>Resultados transitados</b>
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>8.826.187,90</b>
Aplicação do resultado líquido 2019	2.031.957,43
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.858.145,33</b>
Aplicação do resultado líquido 2020	(5.056.535,39)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.801.609,94</b>

## 22. Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<b>Outras variações nos fundos patrimoniais</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>(315.328,51)</b>	<b>(315.328,51)</b>
Varição justo valor Swap	17.911,35	17.911,35
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(297.417,16)</b>	<b>(297.417,16)</b>
	<b>Outras variações nos fundos patrimoniais</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	<b>(297.417,16)</b>	<b>(297.417,16)</b>
Varição justo valor Swap	52.417,16	52.417,16
Dissolução do Swap	245.000,00	245.000,00
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A variação do justo valor do instrumento derivado de cobertura (swap), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi positiva no montante de 52.417,16 euros e 17.911,35 euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2021 a Fundação dissolveu junto do Santander Totta o derivado de cobertura (SWAP), tendo reclassificado o montante para o resultado líquido do exercício, na rubrica “Gastos financeiros” (Nota 33), conforme preconizado pelas IFRS.

## 23. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos bancários i)</b>						
Santander Totta	2.782.936,29	16.286.437,32	19.069.373,61	4.161.316,30	14.856.361,94	19.017.678,24
	<b>2.782.936,29</b>	<b>16.286.437,32</b>	<b>19.069.373,61</b>	<b>4.161.316,30</b>	<b>14.856.361,94</b>	<b>19.017.678,24</b>

**i)** O Grupo contraiu junto do Santander Totta dois empréstimos bancários em 28 de setembro de 2015.

**a.** um empréstimo bancário no montante inicial de 15.000.000€, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco SantanderTotta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A.. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, adicionalmente foi realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245.000,00 euros, por forma a cobrir esta operação. O valor remanescente do empréstimo inicial de longo prazo de 15.000.000,00 euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

**b.** um empréstimo no montante inicial de 10.000.000€, com o prazo de 12 anos, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Este financiamento encontra-se sujeito ao cumprimento de covenants financeiros, os quais não estavam a ser cumpridos no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O incumprimento dos referidos covenants podem levar ao pedido antecipado de reembolso integral por parte do banco. O Conselho de Administração obteve por parte do banco uma declaração que suspende temporariamente o cumprimento das cláusulas contratuais referentes aos covenants para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente o Grupo aderiu a uma linha de crédito a curto prazo no montante de 3.000.000 euros, o qual foi utilizado durante ao ano 2020, com prazo de 12 meses, vencendo juros às taxas de Euribor 12M e spread 1,50%.

Durante o 1º semestre de 2021, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022 Euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa de juro fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3.000.000 euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e cujo montante atualmente utilizado ascende a 1.003.125 Euros.

As maturidades dos financiamentos do Grupo são como segue:

	2021	2020
Até 1 ano	2.782.936,29	4.161.316,30
Entre 2 e 5 anos	9.814.945,11	9.595.758,29
Superior a 5 anos	6.471.492,21	5.260.603,65
	<b>19.069.373,61</b>	<b>19.017.678,24</b>

A variação dos financiamentos do Grupo são como segue:

<b>SantanderTotta</b>	
<b>1 de janeiro de 2021</b>	
Valor inicial	19.017.678,24
<b>Movimento de 2021</b>	
<b>Aumentos:</b>	
Fluxos de caixa financiamento obtido	1.245.000,00
Capitalização de juros	308.482,26
<b>Diminuições:</b>	
Fluxos de caixa financiamento	(1.507.296,85)
Custo amortizado IS	5.509,96
<b>31 de dezembro de 2021</b>	
<b>Saldo final</b>	<b>19.069.373,61</b>

<b>SantanderTotta</b>	
<b>1 de janeiro de 2020</b>	
Valor inicial	16.011.415,06
<b>Movimento de 2020</b>	
<b>Aumentos:</b>	
Fluxos de caixa financiamento obtido	3.000.000,00
<b>Diminuições:</b>	
Fluxos de caixa financiamento	-
Custo amortizado IS	6.263,18
<b>31 de dezembro de 2020</b>	
<b>Saldo final</b>	<b>19.017.678,24</b>

## 24. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2020, o detalhe dos Instrumentos financeiros derivados apresenta os seguintes valores:

	31.12.2020			
	Notional	Passivo		
		Corrente	Não corrente	Total
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>				
Swap taxa de juro	7.886.600,00	-	297.417,16	297.417,16
<b>Total de derivados designados como cobertura</b>	<b>7.886.600,00</b>	<b>-</b>	<b>297.417,16</b>	<b>297.417,16</b>
<b>Total de derivados</b>	<b>7.886.600,00</b>	<b>-</b>	<b>297.417,16</b>	<b>297.417,16</b>

### Cobertura de fluxos de caixa - Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de alguns empréstimos, através da contratação de Swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido (Nota 22).

## 25. Outras contas a pagar e responsabilidades com locação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos i)	1.585.419,01	26.227.889,45	27.813.308,46	798.190,65	27.728.216,74	28.526.407,39
Acréscimos de gastos ii)	1.915.248,17	-	1.915.248,17	1.919.403,39	-	1.919.403,39
Estado e outros entes públicos iii)	134.723,90	-	134.723,90	209.680,72	-	209.680,72
Adiantamento de Clientes	6.404,38	-	6.404,38	10.026,17	-	10.026,17
Diferimentos passivos iv)	56.619,47	-	56.619,47	77.777,42	-	77.777,42
Outras operações com o pessoal	92,48	-	92,48	24,82	-	24,82
Responsabilidades com locações	1.858,77	-	1.858,77	37.799,88	1.858,77	39.658,65
Outros credores	40.345,03	-	40.345,03	51.193,58	-	51.193,58
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>3.740.711,21</b>	<b>26.227.889,45</b>	<b>29.968.600,66</b>	<b>3.104.096,63</b>	<b>27.730.075,51</b>	<b>30.834.172,14</b>

I. Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que o Grupo obterá num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2021 e 2020 relativamente ao passivo financeiro relacionado com o contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa, é como segue:

	<b>Valor</b>
<b>Saldo a 01.01.2020</b>	<b>28.666.770,04</b>
Juro do período	907.476,36
Reembolso	(1.355.474,56)
Atualização por inflação	12.000,36
<b>Saldo a 31.12.2020</b>	<b>28.230.772,20</b>
Juro do período	716.074,56
Reembolso	(1.359.490,42)
Atualização por inflação	16.677,28
<b>Saldo a 31.12.2021</b>	<b>27.604.033,62</b>

II. Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	449.811,43	-	449.811,43	567.114,47	-	567.114,47
Gastos fornecimentos e serviços externos	1.435.801,14	-	1.435.801,14	1.076.310,39	-	1.076.310,39
Gastos com o financiamento	7.050,25	-	7.050,25	25.566,46	-	25.566,46
Outros gastos	22.585,35	-	22.585,35	250.412,07	-	250.412,07
<b>Acréscimos de gastos</b>	<b>1.915.248,17</b>	<b>-</b>	<b>1.915.248,17</b>	<b>1.919.403,39</b>	<b>-</b>	<b>1.919.403,39</b>

III. Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
	Corrente	Corrente
Retenções imposto sobre o rendimento	41.685,51	53.850,33
IVA	31.664,74	6.495,99
Contribuições para a segurança social	61.373,65	149.334,40
	<b>134.723,90</b>	<b>209.680,72</b>

IV. Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
	Corrente	Corrente
Outros rendimentos a reconhecer	56.619,47	77.777,42
<b>Diferimentos passivos</b>	<b>56.619,47</b>	<b>77.777,42</b>

## 26. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2021	2020
Fornecedores - Não-grupo	1.585.954,74	1.513.616,35
Fornecedores - Grupo	435.672,48	572.146,31
<b>Total saldo fornecedores</b>	<b>2.021.627,22</b>	<b>2.085.762,66</b>

O atual montante de dívida deve-se essencialmente ao atual contexto de saúde pública que temos vivido nos últimos 2 anos. Sendo que devemos salientar uma diminuição da mesma a 31 de dezembro de 2021, comparando com o ano transato.

## 27. Vendas e prestações de serviços

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2021 e 2020 é detalhado como segue:

	2021	2020
<b>Vendas de Produtos</b>		
Mercadorias	843.324,05	683.458,64
<b>Sub-total</b>	<b>843.324,05</b>	<b>683.458,64</b>
<b>Prestação de Serviços</b>		
Bilheteira	7.374.048,12	5.430.565,25
Patrocínios	100.000,00	100.000,00
Arrendamentos/Concessões	78.233,76	52.714,05
Aluguer de espaços	26.521,45	14.204,30
ACE/Sieocean	20.696,28	31.589,15
Outras prestações de serviços	450,71	-
<b>Sub-total</b>	<b>7.599.950,32</b>	<b>5.629.072,75</b>
<b>Vendas e prestação de serviços</b>	<b>8.443.274,36</b>	<b>6.312.531,39</b>

## 28. Doações e legados à exploração

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2021	2020
	3.000.000,00	3.000.000,00
	174.867,78	328.711,64
	<b>3.174.867,78</b>	<b>3.328.711,64</b>

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE no montante de 3.000.000,00 euros, em cada um dos períodos de 2021 e 2020, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a entidade-mãe, e é detalhada da seguinte forma:

### 2021

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2021.

### 2020

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2020.

Em 2021 o Grupo recebeu donativos no montante de 174.867,78 euros de entidades terceiras, nomeadamente OAK Foundation.

Em 2020 a Fundação recebeu donativos no montante de 328.711,64 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian, Oceanpventes e OAK Foundation.

## 29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2021 e 2020 é detalhado como segue:

	2021	2020
Existências iniciais	404.399,45	415.798,81
Compras	165.545,86	302.035,53
Regularização de existências	(3.594,99)	(12.671,46)
Existências finais	(229.656,77)	(404.399,45)
	<b>336.693,55</b>	<b>300.763,43</b>

### 30. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhos especializados	2.375.003,50	2.433.480,98
Publicidade e propaganda	270.951,16	703.970,45
Vigilância e segurança	247.918,20	361.188,57
Honorários	193.467,57	212.740,14
Comissões	89.991,90	60.857,56
Conservação e reparação	794.824,02	898.477,24
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	327,32	-
Materiais	12.607,22	44.422,57
Energia e fluídos	1.156.606,36	1.312.952,07
Deslocações, estadas e transportes	102.615,09	78.467,45
Rendas e alugueres	510.036,30	398.739,00
Comunicação	52.018,59	54.118,90
Seguros	83.026,16	77.257,19
Contencioso e notariado	366,00	428,75
Despesas de representação	36.015,48	46.879,71
Limpeza, higiene e conforto	345.135,05	369.911,79
Outros serviços	290.516,92	365.246,89
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>6.561.426,84</b>	<b>7.419.139,26</b>

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 inclui o montante de 422.226,31 euros e 317.565,06 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

Devido às políticas de gestão adotadas pelo Grupo dado ao contexto de saúde pública existente, verificou-se uma diminuição dos gastos correntes da atividade em relação ao exercício anterior.

### 31. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, foram como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Remunerações</b>		
Orgãos sociais	367.078,22	465.638,99
Pessoal	2.090.987,66	1.977.998,00
<b>Sub-total</b>	<b>2.458.065,88</b>	<b>2.443.636,99</b>

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Outros encargos</b>		
Indemnizações	27.864,20	7.120,00
Encargos sobre remunerações	538.928,48	575.244,60
Seguros de acidentes de trabalho	29.314,53	35.251,49
Gastos de ação social	1.650,00	3.000,00
Outros	165.735,28	180.648,94
<b>Sub-total</b>	<b>763.492,49</b>	<b>801.265,03</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>3.221.558,37</b>	<b>3.244.902,02</b>

O número médio de empregados do Grupo em 2021 foi de 85 (2020: 90).

A rubrica de gastos de ação social refere-se a cheques-creche atribuídos aos colaboradores neste exercício.

## 32. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos em 2021 e 2020 pode ser apresentada como segue:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Diferenças de câmbio favoráveis	222,17	2.644,19
Sinistros	-	36.015,67
Descontos pronto pagamento obtidos	-	26,13
Correções de períodos anteriores	47.330,40	17.225,59
Outros não especificados	32.915,76	59.458,44
	<b>80.468,33</b>	<b>115.370,02</b>

### 33. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos em 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos	8.723,00	15.249,00
Abates de investimentos não financeiros	1.811,87	-
Correções relativas a períodos anteriores	2.128,29	18.322,12
Donativos	426.007,83	301.851,23
Quotizações	30.162,41	31.201,57
Diferenças de câmbio desfavoráveis	658,07	2.179,39
Ofertas e amostras de inventários	40,00	220,00
Perdas em inventários	3.011,89	10.252,58
Outros não especificados	80.790,49	58.889,79
	<b>553.333,85</b>	<b>438.165,68</b>

### 34. Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2021 e 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Gastos financeiros</b>		
<b>Juros suportados</b>		
Empréstimos bancários	411.162,56	536.397,07
Empréstimos empresas do grupo	-	-
<b>Outros gastos financeiros</b>	1.103.332,67	909.752,68
	<b>1.514.495,23</b>	<b>1.446.149,75</b>

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “outros gastos financeiros” refere-se essencialmente ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro relativamente à componente fixa do contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos, celebrado com o Estado Português, no montante de 716.074,56 euros e 907.476,36, respetivamente.

### 35. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2021 e 2020 é conforme segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto s/ rendimento corrente	15.890,31	29.837,39
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	(12.048,47)	(214.155,53)
Imposto s/ rendimento diferido	(796.270,62)	(1.534.310,37)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>(792.428,78)</b>	<b>(1.718.628,51)</b>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Rendimento Global	(4.053.091,14)	(6.775.163,90)
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
	<b>(851.149,14)</b>	<b>(1.422.784,42)</b>
Gastos não dedutíveis	186.854,23	55.741,76
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(14.406,97)	9.521,71
Rendimentos não tributáveis	(56.610,88)	(13.319,19)
Diferenças temporárias dedutíveis c/ imposto diferido	(53.093,95)	(91.433,49)
Benefícios fiscais	(7.706,67)	(11.757,27)
Tributação autónoma	15.890,31	29.837,39
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	(12.048,47)	(214.155,53)
Outros	(157,24)	(60.279,47)
	<b>(792.428,78)</b>	<b>(1.718.628,51)</b>
Imposto s/ rendimento corrente	15.890,31	29.837,39
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	(12.048,47)	(214.155,53)
Imposto s/ rendimento diferido	(796.270,62)	(1.534.310,37)
<b>Imposto s/ rendimento</b>	<b>(792.428,78)</b>	<b>(1.718.628,51)</b>

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	<b>25,50%</b>	<b>25,50%</b>

A entidade mãe sendo uma Fundação (entidade sem fins lucrativos) e conforme mencionado na nota 3.18 não é aplicável a taxa de Derrama e Derrama Estadual, no entanto é aplicável à sua subsidiária Oceanário.

A 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020, em resultado do atual contexto de saúde pública em que vivemos a Associada apurou prejuízos fiscais estimados nos montantes de 3.538.936,52 euros e 6.870.842,29 euros, respetivamente, tendo sido calculado ativo por imposto diferido sobre os mesmos. Estima-se que sejam utilizados num prazo de 6 anos.

## 36. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo, à data do relato financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

### 36.1 Obrigações do Grupo decorrentes do compromisso variável referente ao Contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível (ver notas 3.4 e 9), o Oceanário de Lisboa, S.A assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, participações em taxas ou outros tributos que o Grupo tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras do Grupo.

### 36.2 Compromissos com locações

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

<b>2021</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Viaturas	2.377,08	-	-
	<b>2.377,08</b>	-	-
<b>2020</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Viaturas	-	-	-
	-	-	-

Em 2020, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, os reconhecimentos das locações no balanço da entidade passaram a ser efetuado como um ativo não corrente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

Em 2021, foram consideradas as rendas dos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16, derivado do prazo dos respetivos contratos.

## 37. Contingências

### 37.1 Passivos contingentes

O Grupo tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Garantia bancária, com início em 28 de setembro de 2015, no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, foi constituído penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da conta bancária da entidade mãe e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pelo Grupo com o objetivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, foi constituído penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as ações do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objetivo, foi constituído penhor financeiro das contas bancárias da subsidiária Oceanário e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

### 37.2 Garantias prestadas por terceiros

O Grupo tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2021	2020
Cerger	<b>Obrigações Contratuais</b>	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	<b>Obrigações Contratuais</b>	31-01-2011	16.930,44	16.930,44
Prestibel	<b>Obrigações Contratuais</b>	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	<b>Obrigações Contratuais</b>	07-08-2012	29.773,58	29.773,58
Siemens	<b>Obrigações Contratuais</b>	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
			<b>132.892,75</b>	<b>132.892,75</b>

### 37.3 Ativos contingentes

A entidade mãe, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000 Euros, tendo sido já liquidado o montante de 19.500.000 Euros, restando o valor de 10.500.000 Euros que será liquidado até 2025. Este recebimento está condicionado à aprovação anual em Conselho de Administração da Fundadora.

## 38. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

### Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 338.821,05 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: 435.676,07 euros).

### Remuneração do Conselho Fiscal e ROC

A remuneração auferida pelo ROC ascendeu a 19.500,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: 23.025,00 euros).

### Transações entre partes relacionadas

#### a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

##### **Sócios-fundadores**

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

##### **Partes relacionadas por via de sócios-fundadores**

Pingo Doce;

Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, SA;

Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Unilever Fima;

Waterventures;

Gallo Worldwide;

MIMED - Cuidados de Saúde, S.A.;

FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, SA.

Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.

##### **Associadas**

Telecabine de Lisboa, Lda.

##### **Outras entidades - Participação ACE**

Sieocean.

#### b. Transações e saldos pendentes

##### I. Sócios-Fundadores

##### Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio fundador:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos</b>		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos	3.000.000,00	3.000.000,00
	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>

**II. Partes relacionadas por via dos sócios-fundadores:****Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as partes relacionada por via dos sócios-fundadores:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Serviços prestados/Outros rendimentos</b>		
Pingo Doce	100.000,00	100.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	79.974,83	55.067,32
Fundação Francisco Manuel dos Santos	47.093,92	-
MIMED - Cuidados de Saúde, S.A.	109.008,82	78.781,88
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, S.A.	21.104,35	-
	<b>357.181,92</b>	<b>233.849,20</b>
<b>Gastos</b>		
<b>Compras de serviços/Outros gastos</b>		
Pingo Doce	481,08	20.400,00
Unilever Fima	138.632,20	170.256,63
Gallo Worldwide	92.627,20	92.176,24
MIMED - Cuidados de Saúde, S.A.	36.740,00	-
	<b>264.702,48</b>	<b>282.832,87</b>
<b>Gastos financeiros</b>		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	7.847,21	-
	<b>7.847,21</b>	<b>-</b>

**Saldos devedores e credores**

No final do exercício de 2021 e 2020, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2020
<b>Saldos devedores</b>		
<b>Cientes</b>		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	33.543,09	12.447,93
Fundação Francisco Manuel dos Santos	9.810,56	-
MiMed - Cuidados de Saúde	19.963,11	18.150,49
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares	21.782,55	-
	<b>85.099,31</b>	<b>30.598,42</b>
<b>Outros créditos a receber</b>		
Pingo Doce	781,08	-
MiMed - Cuidados de Saúde	-	18.300,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	-	15.000,00
	<b>781,08</b>	<b>33.300,00</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldos credores</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Pingo Doce	-	20.400,00
Unilever Fima	189.129,54	167.848,18
Gallo Worldwide	99.018,94	78.858,13
	<b>288.148,48</b>	<b>267.106,31</b>
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	7.847,21	-
Unilever Fima	781,08	5.889,56
	<b>8.628,29</b>	<b>5.889,56</b>

### III. Associadas

#### Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as associadas:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Serviços prestados/Outros rendimentos</b>		
Telecabine	7.445,71	6.559,69
	<b>7.445,71</b>	<b>6.559,69</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Gastos</b>		
<b>Compras de serviços/Outros gastos</b>		
Telecabine	-	1.600,00
	<b>-</b>	<b>1.600,00</b>

**Saldos devedores e credores**

No final do exercício de 2021 e 2020, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2020
<b>Saldos devedores</b>		
<b>Clientes</b>		
Telecabine	1.561,47	-
	<b>1.561,47</b>	<b>-</b>

**IV. Outras entidades- Participação ACE****Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com os ACE:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Serviços prestados/Outros rendimentos</b>		
Sieocean	21.263,41	84.935,28
	<b>21.263,41</b>	<b>84.935,28</b>

	2021	2020
<b>Gastos</b>		
<b>Compras de serviços/Outros gastos</b>		
Sieocean	720.000,00	822.000,00
	<b>720.000,00</b>	<b>822.000,00</b>

**Saldos devedores e credores**

No final do exercício de 2021 e 2020, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2020
<b>Saldos devedores</b>		
<b>Clientes</b>		
Sieocean	4.797,97	53.029,24
<b>Outros créditos a receber</b>		
Sieocean	-	52.000,00
	<b>4.797,97</b>	<b>105.029,24</b>

	2021	2020
<b>Saldos credores</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Sieocean	147.600,00	305.040,00
	<b>147.600,00</b>	<b>305.040,00</b>

### 39. Eventos subsequentes

Na sequência da atual situação pandémica, o Grupo está a efetuar as diligências necessárias para minimizar eventuais impactos na operação, esperando que estes não coloquem em causa a sustentabilidade da operação do Oceanário de Lisboa e consequentemente da Fundação. Relativamente à guerra na Ucrânia, o Grupo está igualmente atento à situação e tomará as medidas necessárias para controlar potenciais impactos.

#### O Contabilista Certificado



João Pedro Eloi Lopes Banza, número 37215

#### O Conselho de Administração



José Soares dos Santos



Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO

Demonstração da posição financeira .....	152
Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral .....	153
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais .....	154
Demonstração dos fluxos de caixa .....	155
Anexo às demonstrações financeiras .....	156
1. Introdução .....	156
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	156
2.1 Bases de preparação .....	156
2.2 Outros assuntos .....	161
2.3 Reexpressão de período comparativo .....	161
3. Principais políticas contabilísticas .....	162
3.1 Partes de capital em subsidiárias .....	162
3.2 Conversações cambial .....	162
3.3 Ativos tangíveis .....	163
3.4 Ativos intangíveis .....	164
3.5 Imparidade de ativos não financeiros .....	164
3.6 Ativos financeiros .....	165
3.7 Justo valor de ativos e passivos .....	167
3.8 Clientes e outras contas a receber .....	168
3.9 Caixa e equivalentes de caixa .....	168
3.10 Fundos patrimoniais .....	168
3.11 Passivos financeiros .....	168
3.12 Compensação de instrumentos financeiros .....	169
3.13 Financiamentos obtidos .....	169
3.14 Fornecedores e outras contas a pagar .....	169
3.15 Custos com empréstimos obtidos .....	169
3.16 Instrumentos financeiros derivados .....	170
3.17 Imposto sobre o rendimento .....	170
3.18 Provisões e passivos contingentes .....	171
3.19 Ativos contingentes .....	171
3.20 Locações .....	171
3.21 Gastos e rendimentos .....	172
3.22 Rédito .....	172
3.23 Eventos subsequentes .....	172

<b>4. Políticas de gestão do risco financeiro</b> .....	173
4.1 Fatores do risco financeiro .....	173
4.2 Gestão do risco de capital .....	175
<b>5. Principais estimativas e julgamentos apresentados</b> .....	175
5.1 Ativos tangíveis e intangíveis .....	175
5.2 Justo valor de instrumentos financeiros .....	176
5.3 Imparidade em investimentos em subsidiárias .....	176
5.4 Imposto sobre o rendimento .....	176
<b>6. Ativos tangíveis</b> .....	177
<b>7. Ativos intangíveis</b> .....	178
<b>8. Investimentos em subsidiárias</b> .....	180
<b>9. Ativos e passivos financeiros por categoria</b> .....	183
<b>10. Justo valor de ativos e passivos</b> .....	184
<b>11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b> .....	184
<b>12. Outras contas a receber</b> .....	185
<b>13. Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	186
<b>14. Fundos Patrimoniais</b> .....	186
<b>15. Outras reservas</b> .....	187
<b>16. Outras variações nos fundos patrimoniais</b> .....	187
<b>17. Financiamentos obtidos</b> .....	188
<b>18. Instrumentos financeiros derivados</b> .....	189
<b>19. Fornecedores</b> .....	190
<b>20. Imposto sobre o rendimento a receber/a pagar</b> .....	190
<b>21. Outras contas a pagar e responsabilidade com locações</b> .....	191
<b>22. Doações e legados à exploração</b> .....	191
<b>23. Fornecimentos e serviços externos</b> .....	192
<b>24. Gastos com o pessoal</b> .....	193
<b>25. Variações de justo valor</b> .....	193
<b>26. Outros rendimentos</b> .....	193
<b>27. Outros gastos</b> .....	194
<b>28. Gastos financeiros</b> .....	194
<b>29. Imposto sobre o rendimento</b> .....	195
<b>30. Compromissos</b> .....	196
<b>31. Contingências</b> .....	196
<b>32. Partes relacionadas</b> .....	197
<b>33. Eventos subsequentes</b> .....	200

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos tangíveis	6	1.412,24	2.809,49
Ativos intangíveis	7	2.267,29	4.287,57
Direitos de uso	7	-	9.985,94
Investimentos em subsidiárias	8	18.773.696,03	22.245.395,17
		<b>18.777.375,56</b>	<b>22.262.478,17</b>
<b>Corrente</b>			
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11	7.308,65	4.733,40
Outras contas a receber	12	787.154,00	35.822,71
Imposto sobre o rendimento a receber	20	96,71	-
Caixa e equivalentes de caixa	13	38.909,42	1.371.572,99
		<b>833.468,78</b>	<b>1.412.129,10</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>19.610.844,34</b>	<b>23.674.607,27</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	14	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	15	(264.330,23)	(264.330,23)
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	-	(297.417,16)
Resultados transitados		6.651.538,70	11.708.074,09
Resultado líquido do exercício		(3.260.662,36)	(5.056.535,39)
<b>Total do Fundo de Capital</b>		<b>10.298.375,11</b>	<b>13.261.620,31</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	17	6.575.939,11	8.629.700,00
Instrumentos financeiros derivados	18	-	297.417,16
		<b>6.575.939,11</b>	<b>8.927.117,16</b>
<b>Corrente</b>			
Financiamentos obtidos	17	1.534.564,04	743.100,00
Fornecedores	19	368.169,18	90.491,02
Imposto sobre o rendimento a pagar	20	-	1.613,77
Responsabilidades com locações	21	-	10.403,21
Outras contas a pagar	21	833.796,90	640.261,80
		<b>2.736.530,12</b>	<b>1.485.869,80</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>9.312.469,23</b>	<b>10.412.986,96</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo</b>		<b>19.610.844,34</b>	<b>23.674.607,27</b>

As notas das páginas 156 a 200 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020 Reexpresso (*)
Doações e legados à exploração	22	3.135.893,78	3.322.295,64
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(3.471.699,14)	(5.866.384,88)
Fornecimentos e serviços externos	23	(1.192.868,79)	(1.179.009,73)
Gastos com o pessoal	24	(826.347,77)	(741.297,15)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(13.384,54)	(17.230,08)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	12	(2.124,00)	-
Variações de justo valor	25	375,84	1.603,88
Outros rendimentos	26	23.852,49	1.670,10
Outros gastos	27	(428.382,26)	(229.598,60)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.774.684,39)</b>	<b>(4.707.950,82)</b>
Gastos financeiros	28	(502.134,11)	(346.497,33)
Rendimentos financeiros	28	19.713,53	-
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(3.257.104,97)</b>	<b>(5.054.448,15)</b>
Imposto sobre o rendimento	29	(3.557,39)	(2.087,24)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(3.260.662,36)</b>	<b>(5.056.535,39)</b>
<b>Outros rendimentos integrais:</b>			
<b>Itens que poderão ser reclassificados por resultados</b>			
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	16	52.417,16	17.911,35
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	16	245.000,00	-
<b>Outros rendimentos integrais - total</b>		<b>297.417,16</b>	<b>17.911,35</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>(2.963.245,20)</b>	<b>(5.038.624,04)</b>

(\*) ver nota 2.3 do anexo das demonstrações financeiras.

As notas das páginas 156 a 200 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>		7.171.829,00	(264.330,23)	9.676.116,66	(315.328,51)	2.031.957,43	18.300.244,35
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(5.056.535,39)	(5.056.535,39)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	2.031.957,43	-	(2.031.957,43)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	16	-	-	-	17.911,35	-	17.911,35
		-	-	2.031.957,43	17.911,35	(2.031.957,43)	17.911,35
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>		7.171.829,00	(264.330,23)	11.708.074,09	(297.417,16)	(5.056.535,39)	13.261.620,31
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.260.662,36)	(3.260.662,36)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	(5.056.535,39)	-	5.056.535,39	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	16	-	-	-	52.417,16	-	52.417,16
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	16	-	-	-	245.000,00	-	245.000,00
		-	-	(5.056.535,39)	297.417,16	5.056.535,39	297.417,16
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>		7.171.829,00	(264.330,23)	6.651.538,70	-	(3.260.662,36)	10.298.375,11

As notas das páginas 156 a 200 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Nota	2021	2020 Reexpresso (*)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de doações		3.135.893,78	3.323.562,18
Pagamentos a fornecedores		(1.025.697,32)	(1.260.209,45)
Pagamentos ao pessoal		(428.302,68)	(420.093,02)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.681.893,87</b>	<b>1.643.259,71</b>
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.134,19)	482.566,23
Outros recebimentos/ pagamentos		(518.380,50)	(454.867,30)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>1.161.379,18</b>	<b>1.670.958,64</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Ativos tangíveis		-	(1.870,00)
Empréstimos concedidos	12	(2.000.000,00)	-
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Empréstimos concedidos	12	1.250.000,00	-
Juros e rendimentos similares	-	9.401,03	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(740.598,97)</b>	<b>(1.870,00)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos	17	245.000,00	-
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Financiamentos obtidos	17	(1.507.296,85)	(2.100.000,00)
Juros e gastos e similares		(215.085,48)	(334.726,20)
Outras operações de financiamento		(276.061,45)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(1.753.443,78)</b>	<b>(2.434.726,20)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(1.332.663,57)</b>	<b>(765.637,56)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	1.371.572,99	2.137.210,55
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>13</b>	<b>38.909,42</b>	<b>1.371.572,99</b>

(\*) ver nota 2.3 do anexo das demonstrações financeiras.

As notas das páginas 156 a 200 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Z. PAZ  
 WP S Jh

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Entidade”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE com o objetivo de comprar as ações da Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 23 de março de 2022. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras da Fundação e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”) à data de 31 de dezembro de 2021, ajustadas em termos de terminologia, atendendo à natureza jurídica da Entidade (Fundação).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor “ativos financeiros ao justo valor por resultados”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

### **1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:**

**a. IFRS 16, 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'.** Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**b. IFRS 4, 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'.** Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**c. IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2.** Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao

custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2022:**

**a. IAS 16** (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Entidade com a alteração desta norma.

**b. IAS 37** (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspetiva impactos significativos.

**c. IFRS 3** (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

**d. IFRS 16**, (alteração) ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

**e. IFRS 17**, (nova) ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na

mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não existirá qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**f. IFRS 17**, (alteração) ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. Não existirá qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

**g. Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A entidade ainda está a apurar os impactos que estas normas possam ter, mas não se perspetivam impactos significativos.

IFRS 1, ‘Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez’. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IFRS 9, ‘Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação’. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

IFRS 16, ‘Incentivos à locação’. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

IAS 41, ‘Tributação e mensuração do justo valor’. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – ‘Justo valor’.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia ainda não endossou:**

**a. IAS 1** (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de

relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A entidade ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**b. IAS 1** (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. A entidade ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**c. IAS 8** (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A entidade ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

**d. IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspetiva impactos significativos.

**e. IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e

suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existirá qualquer impacto na alteração desta norma. Não existirá qualquer impacto relativamente à alteração desta norma

## 2.2 Outros Assuntos

Durante o mês de março de 2020, o Coronavírus SARS COV-2 espalhou-se globalmente, tendo sido tomadas medidas de contenção do contágio da pandemia a partir de meados de março. Os primeiros impactos começaram-se a sentir ainda durante o mês de março com o encerramento das instalações ao público de 16 de março a 10 de maio de 2020.

Com o agravamento da situação pandémica em Portugal, o Oceanário teve de voltar a encerrar ao público de 15 de janeiro a 6 de abril de 2021.

A Fundação implementou medidas para proteger os seus colaboradores e para minimizar eventuais impactos na operação.

Durante 2021, continuou a verificar-se a necessidade de financiamento do Oceanário de Lisboa, pelo que a Fundação Oceano Azul, acionista único do Oceanário de Lisboa, concedeu um empréstimo de curto prazo de 2.000.000 Euros. Em dezembro de 2021, o Oceanário de Lisboa já tinha reembolsado o seu acionista em 1.250.000 Euros.

Entretanto, a Fundação Oceano Azul concluiu o processo da renegociação do financiamento bancário de longo prazo junto do Banco Santander, passando a ter uma taxa de juro fixa de 1,77% e, conseqüentemente, libertando-se do swap.

Em dezembro de 2021 foi apresentado um prejuízo 3.260.662,36 euros motivado pelo resultado da sua subsidiária.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo corrente é superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 1.903.000 Euros. Contudo, tendo em consideração as dotações previstas e acordadas com a Fundadora, assim como a retoma esperada da normalidade da atividade do Oceanário, é entendimento do Conselho de Administração que a Fundação tem a capacidade de ultrapassar este défice.

O Conselho de Administração apesar dos desafios que se fazem sentir continua a considerar que a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade de operações é o mais apropriado.

## 2.3 Reexpressão de período comparativo

Na sequência da operação de incorporação do património da Waterventures, referida na Nota 1, onde se incluíam as ações da Oceanário de Lisboa, S.A., foi reconhecido na rubrica “Investimentos em subsidiárias”, o montante de 22.205.926,51 Euros a título de Goodwill, cujo valor líquido em 1 de janeiro de 2020 ascendia a 19.024.745,42 Euros, líquido de imparidades acumuladas de 3.181.181,09 Euros.

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada reexpressão da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada para efeitos comparativos, tendo sido reclassificado o montante de 748.512 Euros da rubrica “Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)” para a rubrica “Ganhos/perdas imputados

de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”. A reexpressão não produz quaisquer impactos no resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nem na posição do Fundo de Capital naquela data.

Foi ainda alterada a Nota 8 na designação atribuída anteriormente, com a alteração das designações “Goodwill” e “Perdas por imparidade acumuladas”, que passam a denominar-se “Intangível afeto à concessão” e “Amortizações acumuladas”.

Adicionalmente, na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos, foi reclassificado o montante de 3.000.000 Euros da linha de “Doações” para atividades operacionais.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1 Partes de capital em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Fundação tem controlo. A Fundação controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas subsidiárias. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Entidade no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Subsidiárias, a Fundação reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

#### 3.2 Conversão cambial

##### I. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Fundação opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Fundação.

## II. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

## III. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira	Câmbio Médio		Câmbio Final do Período	
	2021	2020	31.12.2021	31.12.2020
Moeda				
USD	1.18270	1.14220	1.13260	1.22710

### 3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Equipamento administrativo	3 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo,

sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contábilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

### 3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Fundação mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Fundação.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

**i.** Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

A Fundação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	<b>Anos</b>
Programas computador	3 anos
Outros Ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos

### 3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a.** uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- b.** as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c.** o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d.** outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Foi efetuado um Teste de Imparidade à participação no Oceanário de Lisboa em novembro de 2021, no qual foi utilizada uma taxa WACC base de 3,98% e a última estimativa de resultados para 2021. O estudo teve igualmente por base as previsões do Plano de Atividades e Orçamento a 5 anos e os cash flows estimados para o mesmo período que apresentam um crescimento sustentável.

Considera-se não existirem alterações significativas dos pressupostos utilizados nesta análise.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis, exceto na sua alienação.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

### 3.6 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- I.** Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

**II.** Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

**a.** Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

**b.** Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

**III.** Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” e “Outras contas a receber” (Nota 12) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outros rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

### 3.7 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Fundação receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Fundação também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

### 3.8 Clientes e Outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados/donativos no âmbito da atividade da Fundação. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo ou custo amortizado menos imparidade.

### 3.9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.10 Fundos Patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

### 3.11 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- I. Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- II. Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 17), “Instrumentos financeiros derivados” (Nota 18) “Fornecedores” (Nota 19) e “Outras contas a pagar” (Nota 21). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

### **3.12 Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

### **3.13 Financiamentos obtidos**

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.14 Fornecedores e Outras contas a pagar**

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Fundação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

### **3.15 Custos com empréstimos obtidos**

Juros e outros custos incorridos pela Fundação, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Fundação, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

### 3.16 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a. apenas são permitidos os instrumentos de cobertura e os itens cobertos previstos;
- b. Tem de existir uma designação formal da relação de cobertura e a respetiva documentação;
- c. Têm de estar cumpridos os requisitos de eficácia da cobertura;

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

### 3.17 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### **Imposto corrente**

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento.

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

### 3.18 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 31, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

#### Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Fundação a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

#### Contratos onerosos

A Fundação reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

### 3.19 Ativos contingentes

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Fundação não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Fundação, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

### 3.20 Locações

A IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I. ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II. depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

### 3.21 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.22 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda e prestações de serviços no decurso normal da atividade da Entidade.

O Rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Entidade.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Os donativos recebidos do Fundador e/ou de outras entidades, com destino a financiar a realização dos fins estatutários são contabilizados pela totalidade em rendimentos do período.

Os proveitos da Fundação correspondem, maioritariamente ao recebimento de donativos do Fundador, com o objetivo de financiar a realização dos fins estatutários da Fundação.

### 3.23 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

## 4. Políticas de gestão do risco financeiro

### 4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Fundação estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Fundação é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

#### I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Fundação é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

#### II. Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Fundação, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” retirado, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Depósitos bancários</b>		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	38.664,45	-
A	-	1.370.672,30
A-	-	-
Outros sem rating	244,97	900,69
<b>Depósitos bancários (caixa e equivalentes)</b>	<b>38.909,42</b>	<b>1.371.572,99</b>

<b>Outros ativos financeiros</b>		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	787.154,00	35.822,71
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>787.154,00</b>	<b>35.822,71</b>

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Fundação não têm rating de crédito atribuído.

### III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Fundação.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Fundação por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vencidos:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>			
Financiamentos obtidos	1.678.756,00	6.895.332,98	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.135.953,62	-	-
	<b>2.814.709,62</b>	<b>6.895.332,98</b>	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>			
Financiamentos obtidos	947.059,26	6.647.522,03	2.472.710,33
Fornecedores e outras contas a pagar	577.599,74	-	-
	<b>1.524.659,00</b>	<b>6.647.522,03</b>	<b>2.472.710,33</b>

### IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro de referência, o que expõe a Fundação a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe a Fundação a risco de justo valor.

## 4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Financiamentos Obtidos (Nota 17)</b>	<b>8.110.503,15</b>	<b>9.372.800,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 13)	38.909,42	1.371.572,99
<b>Dívida Líquida</b>	<b>8.071.593,73</b>	<b>8.001.227,01</b>
Fundos Patrimoniais	10.298.375,11	13.261.620,31
<b>Património Total</b>	<b>18.369.968,84</b>	<b>21.262.847,32</b>
<b>Gearing</b>	<b>44%</b>	<b>38%</b>

## 5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 5.1 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

## 5.2 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

## 5.3 Imparidade em investimentos em subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na avaliação de imparidade efetuada não foi gerado qualquer imparidade a registar no exercício corrente.

Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, a entidade optou por considerar uma amortização correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma será considerada uma amortização total anual de 748.512 euros.

## 5.4 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

De acordo com a IAS12, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- | A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- | As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração.

A entidade ao longo da sua operação não obtém qualquer rendimento tributável em sede de IRC.

## 6. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a evolução registada na rubrica de ativos tangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	Equipamento administrativo	Total
<b>1 de janeiro de 2021</b>		
Custo de aquisição	13.475,51	13.475,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(10.666,02)	(10.666,02)
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>2.809,49</b>	<b>2.809,49</b>
<b>Movimento de 2021</b>		
Adições	-	-
Depreciação - exercício	(1.397,25)	(1.397,25)
<b>Valor líquido final</b>	<b>1.412,24</b>	<b>1.412,24</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>		
Custo de aquisição	13.475,51	13.475,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(12.063,27)	(12.063,27)
<b>Valor líquido final</b>	<b>1.412,24</b>	<b>1.412,24</b>
<b>1 de janeiro de 2020</b>		
Custo de aquisição	11.605,51	11.605,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(7.651,64)	(7.651,64)
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>3.953,87</b>	<b>3.953,87</b>
<b>Movimento de 2020</b>		
Adições	1.870,00	1.870,00
Depreciação - exercício	(3.014,38)	(3.014,38)
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.809,49</b>	<b>2.809,49</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>		
Custo de aquisição	13.475,51	13.475,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(10.666,02)	(10.666,02)
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.809,49</b>	<b>2.809,49</b>

O equipamento administrativo compreende computadores e outro material informático.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

## 7. Ativos intangíveis

A evolução registada na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	Programas computador	Direito de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2021</b>				
Custo de aquisição	17.268,48	31.047,41	-	48.315,89
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(12.980,91)	(21.061,47)	-	(34.042,38)
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>4.287,57</b>	<b>9.985,94</b>	<b>-</b>	<b>14.273,51</b>
Adições	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Outras Regularizações	(18,93)	-	-	(18,93)
Amortização - exercício	(2.001,35)	(9.985,94)	-	(11.987,29)
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.267,29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.267,29</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>				
Custo de aquisição	17.249,55	31.047,41	-	48.296,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(14.982,26)	(31.047,41)	-	(46.029,67)
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.267,29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.267,29</b>

	<b>Programas computador</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Ativos intangíveis em curso</b>	<b>Total</b>
<b>1 de janeiro de 2020</b>				
Custo de aquisição	11.094,63	31.047,41	1.905,75	44.047,79
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(10.627,33)	(9.199,35)	-	(19.826,68)
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>467,30</b>	<b>21.848,06</b>	<b>1.905,75</b>	<b>24.221,11</b>
Adições	4.428,00	-	-	4.428,00
Transferências e abates	1.745,85	-	(1.905,75)	(159,90)
Outras Regularizações	-	-	-	-
Amortização - exercício	(2.353,58)	(11.862,12)	-	(14.215,70)
<b>Valor líquido final</b>	<b>4.287,57</b>	<b>9.985,94</b>	<b>(1.905,75)</b>	<b>14.273,51</b>
	<b>Programas computador</b>	<b>Direito de uso</b>	<b>Ativos intangíveis em curso</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>				
Custo de aquisição	17.268,48	31.047,41	-	48.315,89
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(12.980,91)	(21.061,47)	-	(34.042,38)
<b>Valor líquido final</b>	<b>4.287,57</b>	<b>9.985,94</b>	<b>-</b>	<b>14.273,51</b>

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição de programas de computador e aos direitos de uso e responsabilidades por locação reconhecidos pela Fundação. Os direitos de uso dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas.

## 8. Investimentos em subsidiárias

O detalhe dos movimentos registados em 2021 e 2020, relativamente aos investimentos em subsidiárias, é como segue:

	2021	2020
<b>1 de janeiro</b>	<b>22.245.395,17</b>	<b>28.111.780,05</b>
Ganhos/(Perdas) por equivalência patrimonial	(2.723.187,14)	(5.117.872,88)
Amortização do exercício do intangível afeto à concessão	(748.512,00)	(748.512,00)
Dividendos recebidos	-	-
<b>31 de dezembro</b>	<b>18.773.696,03</b>	<b>22.245.395,17</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos em subsidiárias referem-se ao investimento no Oceanário de Lisboa, S.A., conforme segue:

31.12.2021							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Amortização acumulada	Total investimento	Intangível da concessão
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	23.451.901,12	(4.678.205,09)	18.773.696,03	17.527.721,42
				<b>23.451.901,12</b>	<b>(4.678.205,09)</b>	<b>18.773.696,03</b>	<b>17.527.721,42</b>
31.12.2020							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Amortização acumulada	Total investimento	Intangível da concessão
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	26.175.088,26	(3.929.693,09)	22.245.395,17	18.276.233,42
				<b>26.175.088,26</b>	<b>(3.929.693,09)</b>	<b>22.245.395,17</b>	<b>18.276.233,42</b>

A participação financeira detida na subsidiária Oceanário de Lisboa, detida a 100%, foi recebida pela Fundação através da incorporação da sua subsidiária Waterventures que foi extinta a 29 de setembro de 2017.

A participação a 31 de dezembro de 2021, no valor de 23.451.901,12 euros inclui o montante bruto de 22.205.926,51 euros referente ao efeito da imputação do custo de aquisição do Oceanário ao ativo do contrato de exploração do Oceanário de Lisboa detido por aquela subsidiária. Este montante encontra-se a ser amortizado pelo período remanescente do contrato da concessão. Em 31 de dezembro de 2021 o montante das amortizações ascende a 4.678.205,09 euros, o que resulta no montante líquido do ativo afeto à concessão de 17.527.721,42 euros.

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das subsidiárias, são como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Oceanário de Lisboa</b>	<b>Oceanário de Lisboa</b>
<b>Ativos</b>		
Não correntes	41.894.724,07	43.731.921,43
Correntes	1.877.136,22	2.075.494,03
	<b>43.771.860,29</b>	<b>45.807.415,46</b>
<b>Passivos</b>		
Não correntes	36.620.898,49	33.956.737,45
Correntes	5.904.987,20	7.881.516,26
	<b>42.525.885,68</b>	<b>41.838.253,71</b>
Capital Próprio	1.245.974,61	3.969.161,75
	<b>1.245.974,61</b>	<b>3.969.161,75</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Oceanário de Lisboa</b>	<b>Oceanário de Lisboa</b>
<b>Atividade no ano</b>		
Rendimentos	8.609.157,27	6.472.312,64
Gastos	(12.128.330,58)	(13.310.901,27)
Imposto s/ rendimento	795.986,17	1.720.715,75
Resultado líquido	<b>(2.723.187,14)</b>	<b>(5.117.872,88)</b>
Outros rendimentos integrais	-	-
<b>Rendimentos integrais totais</b>	<b>(2.723.187,14)</b>	<b>(5.117.872,88)</b>

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contabilístico dos investimentos em subsidiárias é como segue:

	2021	2020
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
<b>Ativos líquidos iniciais</b>	<b>3.969.161,75</b>	<b>9.087.034,63</b>
Resultado líquido	(2.723.187,14)	(5.117.872,88)
Outros movimentos em capital próprio		
Distribuição de dividendos	-	-
Diferenças de câmbio	-	-
<b>Ativos líquidos a 31 de dezembro</b>	<b>1.245.974,61</b>	<b>3.969.161,75</b>
% participação	100%	100%
Participação financeira nas subsidiárias	1.245.974,61	3.969.161,75
Intangível da concessão	17.527.721,42	18.276.233,42
<b>Valor líquido apurado</b>	<b>18.773.696,03</b>	<b>22.245.395,17</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>18.773.696,03</b>	<b>22.245.395,17</b>

Os Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral referente ao período de 2021 e 2020 é apresentado da seguinte forma:

	2021	2020 Reexpresso
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Apropriação de resultado líquido	(2.723.187,14)	(5.117.872,88)
Amortização do exercício do intangível afeto à concessão	(748.512,00)	(748.512,00)
<b>Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>(3.471.699,14)</b>	<b>(5.866.384,88)</b>

## 9. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31.12.2021	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	38.909,42	-	-	-	38.909,42
Clientes	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	787.154,00	-	-	-	787.154,00
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7.308,65	-	-	7.308,65
Imposto sobre o rendimento a receber	96,71	-	-	-	96,71
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>826.160,13</b>	<b>7.308,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>833.468,78</b>
Outros ativos não financeiros	-	-	-	18.777.375,56	18.777.472,27
<b>Total ativo</b>	<b>826.160,13</b>	<b>7.308,65</b>	<b>-</b>	<b>18.777.375,56</b>	<b>19.610.844,34</b>
<b>Passivos</b>					
Financiamentos obtidos	-	-	8.110.503,15	-	8.110.503,15
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	368.169,18	-	368.169,18
Outras contas a pagar	-	-	833.796,90	-	833.796,90
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.312.469,23</b>	<b>-</b>	<b>9.312.469,23</b>
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.312.469,23</b>	<b>-</b>	<b>9.312.469,23</b>
<b>31.12.2020</b>					
	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.371.572,99	-	-	-	1.371.572,99
Clientes	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	35.822,71	-	-	-	35.822,71
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.733,40	-	-	4.733,40
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>1.407.395,70</b>	<b>4.733,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.412.129,10</b>
Outros ativos não financeiros	-	-	-	22.262.478,17	22.262.478,17
<b>Total ativo</b>	<b>1.407.395,70</b>	<b>4.733,40</b>	<b>-</b>	<b>22.262.478,17</b>	<b>23.674.607,27</b>
<b>Passivos</b>					
Financiamentos obtidos	-	-	9.372.800,00	-	9.372.800,00
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	297.417,16
Fornecedores	-	-	90.491,02	-	90.491,02
Outras contas a pagar	-	-	650.665,01	-	650.665,01
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-	1.613,77	-	1.613,77
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.115.569,80</b>	<b>-</b>	<b>10.412.986,96</b>
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.115.569,80</b>	<b>-</b>	<b>10.412.986,96</b>

## 10. Justo valor de ativos e passivos

### Ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7.308,65	-	-	7.308,65
	<b>7.308,65</b>	-	-	<b>7.308,65</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.733,40	-	-	4.733,40
	<b>4.733,40</b>	-	-	<b>4.733,40</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	297.417,16	-	297.417,16
	-	<b>297.417,16</b>	-	<b>297.417,16</b>

Os montantes dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

## 11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Fundação correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2021	2020
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>4.733,40</b>	<b>2.485,36</b>
Dotações	2.199,41	644,16
Variações de justo valor	375,84	1.603,88
Utilizações	-	-
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>7.308,65</b>	<b>4.733,40</b>

## 12. Outras Contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de Outros contas a receber, é como se segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de rendimentos i)	7.178,82	-	7.178,82	-	-	-
Diferimentos ativos ii)	11.076,72	-	11.076,72	8.361,00	-	8.361,00
Outros devedores iii)	755.422,46	-	755.422,46	5.337,71	-	5.337,71
Adiantamento a fornecedores	15.600,00	-	15.600,00	22.124,00	-	22.124,00
	<b>789.278,00</b>	-	<b>789.278,00</b>	<b>35.822,71</b>	-	<b>35.822,71</b>
Imparidade	(2.124,00)	-	(2.124,00)	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>	<b>787.154,00</b>	-	<b>787.154,00</b>	<b>35.822,71</b>	-	<b>35.822,71</b>

i) Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Juros a Receber	7.178,82	-	-	-	-	-
<b>Acréscimos de rendimentos</b>	<b>7.178,82</b>	-	-	-	-	-

ii) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	7.103,49	-	7.103,49	6.566,85	-	6.566,85
Gastos com o Pessoal	3.973,23	-	3.973,23	1.794,15	-	1.794,15
<b>Diferimentos ativos</b>	<b>11.076,72</b>	-	<b>11.076,72</b>	<b>8.361,00</b>	-	<b>8.361,00</b>

iii) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica inclui, essencialmente, o montante de 750.000,00 euros da subsidiária Oceanário. No decorrer do primeiro semestre de 2021, a Fundação prestou à sua subsidiária Oceanário de Lisboa um empréstimo de curto prazo no montante de 2.000.000,00 euros, tendo já sido reembolsada no montante de 1.250.000,00 euros.

A 31 de dezembro de 2021 foi criada uma imparidade no montante de 2.124,00 euros sobre um saldo a receber de terceiros. A 31 de dezembro de 2020, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

### 13. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	244,97	900,69
Depósitos bancários	38.664,45	1.370.672,30
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>38.909,42</b>	<b>1.371.572,99</b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	244,97	900,69
Depósitos bancários	38.664,45	1.370.672,30
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)</b>	<b>38.909,42</b>	<b>1.371.572,99</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>38.909,42</b>	<b>1.371.572,99</b>

### 14. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontram-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 euros

Dotação em dinheiro: 250.000 euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

## 15. Outras reservas

A rubrica “Outras reservas” apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>(849.928,76)</b>	<b>585.598,53</b>	<b>(264.330,23)</b>
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(849.928,76)</b>	<b>585.598,53</b>	<b>(264.330,23)</b>
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(849.928,76)</b>	<b>585.598,53</b>	<b>(264.330,23)</b>

A rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros” reflete as diferenças originadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial nos capitais próprios das participadas.

A rubrica de Outras no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

## 16. Outras variações nos fundos patrimoniais

As rubricas “Outras variações nos fundos patrimoniais” registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>(315.328,51)</b>	<b>(315.328,51)</b>
Variação justo valor Swap	17.911,35	17.911,35
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(297.417,16)</b>	<b>(297.417,16)</b>
	<b>Outras variações nos fundos patrimoniais</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	<b>(297.417,16)</b>	<b>(297.417,16)</b>
Dissolução do Swap	245.000,00	245.000,00
Variação justo valor Swap	52.417,16	52.417,16
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Durante o exercício de 2021 a Fundação dissolveu junto do Santander Totta o derivado de cobertura (SWAP), tendo reclassificado o montante para o resultado líquido do exercício, na rubrica “Gastos financeiros” (Nota 28), conforme preconizado pelas IFRS.

## 17. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos bancários i)</b>						
Santander Totta	1.534.564,04	6.575.939,11	8.110.503,15	743.100,00	8.629.700,00	9.372.800,00
	<b>1.534.564,04</b>	<b>6.575.939,11</b>	<b>8.110.503,15</b>	<b>743.100,00</b>	<b>8.629.700,00</b>	<b>9.372.800,00</b>

I. O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 15.000.000,00 euros, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco Santander Totta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, tendo realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245.000,00 euros, para liquidação das responsabilidades associadas aquela dissolução. O valor remanescente do empréstimo inicial de longo prazo de 15.000.000,00 euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

### Empréstimos

As maturidades dos financiamentos da Fundação são como segue:

	2021	2020
Até 1 ano	1.534.564,04	743.100,00
Entre 2 e 5 anos	6.575.939,11	6.220.200,00
Superior a 5 anos	-	2.409.500,00
	<b>8.110.503,15</b>	<b>9.372.800,00</b>

A variação dos financiamentos da Fundação são como segue:

<b>SantanderTotta</b>	
<b>1 de janeiro de 2021</b>	
Valor inicial	9.372.800,00
<b>Movimento de 2021</b>	
Aumentos:	245.000,00
Diminuições	(1.507.296,85)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	
<b>Saldo final</b>	<b>8.110.503,15</b>

	<b>SantanderTotta</b>	<b>Oceanário</b>
<b>1 de janeiro de 2020</b>		
Valor inicial	9.372.800,00	2.100.000,00
<b>Movimento de 2020</b>		
<b>Aumentos:</b>	-	-
<b>Diminuições</b>	-	<b>(2.100.000,00)</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>		
<b>Saldo final</b>	<b>9.372.800,00</b>	-

## 18. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2020, o detalhe dos Instrumentos financeiros derivados apresenta os seguintes valores:

	<b>31.12.2021</b>			
	<b>Notional</b>	<b>Passivo</b>		<b>Total</b>
		<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>				
Swap taxa de juro	7.886.600,00	-	297.417,16	297.417,16
<b>Total de derivados designados como cobertura</b>		<b>-</b>	<b>297.417,16</b>	<b>297.417,16</b>
<b>Total de derivados</b>		<b>-</b>	<b>297.417,16</b>	<b>297.417,16</b>

### Cobertura de fluxos de caixa – Swaps de taxa de juro

A Fundação procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de Swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O ob-

jetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido (Nota 16).

## 19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2021	2020
Fornecedores - Não-grupo	350.413,59	89.771,02
Fornecedores - Grupo	17.755,59	720,00
<b>Total saldo fornecedores</b>	<b>368.169,18</b>	<b>90.491,02</b>

O atual montante de dívida deve-se essencialmente ao atual contexto de saúde pública que temos vivido nos últimos 2 anos.

## 20. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	96,71	-	-	1.613,77
	<b>96,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.613,77</b>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2021	2020
<b>Imposto Corrente</b>		
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	3.133,68	-
Estimativa de IRC	(3.036,97)	(1.613,77)
<b>Total</b>	<b>96,71</b>	<b>(1.613,77)</b>

O valor de retenções na fonte de a 2021 é relativo à aplicação da taxa de 25% sobre os juros pagos pelo Oceanário de Lisboa, referente ao empréstimo de 2.000.000 euros concedido pela Fundação.

## 21. Outras contas a pagar e responsabilidade com locações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de Outras contas e responsabilidade com locações a pagar é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	-	-	-	4.268,10	-	4.268,10
Acréscimos de gastos i)	765.737,65	-	765.737,65	557.193,72	-	557.193,72
Estado e outros entes públicos ii)	66.012,46	-	66.012,46	64.275,83	-	64.275,83
Responsabilidade com locações	-	-	-	10.403,21	-	10.403,21
Outros credores	2.046,79	-	2.046,79	14.524,15	-	14.524,15
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>833.796,90</b>	<b>-</b>	<b>833.796,90</b>	<b>650.665,01</b>	<b>-</b>	<b>650.665,01</b>

i) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	88.269,60	-	88.269,60	104.566,83	-	104.566,83
Gastos fornecimentos e serviços externos	670.417,80	-	670.417,80	427.060,43	-	427.060,43
Gastos com o financiamento	7.050,25	-	7.050,25	25.566,46	-	25.566,46
<b>Acréscimos de gastos</b>	<b>765.737,65</b>	<b>-</b>	<b>765.737,65</b>	<b>557.193,72</b>	<b>-</b>	<b>557.193,72</b>

ii) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Retenções imposto sobre o rendimento	15.868,75	-	21.887,35	-
IVA	31.664,74	-	6.495,99	-
Contribuições para a segurança social	18.478,97	-	35.892,49	-
	<b>66.012,46</b>	<b>-</b>	<b>64.275,83</b>	<b>-</b>

## 22. Doações e legados à exploração

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2021	2020
Donativos Fundadores	3.000.000,00	3.000.000,00
Donativos - entidades terceiras	135.893,78	322.295,64
	<b>3.135.893,78</b>	<b>3.322.295,64</b>

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE no montante de 3.000.000,00 euros, em cada um dos períodos de 2021 e 2020, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com o Banco Santander e com a empresa mãe, e é detalhada da seguinte forma:

### 2021

/ 3.000.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2021.

### 2020

/ 3.000.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2020.

Em 2021 a Fundação recebeu donativos no montante de 135.893,78 euros de entidades terceiras, nomeadamente OAK Foundation.

Em 2020 a Fundação recebeu donativos no montante de 322.295,64 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian, Oceanpventes e OAK Foundation.

## 23. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	904.440,01	742.878,74
Publicidade e propaganda	34.380,40	266.787,82
Honorários	86.552,15	91.379,23
Conservação e Reparação	1.335,11	2.153,94
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	327,32	-
Material de escritório	5.835,60	4.732,16
Artigos para oferta	1.204,09	1.672,00
Energia e fluídos	6.757,14	6.367,32
Deslocações, estadas e transportes	53.763,77	35.051,34
Rendas e alugueres	26.293,65	464,78
Comunicação	7.352,24	4.430,30
Seguros	6.673,56	5.916,06
Despesas de representação	30.056,28	15.455,15
Outros serviços	26.067,26	1.720,89
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>1.192.868,79</b>	<b>1.179.009,73</b>

## 24. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021 e 2020, foram como segue:

	2021	2020
<b>Remunerações</b>		
Orgãos sociais	257.285,84	286.163,14
Pessoal	402.193,94	306.528,31
<b>Sub-total</b>	<b>659.479,78</b>	<b>592.691,45</b>
<b>Outros encargos</b>		
Encargos sobre remunerações	135.435,63	134.598,52
Seguros de acidentes de trabalho	3.963,00	2.301,59
Outros	27.469,36	11.705,59
<b>Sub-total</b>	<b>166.867,99</b>	<b>148.605,70</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>826.347,77</b>	<b>741.297,15</b>

O número médio de colaboradores da Fundação em 2021 foi de 12 (2020: 13).

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação tinha 13 colaboradores, respetivamente, em que 12 (2020: 12) são remunerados mensalmente, 1 (2020:1) em base trimestral e nenhum (2020: 1) numa base semestral.

## 25. Variações de justo valor

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2021 e 2020, no montante de 375,84 euros e 1.603,88 euros, respetivamente, refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ("FCT") (nota 11).

## 26. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos em 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	2021	2020
Diferenças de câmbio favoráveis	-	1.309,17
Outros não especificados	23.852,49	360,93
	<b>23.852,49</b>	<b>1.670,10</b>

## 27. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	2021	2020
Impostos	2.479,77	500,00
Correções relativas a períodos anteriores	2.128,29	18.322,12
Donativos	372.965,45	183.388,58
Quotizações	600,00	600,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	90,10
Ofertas e amostras de inventários	40,00	220,00
Outros não especificados	50.168,75	26.477,77
	<b>428.382,26</b>	<b>229.598,60</b>

Os montantes espelhados na rubrica de donativos, dizem respeito a verbas pagas a entidades parceiras que desenvolvem junto com a Fundação diversos projetos ambientais, tais como, “Área marinha protegida do Algarve”, “Pescas sustentáveis”, “Blue call to action”, “Aconselhamento junto de Governos”, “Blue Bio value” e “Capacitação de organização dedicada ao oceano”.

## 28. Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
<b>Gastos financeiros</b>		
<b>Juros suportados</b>		
Empréstimos bancários	218.391,04	308.061,51
Empréstimos entidades do grupo	-	37.739,57
<b>Outros gastos financeiros (i)</b>	283.743,07	696,25
	<b>502.134,11</b>	<b>346.497,33</b>

	2021	2020
<b>Rendimentos financeiros</b>		
<b>Juros obtidos</b>		
Empréstimos a empresas do grupo	19.713,53	-
	<b>19.713,53</b>	<b>-</b>

i) Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica inclui o montante de 245.000,00 euros relacionada com a dissolução do contrato de Swap (Nota 16).

## 29. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2021 e 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Imposto s/ rendimento corrente	3.036,97	1.613,77
Insuficiência de estimativa de imposto	520,42	473,47
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>3.557,39</b>	<b>2.087,24</b>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2021	2020
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>(3.257.104,97)</b>	<b>(5.054.448,15)</b>
<b>Correções para efeitos fiscais</b>		
Gastos não dedutíveis	803.493,46	793.785,36
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	2.723.187,14	5.117.872,88
Rendimentos não tributáveis	(3.136.269,62)	(3.323.899,52)
	<b>(2.866.693,99)</b>	<b>(2.466.689,43)</b>
Rendimentos tributáveis	-	-
Gastos dedutíveis até à concorrência dos rendimentos	-	-
Taxa de imposto	21,00%	21,0%
	-	-
<b>Tributação autónoma</b>	<b>3.036,97</b>	<b>1.613,77</b>
Imposto s/ rendimento corrente	3.036,97	1.613,77
Insuficiência de Estimativa de IRC	520,42	473,47
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
<b>Imposto s/ rendimento</b>	<b>3.557,39</b>	<b>2.087,24</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>-0,11%</b>	<b>-0,04%</b>

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2021	2020
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	<b>21,00%</b>	<b>21,00%</b>

## 30. Compromissos

### 30.1 Compromissos com locações

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	157,87	-	-
	<b>157,87</b>	-	-

2020	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	-	-	-
	-	-	-

Em 2020, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, o reconhecimento das locações no balanço da entidade passaram a ser efetuado como um ativo não corrente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

Em 2021, foram consideradas as rendas dos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16, derivado do prazo dos respetivos contratos.

## 31. Contingências

### 31.1 Passivos contingentes

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, a Fundação constituiu penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da sua conta bancária e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pela sua subsidiária Oceanário de Lisboa S.A, com o objetivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, a Fundação constituiu penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as ações do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objetivo, o Oceanário constituiu penhor financeiro das suas contas bancárias e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

### 31.2 Garantias prestadas por terceiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação não tinha quaisquer garantias prestadas por terceiros.

### 31.3 Ativos contingentes

A Fundação, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000 Euros, tendo sido já liquidado o montante de 19.500.000 Euros, restando o valor de 10.500.000 Euros que será liquidado até 2025. Este recebimento está condicionado à aprovação anual em Assembleia Geral da Fundadora.

## 32. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

### Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Fundação foram de 240.428,67 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: 270.000,22 euros).

### Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração auferida pelo Conselho Fiscal ascendeu a 9.963,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: 9.225,00 euros).

### Transações entre partes relacionadas

#### a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

##### i. *Sócios-Fundadores*

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

##### ii. *Subsidiárias*

Oceanário de Lisboa, S.A.

##### iii. **Outras entidades do Grupo:**

Unilever Fima.

MiMed - Cuidados de Saúde, S.A.

**b. Transações e saldos pendentes****i. Sócios-Fundadores****Vendas e compras de serviços**

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio fundador:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos</b>		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	3,000,000.00	3.000.000,00
	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>

**ii. Subsidiárias:****Vendas e compras de serviços**

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Entidade efetuou as seguintes transações com o Oceanário de Lisboa, S.A.:

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	19.713,54	-
	<b>19.713,54</b>	<b>-</b>

	2021	2020
<b>Gastos</b>		
<b>Gastos financeiros</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	-	37.739,57
<b>Serviços/Outros gastos</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	4.879,12	3.342,05
	<b>4.879,12</b>	<b>41.081,62</b>

**Saldos devedores e credores**

No final dos exercícios de 2021 e 2020, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2020
<b>Saldos credores</b>		
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	620,01	13.876,70
	<b>620,01</b>	<b>13.876,70</b>
<b>Fornecedores</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	17.755,59	720,00
	<b>17.755,59</b>	<b>720,00</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldos devedores</b>		
<b>Financiamentos concedidos</b>		
<b>Empresas do Grupo</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	750.000,00	-
	<b>750.000,00</b>	<b>-</b>
<b>Juros a receber</b>		
Oceanário de Lisboa, S.A.	7.178,82	-
	<b>7.178,82</b>	<b>-</b>

**iii. Outras entidades do Grupo:**

	2021	2020
<b>Gastos</b>		
<b>Compras de serviços/Outros gastos</b>		
Unilever FIMA, Lda.	112,13	2.423,33
miMed - Cuidados de Saúde, S.A.	3.778,00	-
	<b>3.890,13</b>	<b>2.423,33</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldos credores</b>		
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Unilever FIMA, Lda.	-	1.908,35
	<b>-</b>	<b>1.908,35</b>

### 33. Eventos subsequentes

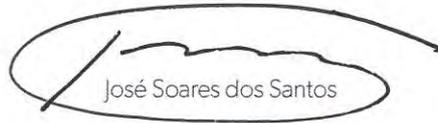
Na sequência da atual situação pandémica, o Oceanário de Lisboa está a efetuar as diligências necessárias para minimizar eventuais impactos na operação, esperando que estes não coloquem em causa a sustentabilidade da operação do Oceanário de Lisboa e consequentemente da Fundação. Relativamente à guerra na Ucrânia, a Fundação está igualmente atenta à situação e tomará as medidas necessárias para controlar potenciais impactos.

#### O Contabilista Certificado



João Pedro Eloi Lopes Banza, Número 37215

#### O Conselho de Administração



José Soares dos Santos



Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira





# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fundação Oceano Azul (a “Entidade” ou “Fundação”) e sua subsidiária (o “Grupo”), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 61.361.003 euros e um total de fundo de capital de 10.298.375 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.260.662 euros), a demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Grupo Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da doença “Covid-19”. Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Conforme mencionado na Nota 2.2 do Anexo, o Grupo sofreu impactos significativos e viu-se obrigado a encerrar as suas instalações ao público durante o período compreendido entre 15 de janeiro de 2021 e 6 de abril de 2021. Não obstante o anteriormente mencionado, o exercício de 2021 foi significativamente marcado pelas condicionantes excecionais determinadas pela pandemia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, o passivo corrente é superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 6.613.000 euros. O Conselho de Administração considera que, tendo em consideração as linhas de financiamento disponíveis, as dotações previstas e acordadas com a Fundadora, assim como a retoma esperada da normalidade da atividade do Oceanário de Lisboa, o Grupo dispõe de capacidade financeira suficiente para cumprir com as suas responsabilidades de curto prazo e, apesar dos desafios que se fazem sentir, continua a considerar que o pressuposto da continuidade das operações, utilizado na preparação das referidas demonstrações financeiras, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

## Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo a 31 de dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas cuja Certificação Legal de Contas, datada de 24 de março de 2021, inclui uma opinião sem reservas. Consequentemente, o nosso trabalho sobre as mesmas foi apenas o suficiente para nos habilitar a emitir a Certificação Legal de Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC  
Registo na OROC n.º 992  
Registo na CMVM n.º 20160607

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Oceano Azul (a “Entidade” ou “Fundação”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 19.610.844 euros e um total de fundo de capital de 10.298.375 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.260.662 euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da doença “Covid-19”. Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Conforme mencionado na Nota 2.2 do Anexo, a subsidiária Oceanário de Lisboa, S.A. sofreu impactos significativos e viu-se obrigada a encerrar as suas instalações ao público durante o período compreendido entre 15 de janeiro de 2021 e 6 de abril de 2021. Não obstante o anteriormente mencionado, o exercício de 2021 foi significativamente marcado pelas condicionantes excecionais determinadas pela pandemia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, o passivo corrente é superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 1.903.000 euros. O Conselho de Administração considera que, tendo em consideração as dotações previstas e acordadas com a Fundadora, assim como a retoma esperada da normalidade da atividade da subsidiária Oceanário de Lisboa, a Fundação dispõe de capacidade financeira suficiente para cumprir com as suas responsabilidades de curto prazo e, apesar dos desafios que se fazem sentir, continua a considerar que o pressuposto da continuidade das operações, utilizado na preparação das referidas demonstrações financeiras, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

## Outras matérias

As demonstrações financeiras da Fundação a 31 de dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas cuja Certificação Legal de Contas, datada de 24 de março de 2021, inclui uma opinião sem reservas. Consequentemente, o nosso trabalho sobre as mesmas foi apenas o suficiente para nos habilitar a emitir a Certificação Legal de Contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.1 do Anexo, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Fundação.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Fundação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2022

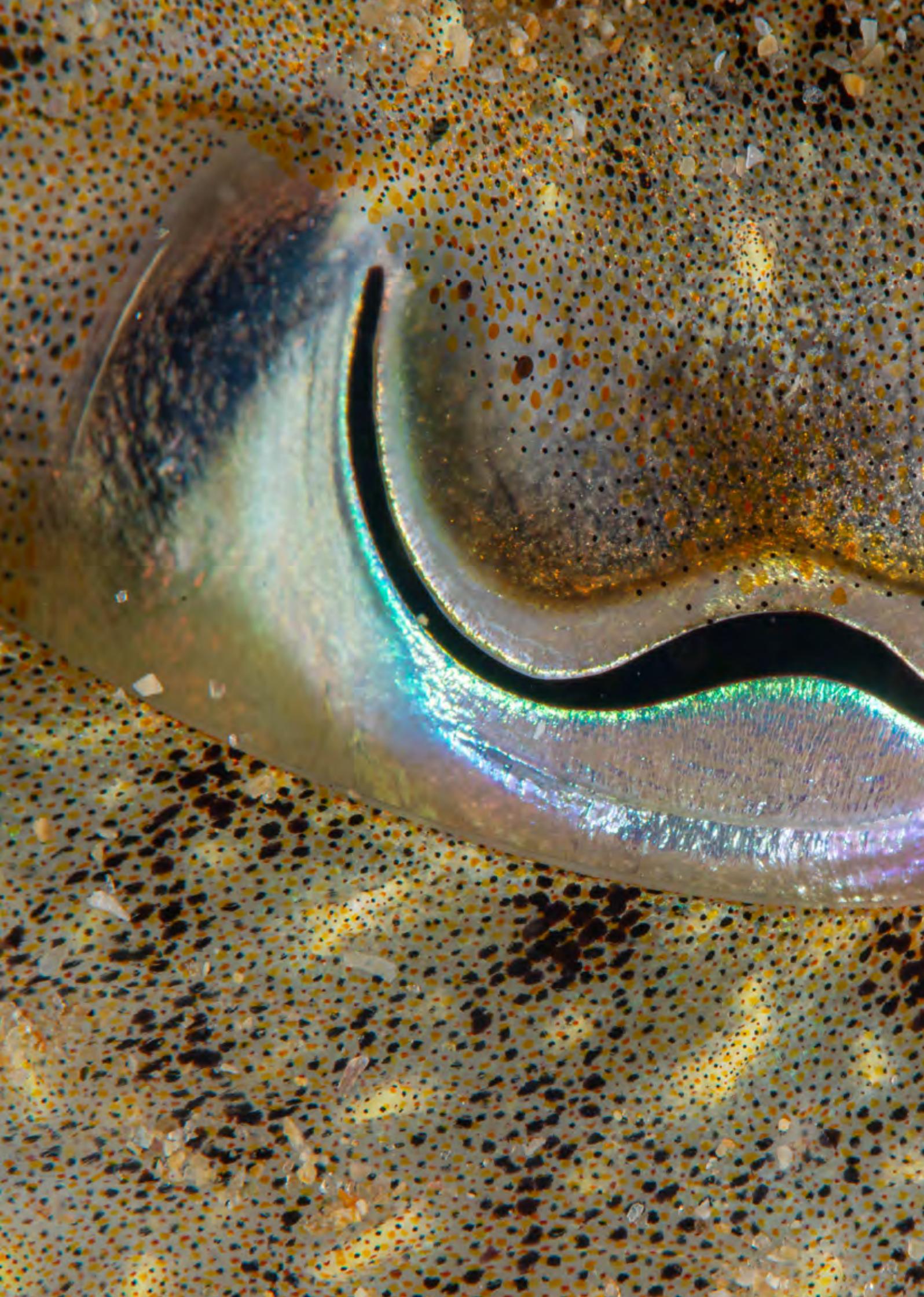


Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Curadores,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Fundação Oceano Azul ("Fundação"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Fundação, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Fundação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021, a demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração.

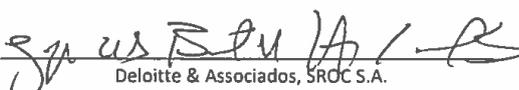
Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as Contas Consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, e que damos aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito nas secções "Ênfase" e "Outras matérias", ambas da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em reunião do Conselho de Curadores.

Lisboa, 23 de março de 2022

  
 Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos  
 (Presidente)

  
 Paula Alexandra do Nascimento Prado Rosa  
 (Vogal)

  
 Deloitte & Associados, SROC S.A.  
 Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC  
 Registo na OROC nº 992  
 Registo na CMVM nº 20160607  
 (Vogal)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fundação Oceano Azul (“Fundação”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Fundação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Fundação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, e que damos aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito nas secções “Ênfase” e “Outras matérias”, ambas da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em reunião do Conselho de Curadores.

Lisboa, 23 de março de 2022

  
 Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos  
 (Presidente)

  
 Paula Alexandra do Nascimento Prado Rosa  
 (Vogal)

  
 Deloitte & Associados, SROC S.A.  
 Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC  
 Registo na OROC nº 992  
 Registo na CMVM nº 20160607  
 (Vogal)

*from the ocean's  
point of view*



OCEANO AZUL  
foundation

